

Lúcia Maria de Assis
Luciana Marino do Nascimento
Janete Silva dos Santos
organizadoras

LIMA BARRETO NA SALA DE AULA

primeiros escritos



LIMA BARRETO
NA SALA DE AULA
primeiros escritos

Conselho editorial

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

Blucher Open Access

LÚCIA MARIA DE ASSIS
LUCIANA MARINO DO NASCIMENTO
JANETE SILVA DOS SANTOS
(organizadoras)

LIMA BARRETO
NA SALA DE AULA
primeiros escritos

2021

Lima Barreto na sala de aula: primeiros escritos

© 2021 Lúcia Maria de Assis, Luciana Marino do Nascimento e Janete Silva dos Santos
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Kedma Marques

Diagramação Taís do Lago

Revisão de texto Samira Panini

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.
Todos os direitos reservados pela Editora

Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Lima Barreto na sala de aula : primeiros escritos /
organizado por Lúcia Maria de Assis, Luciana Marino
Nascimento, Janete Silva dos Santos. -- São Paulo :
Blucher, 2021.
194 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-086-8 (impresso)

ISBN 978-65-5550-087-5 (eletrônico)

Open Access

1. Barreto, Lima, 1881-1922 2. Literatura – Estudo
e ensino I. Título II. Assis, Lúcia Maria de III. Nascimento,
Luciana Marino IV. Santos, Janete Silva dos

21-1728

CDD 808.07

Índices para catálogo sistemático:

1. Lima Barreto - Literatura – Estudo e ensino

ORGANIZAÇÃO E AUTORES

AS ORGANIZADORAS

Lúcia Maria de Assis

Coordenadora da **Coleção Lima Barreto na sala de aula** e coorganizadora deste volume.

Doutora em Letras, pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Linguística Aplicada, pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Realizou estágio pós-doutoral no PPGL/UFT, com bolsa PNPd/CAPES, e no PIPGLA/UFRJ. Possui experiência docente em Linguística, atuando, principalmente, nas seguintes subáreas: Linguística Textual, Oralidade e Escrita, Análise da Conversação, História das Ideias Linguísticas. Desenvolve pesquisas sobre os discursos racistas durante a ditadura civil-militar no Brasil e sobre questões raciais e identidade na obra de Lima Barreto. Atualmente é Professora Associada da UFF e professora permanente do PPGL/UFT.

Luciana Marino do Nascimento

Possui mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Membro associado da ABRALIC e da AIL. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq (PQ) Atualmente, Professora Associada da Universidade Federal do Acre, em exercício no Departamento de Ciência da Literatura/UFRJ – Faculdade de Letras. Docente do quadro permanente do PIPGLA – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Faculdade de Letras da UFRJ.

Janete Silva dos Santos

Possui mestrado e doutorado em Linguística Aplicada pela Unicamp. É professora Associada da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem experiência na área de Letras, Linguística e Linguística Aplicada, com ênfase em ensino de língua materna, gramática e contextualização, escrita, texto, ensino, estratégia de leitura em livro didático, análise do discurso, letramento, discursos de sustentabilidade. É Docente permanente do PPGL/UFT (UFNT).

OS AUTORES

Alexandre Batista da Silva

Possui graduação mestrado e doutorado em Letras Vernáculas pela UFRJ. Atualmente é coordenador do Curso de Licenciatura em Letras do Centro Universitário Geraldo Di Biase, onde também é coordenador do curso de pós-graduação lato sensu em Língua Portuguesa. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e livro didático. Desenvolve pesquisa sobre a expressão da ideia de espaço em Língua Portuguesa a partir do aporte teórico da Linguística Cognitiva.

Ana Paula Poll

Possui doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) e mestrado em Sociologia e Antropologia pela UFRJ. Atualmente é Professora Associada da UFF, docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento/Mestrado Profissional em Administração Pública e docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia

Ambiental. Tem experiência na área de pesquisa em Antropologia e Sociologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras; desenvolvimento e memória social.

André Carneiro Ramos

Possui doutorado em Literatura Comparada e mestrado em Letras, com concentração em Literatura Portuguesa pela UERJ. Atualmente leciona na UNIMONTES. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Portuguesa, Literaturas Africanas, Literatura Brasileira, Teoria da Literatura e Semiótica, atuando principalmente nos seguintes temas: Modernismo em Portugal; Geração de 70 na Poesia Portuguesa Contemporânea; a universalidade nas literaturas africanas pós-coloniais; relação urbanidade/paisagem na obra de Machado de Assis; imanência do ordinário na ficção brasileira atual; bem como as relações intersemióticas entre Cinema e Literatura.

Flavio Biasutti Valadares

Possui doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP, mestrado em Letras (Estudos da Linguagem) pela PUC-Rio e Pós-Doutorado em Letras (Estudos Lusófonos) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP. Atualmente é docente no IFSP. Tem experiência em pesquisa na área de Letras, com ênfase em Sociolinguística, Pragmática, Ensino de Português do Brasil para Hispânicos.

Hilma Ribeiro

Possui mestrado e doutorado em Letras pela UERJ. Atualmente é professora adjunta da UERJ, no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de Língua Portuguesa, leitura e escrita, tipologias e gêneros textuais, linguística forense, textualidade e pragmática ilocucionária.

Luciano Mendes Saraiva

É doutorando em Linguística Aplicada pela UFRJ; possui mestrado em Letras (linguagem e identidade) pela Universidade Federal do Acre. Atualmente é professor de língua e cultura espanhola da Universidade Federal do Acre. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Investigação e Prática Pedagógica no Ensino da Língua Espanhola.

Márcia Antonia Guedes Molina

Possui doutorado em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo, mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado também pela Pontifícia Universidade de São Paulo. É professora adjunta do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão. É autora de obras ligadas à Linguística e de conteúdos interdisciplinares e vários artigos de âmbitos nacional e internacional.

Márcio Rogério de Oliveira Cano

Possui mestrado e doutorado pelo Programa Pós-Graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP. É professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas da UFLA. Desenvolve pesquisas na área de Ensino de Língua Portuguesa e Análise do Discurso. É docente permanente do PPGletras da UFLA.

Maria Zilda Cury

Possui doutorado em Literatura Brasileira pela USP e mestrado em Estudos Literários pela UFMG; Pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle – Paris III e pela Universidade Federal Fluminense. Professora Titular de Teoria da Literatura pela UFMG. Coordena atualmente o Projeto de pesquisa Espaço nas Literaturas Contemporâneas e faz parte do GT Literatura Brasileira Contemporânea da ANPOLL. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira Contemporânea e Literatura Comparada, atuando principalmente nos seguintes temas: imigrantes, intelectuais e vida pública, modernismo, literatura e espaço urbano e Ficção brasileira contemporânea e ditadura. Bolsista de Produtividade em pesquisa CNPq.

Ramon Silva Chaves

Possui doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP, onde também faz estágio pós-doutoral. Atualmente leciona Língua Portuguesa e sua literatura na rede privada. Suas investigações voltam-se para Linguística e Literatura, em particular, para Análise de Discurso em sua perspectiva enunciativo-discursiva, desenvolvendo pesquisas sobre questões étnico-raciais na Linguística.

Talita Ferreira de Souza

É licencianda em Letras pela Unimontes. Participou, como bolsista, pela Unimontes do Núcleo de Estudos das Infâncias e Adolescências (NINA) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Natalia Barbosa Gomes Vago

Possui mestrado em Estudos de Literatura, na subárea de Literatura Brasileira e Teoria Literária. Atualmente é professora efetiva da SME de Volta Redonda, SEEDUC e tutora pelo CEDERJ. Tem experiência na área de Literatura Brasileira e Língua Portuguesa.

Valéria Angélica Ribeiro Arauz

Possui doutorado em Estudos Literários pela UNESP e mestrado em Estudos da Linguagem pela UFRN. Atualmente é docente no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da UFMA. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em leitura, ciência e literatura e produção do texto acadêmico.

Willianice Soares Maia

É doutoranda em Linguística Aplicada pela UFRJ e mestre em educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Atualmente é professora das línguas: Portuguesa, Espanhola e Libras do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.

SUMÁRIO

PREFÁCIO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LIMA BARRETO	13
MARIA ZILDA FERREIRA CURY	
APRESENTAÇÃO	17
O BRASIL DE UM 'TRISTE VISIONÁRIO'	21
ANA PAULA POLL	
LITERATURA SEM <i>TOILETTE</i> GRAMATICAL OU BRINDES DE SOBREMESA.....	37
LÚCIA MARIA DE ASSIS	
LUCIANA MARINO DO NASCIMENTO	
JANETE SILVA DOS SANTOS	
PURISMO LINGUÍSTICO, GALICISMOS E APORTUGUESAMENTO	53
FLAVIO BIASUTTI VALADARES	
DOUTOMANIA, CONHECIMENTO E PERFORMANCE EM <i>O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS</i>, DE LIMA BARRETO	75
VALÉRIA ANGÉLICA RIBEIRO ARAUZ	
LIMA BARRETO E A REPRESENTAÇÃO DO SABER E DA EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	93
MÁRCIA A. G. MOLINA	
LIMA BARRETO COMO (PRE)TEXTO	107
ALEXANDRE BATISTA DA SILVA	
HILMA RIBEIRO	

LIMA BARRETO, SINGULAR E PLURAL..... 121

ANDRÉ CARNEIRO RAMOS
TALITA FERREIRA DE SOUZA

**A RESPONSABILIDADE ETNICORRACIAL NO DISCURSO LITERÁRIO
RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA, DE LIMA BARRETO..... 145**

MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA CANO
RAMON SILVA CHAVES

BRASIL, BRUZUNDANGAS E O NOVO MANIFESTO..... 163

NATÁLIA BARBOSA GOMES VAGO

**A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA OBRA DE LIMA BARRETO EM CONTEXTO
DE ENSINO DE LITERATURA 179**

LUCIANO MENDES SARAIVA
WILLIANICE SOARES MAIA

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LIMA BARRETO

Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG/CNPq)¹

Em “A dor e a injustiça”, texto escrito à guisa de apresentação ao livro *Razões públicas, emoções privadas*, de Jurandir Freire Costa², Renato Janine Ribeiro fala de dois traumas fundacionais da sociedade brasileira: a colonização e a escravatura. A condição colonial, diz o filósofo, legou ao Brasil a herança da criação tardia de universidades, uma concepção econômica de esgotamento das nossas riquezas naturais, com uma feição nitidamente predatória, uma visão patrimonialista da sociedade. A escravatura potencializou tal feição colonial, estruturando as relações de trabalho sob o signo da destituição e do esgotamento do negro africano. Conclui Janine Ribeiro: “Ora, nosso problema não é apenas que cenas primitivas como estas se tenham produzido, e reiterado, ao longo de nossa história; é que elas nunca tenham sido realmente elaboradas e extirpadas de nosso caráter. Daí que se repitam, compulsivamente, ainda hoje”.³ Como é

¹ Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo. Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle – Paris III e pela Universidade Federal Fluminense. Professora Titular de Teoria da Literatura pela UFMG. E-mail: mariazildacury@gmail.com.

² COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

³ RIBEIRO, Renato Janine. *A dor e a injustiça*. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas*,

próprio, pois, à estrutura do trauma, os eventos sociais marcantes (violentos) não elaborados pela sociedade em que ocorreram, reconfiguram-se em diferentes épocas, perpetuando a violência das situações traumáticas originais.

As reflexões de Janine, rapidamente rascunhadas, instigam considerações sobre o papel desempenhado pela literatura, pela arte em geral, como espaço privilegiado de encenação dos traumas sociais que fantasmática e recorrentemente assombram a sociedade brasileira ao longo da história, até a contemporaneidade.

A exposição das feridas, ainda abertas, causadas por esses traumas tem lugar na escrita engajada de Lima Barreto.

Por isso a importância do estudo da obra de Lima Barreto, nos dias de hoje, sobretudo com a proposta de trazê-lo para a situação do ensino da literatura como faz o livro “LIMA BARRETO na sala de aula”. O que o escritor teria a dizer sobre o Brasil de nossos dias, sobretudo aos jovens que ainda ocupam os bancos escolares e frequentam as salas de nossas universidades?

A importância de Lima Barreto se impõe dada a atualidade de sua crítica tão vigorosa, sem concessões e claramente posicionada ao lado dos subalternizados sociais, contrária aos poderes instituídos e denunciadora da discriminação sistemática, porque estrutural, aos afrodescendentes e aos pobres no espaço pretensamente cidadão da Primeira República no Brasil. Pobre, mestiço, também ele morador do subúrbio carioca, sentiu na pele a discriminação e o preconceito racial, denunciando-o em romances e nos virulentos artigos que escrevia para a imprensa alternativa. Talvez o primeiro escritor brasileiro a denunciar sem meias palavras o racismo arraigado na sociedade brasileira, fez de sua obra um libelo militante contra a exclusão social de que são vítimas, até hoje, largas parcelas da população de ascendência negra. O Brasil, historicamente, teve postura permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente. Contra ele, então, manifesta-se Lima Barreto também propondo medidas que reconheçam na educação um princípio ativo da transformação da cultura de um povo. Veja-se, nesse particular, como convocar os textos do escritor para a sala de aula adquire importância particular. Veja-se a esse respeito a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras na Educação Básica, como tema transversal, com o objetivo claramente enunciado de assegurar política de reparação, de reconhecimento e de valorização da diversidade cultural do Brasil. Para essa política de reconhecimento, os sistemas e as entidades deverão criar condições para que professores possam se qualificar para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o estudo de

emoções privadas. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 11.

História e Cultura Afro-Brasileiras e de História e Cultura Africanas. A inclusão da obra do escritor para estudo, então, é mais do que bem-vinda, é a expressão de que a literatura, muitas vezes, significa um avanço nas conquistas sociais.

Lima Barreto tomou como personagens principais de seus romances, contos e crônicas os tipos suburbanos da cidade do Rio de Janeiro, capital da nascente República brasileira. Toda aquela “arraia miúda”, para fazer uso da expressão de Alfredo Bosi para falar dos personagens barretianos, que vivia marginalizada da capital recém-reformada e que não foi beneficiada com a modernização urbana. Na série literária brasileira, é marco retomado por um escritor como João Antônio, mas também influente na chamada literatura marginal de um Ferréz ou de um Geovani Martins de nossos dias.

Em seus escritos, manifestou-se e tomou posição sobre os mais diferentes assuntos, de modo apaixonado: política, ensino, moda, literatura, esportes. Crítico obstinado e corajoso dos poderosos, fez da denúncia ao patrimonialismo, mal que corrompe até os dias de hoje nossa classe política, e às arbitrariedades das políticas governamentais um móvel relevante da sua palavra de ficcionista e intelectual. Fez críticas acerbas ao funcionalismo público que, já à época, isto é, nas duas primeiras décadas dos anos 1900, apresentava-se inchado, alimentado pelo apadrinhamento político, pelas relações de parentesco tão pouco republicanas. Defensor dos interesses das classes populares, reclamava também do custo de vida, da burocracia estatal que afastava os mais humildes dos empregos e do acesso aos direitos que, por dever, cabia ao estado facultar a todos.

Em sua obra ficcional assumiu conscientemente uma estética popular, digamos assim, com uma linguagem que se contrapunha àquela da literatura da época, de feição mais erudita. Posiciona-se contra o bacharelismo, avaliando-o como um mal da sociedade brasileira, que valorizava o título de doutor, muitas vezes em detrimento do saber fundamentado de pessoas humildes que, por sua condição, não tiveram acesso ao ensino formal. Denuncia, pois, o sistema educacional brasileiro como aparelho ideológico poderoso de consolidação e difusão dos ideais burgueses contra os quais se insurge. Por isso reivindicava uma democratização maior do ensino, para que o acesso das camadas populares fosse facultado, estimulado.

Um dos posicionamentos mais contundentes assumidos pelo escritor foi a crítica à ideia de pátria, ao nacionalismo exagerado e de fachada que tanto marcou a cultura brasileira em geral, e a literatura de modo particular. Defensor confesso das ideias anarquistas, vê a noção de pátria vigente à época como sustentáculo ideológico da classe no poder, contrapondo a ela o que chama de

patriotismo espiritual, aquele que busca conhecer as coisas da terra e a alma de sua população, na defesa das manifestações culturais brasileiras de extração popular. Ao nacionalismo retórico, livresco contrapõe um ideal de pátria ancorado na realidade do país, com uma feição que efetivamente atendesse aos anseios da população. Também, em virtude desse posicionamento ideológico, defende o seguimento operário, insurge-se contra a extradição de estrangeiros anarquistas, denuncia as precárias condições de trabalho nas fábricas e oficinas.

Por estas breves considerações, avalie-se a importância da escrita atualíssima de Lima Barreto e, em decorrência, a de um livro que tem como proposta a reflexão sobre a obra do escritor na sala de aula. À atual geração de estudantes, de todos os níveis, cumpre apresentar este escritor cuja palavra se insurgiu contra situações presentes, até hoje, na sociedade brasileira, tão pouco democrática, tão excludente e discriminatória.

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma obra que mergulha na interpretação de Lima Barreto, por meio de sua produção literária, sobre o Brasil e sobre as ancoragens dessa sua construção. Através de gestos de leitura embasados em variadas perspectivas, como literárias, históricas, sociológicas, filosóficas e linguísticas, os autores dos textos que compõem o presente estudo apontam imaginários, desfiando materialidades discursivas de textos de Lima Barreto (Romances, contos e principalmente crônicas), a fim de compreender como os sentidos vão se (des/re)construindo e nos delineando mosaicos de um Brasil do passado que, na contemporaneidade, ainda mantém muitas das mesmas visões e práticas contestáveis quando se pensa em uma sociedade mais democrática e menos desigual.

As reflexões são oferecidas ao leitor em dez capítulos, por substanciadas e relevantes elaborações. No primeiro, *O Brasil de um triste visionário*, Ana Poll examina “a relação de proximidade entre a obra literária de Lima Barreto e alguns dos clássicos do pensamento social brasileiro”, como, por exemplo, as pontuações feitas na obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. O segundo capítulo, *Literatura sem toilette gramatical ou brindes de sobremesa – a escrita de Lima Barreto em defesa da identidade linguística do Brasil*, com muito vigor põe em perspectiva, por Assis, Nascimento e Santos, o papel

da crônica literária brasileira, em especial, a de Lima Barreto, na consolidação da Língua Portuguesa do Brasil. No terceiro, *Purismo linguístico, galicismos e aportuguesamento – uma equalização para além da ironia em Lima Barreto*, Valadares traz perspicazes considerações sobre o estrangeirismo na obra de Barreto refletindo acerca de seu impacto sobre o português brasileiro. No quarto capítulo, *Doutomania, conhecimento e performance em “O homem que sabia japonês”, de Lima Barreto*, Valéria Arauz investiga a construção de um leitor implícito, sinalizando como Barreto criticava o comportamento da época que, conforme destacado pela autora, priorizava a performance em detrimento do conhecimento. O quinto capítulo, *Lima Barreto e a representação do saber e da educação no início do século: uma proposta de leitura interdisciplinar na e para a sala de aula*, oferece ao leitor, pela lavra de Márcia Molina, um outro modo de se ler as representações de saber e de educação em dois contos de Barreto.

Prosseguindo as incursões na obra do autor, no sexto capítulo, *Lima Barreto como (pre)texto*, Silva e Ribeiro destacam o engajamento social do escritor, pondo em foco o conceito de lugar de fala, refletindo como sua vida está intimamente relacionada à sua obra. O sétimo capítulo, *Lima Barreto, singular e plural: letramento literário em classes do 8º e 9º ano numa escola particular do norte de Minas Gerais*, expõe uma pesquisa de Ramos e Souza, na qual foram usados dois contos do escritor para efetivação de letramento literário, trabalho bem sucedido realizado em uma escola da educação básica. O oitavo capítulo, *A responsabilidade etnicorracial no discurso literário Recordações do escrivão Isaías Caminha, de Lima Barreto*, pelo olhar de Cano e Chaves, põe um dos romances de Barreto como foco para se discutir aspectos cruciais da produção literária do negro brasileiro. No nono capítulo, *Brasil, Bruzundangas e o novo manifesto: onde Bolsonaro e o mandachuva se confundem*, Natália Vago investiga como, pelas vozes de personagens de Lima Barreto, são construídas identidades e representações da política brasileira e como essas observações se refletem no Brasil de hoje. O último capítulo, *A função pedagógica da obra de Lima Barreto em contexto de ensino de literatura*, de Saraiva e Maia, é outro convite instigante lançado aos leitores, principalmente a professores da educação básica, a fim de levarem a literatura para sala de aula, fortalecendo também a função pedagógica que o texto de Barreto pode agregar ao trabalho docente.

Por meio das discussões que dão corpo a este volume, o leitor, docente ou não, é convidado a revisitar Lima Barreto e a (re)tensionar suas posições sobre a construção do povo brasileiro e da política brasileira na modernidade, verificando o quanto esse imaginário, construído pela lavra de um escritor negro brasileiro,

ainda se presentifica na contemporaneidade em muitas práticas danosas de nossa estrutura e pensamento sociais.

As organizadoras

O BRASIL DE UM 'TRISTE VISIONÁRIO'⁴

Ana Paula Poll⁵

Nós, os brasileiros, somos como Robinsons: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou.

Lima Barreto

RESUMO

Um jornalista, cronista e romancista compreendeu, como poucos, as principais características da organização social e política brasileira. Lima Barreto descreveu, satirizou e ironizou nossas principais mazelas. Ele coloca-nos, hoje, diante das contradições que remitentes insistem em nos acompanhar ao longo de séculos. Em sua obra póstuma “Os Bruzundangas”, ele nos remete à ausência de participação em processos decisórios acerca da vida coletiva e também à nossa estranha idolatria aos povos do norte e suas instituições. A violência e o

⁴ “Triste Visionário” é o título da extensa biografia de Lima Barreto escrita por Lilia Moritz Schwarcz, em 2017.

⁵ Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela UFRJ. Professora associada na Universidade Federal Fluminense. E-mail: anapaulapoll@yahoo.com.br.

centripetismo do poder patriarcal aparecem em suas críticas à República erigida e conduzida em termos pouco republicanos. Essas credenciais tornaram Lima Barreto referência obrigatória nas aulas de Cultura Política Brasileira e o aproxima de autores clássicos do Pensamento Social Brasileiro. Lima Barreto descreve de maneira minuciosa e irônica nossa organização social e política ao mesmo tempo que parece elaborar textos autobiográficos, revelando-nos sua trajetória de vida. E tornando evidente que a literatura também pode ser uma forma de resistência. Lima Barreto revela problemas que seriam analisados, nas décadas seguintes, por Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, entre outros. Neste capítulo, argumento sobre a relação de proximidade entre a obra literária de Lima Barreto e alguns dos clássicos do pensamento social brasileiro. A história idílica que contamos sobre a emergência de nossa nação: uma mistura pacífica de raças que mais tarde convenciamos chamar de ‘democracia racial’ revela também nossas profundas contradições. A possibilidade de compreendê-las e assim compreender a gênese das violências com as quais lidamos hoje poderá oferecer possibilidades, sem esquecimentos, para construir um futuro colaborativo entre cidadãos. Sem essa compreensão seguiremos como naufragos, aguardando que um navio, ou um salvador da pátria mais comumente, venha nos resgatar.

Palavras-chave: Lima Barreto; Cultura Política Brasileira; Patriarcado.

PREÂMBULO

O trecho da obra “Transatlantismo”, que assume neste trabalho o papel de epígrafe, tem auxiliado na explicação da passagem de “Raízes do Brasil”, especificamente no trecho em que Sérgio Buarque de Holanda afirma que nós, os brasileiros, “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (1995, p. 31). Nas aulas de Cultura Política Brasileira, para os alunos de graduação do curso de Administração Pública, essa parece ser uma dúvida frequente. E foi essa mesma inquietação que motivou a elaboração das reflexões que serão apresentadas aqui. Por que ‘desterrados em nossa própria terra’? Por que Robinsons ‘à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou’? O objetivo deste capítulo é argumentar que Lima Barreto descrevia o Brasil e sua insipiente República, ou inexistente – já que a organização política brasileira se resumia à ordem privada, com enorme acuidade. Uma capacidade que atribuiríamos aos que se dedicam, como ofício, à compreensão nuançada das relações sociais, das visões de mundo e à compreensão de todos os demais aspectos subjetivos que constituem a vida cultural e política de um povo. Pretende-se argumentar que a

obra literária de Lima Barreto, morto em 1922, encontra na análise sociológica sobre o Brasil da década de 1930, ressonância. É possível observar através da obra de Lima Barreto uma compreensão arguta e crítica do que era o Brasil, suas relações sociais e sua vida política no início do século XX.

O paralelo entre a obra literária de Lima Barreto e as análises acadêmicas que objetivaram compreender o Brasil e a sua organização política nacional é evidente. Refiro-me especialmente aos trabalhos de Nestor Duarte,⁶ Sérgio Buarque de Holanda,⁷ na década de 1930, e ao trabalho de Raymundo Faoro⁸ na década de 1960. Em todas essas obras, que se tornaram clássicas do pensamento social brasileiro, e a partir de suas análises acerca da realidade do país, depreende-se uma visão crítica e pessimista sobre o Brasil, e as razões são distintas. Entre elas: o centripetismo da casa grande na vida política nacional, o legado da escravidão e do racismo, a misoginia, ausência de associativismo e cooperação entre os indivíduos para acordos coletivos duráveis, o coronelismo, o patrimonialismo, entre outros, a lista é longa. Essa proximidade entre análise acadêmica e obra literária tornou Lima Barreto citação obrigatória nas aulas de Cultura Política Brasileira.

SOBRE LIMA BARRETO E O RACISMO

A biografia deste romancista, jornalista e cronista brasileiro (Schwarcz, 2017) nos revela a existência de um *outsider*. Seja porque sua história pessoal faz parte das inúmeras histórias da escravidão e da luta pela liberdade plena no país, seja porque assim parecia sentir-se na antiga Escola Politécnica⁹ do Largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro. O reconhecimento pelo seu trabalho só viria décadas mais tarde, o reconhecimento da obra de um Lima Barreto também embranquecido pelos retratos. O embranquecimento foi o mecanismo social que o Brasil e os brasileiros adotaram para lidar com o racismo e com as consequências da escravidão concebida como um valor entre nós, valor que permeou todas as camadas de nosso tecido social. Um mecanismo que reproduz o racismo de modo sub-reptício e insidioso. O embranquecimento como forma de ascensão social para os filhos de negros libertos, como vemos em Oracy Nogueira (2006), perpetuou entre nós o “Preconceito de Marca”. Uma forma *sui generis, vis à vis*

⁶ A Ordem Privada e a Organização Política Nacional.

⁷ Raízes do Brasil.

⁸ Os Donos do poder, a formação do Patronato Político Brasileiro.

⁹ Prédio que hoje abriga o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ).

o preconceito adotado onde a distinção entre negros e brancos foi instituída no ordenamento jurídico, refiro-me ao *Apartheid* e às Leis *Jim Crow*. Um racismo que, por força de seu mecanismo, criou situações igualmente esdrúxulas. Vivemos em uma sociedade em que as pessoas não se percebem racistas, a despeito de cometerem práticas evidentemente racistas de modo cotidiano. É uma espécie de “preconceito reativo”, ou melhor, “o preconceito contra o preconceito”, sobre o qual nos advertira Florestan Fernandes (1972).

O legado de uma sociedade racista, oligárquica e excludente para um escritor negro o tornaria um *outsider*; e também um arguto observador, capaz de compreender de modo profundo nossas contradições. A primeira delas, termos uma ‘*res publica*’ em cada casa e, assim, nos afastarmos brutalmente dos ideais republicanos. Ideais que exigem a percepção do outro, como um cidadão igual a nós mesmos, em valor e consideração. Nada mais distante de tudo aquilo que Lima Barreto parece ter visto e vivido em sua própria trajetória de vida.

É preciso destacar que sua visão crítica e, por vezes, pessimista sobre o Brasil e os brasileiros não poderia ser resultante de uma espécie de ‘complexo de vira-latas’ introduzido em nossas mentalidades pela *intelligentsia* uspiana, seria anacrônica tal justaposição. Ademais, em “Os Bruzundangas”, escrito na década de 1920, o próprio romancista já satirizava nossa idolatria pelos povos do norte. Assim, considerar o que vem de fora melhor (especificamente, se vindo do hemisfério norte) incluindo as pessoas e seus comportamentos, não parece ser um hábito recente entre nós. Tampouco parece ter sido promovido por teses acadêmicas. Como minucioso observador do comportamento social brasileiro, Lima Barreto descreveu com sátira nossos esforços para reproduzir na *terra Brasilis* o que se podia observar, em outro contexto, no hemisfério norte. Podemos então aproximar as interpretações de clássicos do pensamento social brasileiro àquelas contidas na obra de Lima Barreto, ou melhor, em parte dela. Que Brasil foi sentido, percebido e vivido pelo ‘Triste Visionário’?

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, O PATRIARCADO E A CORRUPÇÃO

Quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi aberto, em 1838, iniciou suas atividades buscando elaborar uma narrativa sobre o Brasil que pudesse fornecer subsídios para justificar a criação de uma nova nação, tornada politicamente independente em 1822. Buscava-se uma narrativa para contar a História do Brasil, recém-independente de Portugal. Para a realização desse ambicioso empreendimento ganhou a proposta do naturalista bávaro Karl von Martius, no concurso promovido pelo Instituto. Assim nascia, ainda no Brasil

Imperial, a narrativa acerca da 'mistura' dos povos e 'raças' que caracterizaria a maneira como somos iniciados nessa disciplina escolar. Mas, foi durante a Primeira República que ganhou reforços de autores como Oliveira Viana, Artur Ramos e Gilberto Freyre. Consolidava-se nesse momento uma história idílica sobre o Brasil e sua gênese. Nela a mistura racial era apresentada como nossa potência e força distintiva *vis à vis* outros povos e nações. É preciso esclarecer que essa narrativa emergia como resposta às políticas de caráter eugenista que já havíamos adotado, trazendo para o país colonos italianos e alemães para 'embranquecer a nação'. E, sobretudo, como resposta à argumentação de 'darwinistas sociais' que viam na mistura das raças, o caminho para a degenerescência da população. Seja no século XIX com Gobineau, seja no início do século XX sob o impacto dos trabalhos de Nina Rodrigues sobre "As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil", o país convivia com o 'racismo científico'. O que de fato não era prerrogativa nacional, contudo, tais argumentos cruzavam o atlântico e ganhavam acolhida alvissareira em terras brasileiras.

Assim, no início do século XX, em meio à emergência do 'racismo científico' e de políticas públicas eugenistas, emergia a ideia romantizada de uma certa harmonia entre as três 'raças' que formavam o Brasil. O ensaístico trabalho de Gilberto Freyre, "Casa Grande e Senzala" oferecia argumentos para consubstanciar o que Artur Ramos convencionou chamar de 'Democracia Racial' brasileira. E que se tornaria desde então, nosso mito, no sentido malinowskiano do termo, fundador. Ou seja, a maneira como pensamos e percebermos a nós mesmos, nossa origem e brasilidade. E assim construímos um sentimento de pertencimento a uma comunidade. Sob essa perspectiva antropológica, os mitos também são capazes de revelar nossas próprias contradições. Contudo, uma vez consolidados, os mitos de origem obliteram as narrativas dissonantes e tendem a fixar aquela que é hegemônica. Desse modo, essa narrativa mítica tornada história revela mais sobre nós mesmos e sobre como representamos mentalmente a realidade social em que vivemos do que sobre o Brasil factual, qual seja, um país racista e desigual. Como um país que historicamente tem alijado sua população da participação de processos decisórios acerca dos rumos da vida coletiva, poderia ter vivenciado alguma forma de democracia? Como um país escravocrata por quatro séculos, e que não condenou moralmente a escravidão poderia ter experimentado a democracia racial? A resposta para essas questões não é simples e tomaria o tempo que não temos neste trabalho. Mas essas perguntas sugerem a necessidade de reflexão sobre os fatos que marcavam o país durante o período em que o cronista Lima Barreto escrevia, com muita sátira, sobre o Brasil que observava.

A ascensão da República representava também a consolidação da oligarquia rural brasileira. O centripetismo da Casa Grande descrito por Nestor Duarte (1939) tornava evidente que a organização política nacional era essencialmente privada, longe estava de ser realmente *res publica*. Descrevendo a relação centrípeta que a Casa Grande exercia sobre a vida pública e sobre o cenário político brasileiro, Nestor Duarte destaca a força da sociedade colonial e do patriarcado na organização de nossa Primeira República. O processo decisório permanecia circunscrito aos limites da propriedade rural e conduzido exclusivamente pelo patriarca. A família patriarcal teria sido sempre o núcleo do poder político brasileiro. Qualquer forma de resistência era perseguida ou aniquilada por esse poder. Nesse contexto as cidades eram, por si só, formas de resistência às relações patriarcais, por isso sempre preteridas ao longo dos séculos XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX.

Os núcleos urbanos que emergiram como organizações políticas autônomas à vida rural enfrentaram sempre a resistência dos senhores de engenho. Só na segunda metade do século XX, entre 1950 e 1980 é que Brasil experimentaria a intensificação da urbanização, na verdade experimentamos um verdadeiro êxodo rural neste período. Marcado pelo projeto de modernização (autoritária) que alteraria o modal econômico agroexportador por outro, o industrializado. Esse êxodo evidenciava a relação de dependência do camponês em relação ao proprietário de terras. Evidenciava igualmente a concentração fundiária que sempre caracterizou nossa história. A consolidação das leis trabalhistas (1943), garantindo direitos apenas aos trabalhadores urbanos,¹⁰ e a situação no campo concorreram para transição do Brasil rural para o urbano. O trabalhador rural, meeiro, parceiro, foreiro ou mesmo o empregado sob condições precárias via na cidade oportunidades que o campo jamais ofereceu.

Não há consenso sobre a matéria, mas é inegável que a promulgação da Lei de Terras (1850) concomitante à promulgação da Lei Eusébio de Queiroz¹¹ (1850) contribuiu para consolidação desse modelo patriarcal ao promover a concentração fundiária. Além de impedir a livre ocupação de terras, essa lei selou o destino dos negros libertos, qual seja: o trabalho análogo à escravidão. E perpetuou a enorme desigualdade que já caracterizava uma nação escravocrata. Não houve qualquer reparação ou indenização pecuniária para os negros libertos,

¹⁰ Os direitos garantidos aos trabalhadores da indústria só foram estendidos aos trabalhadores rurais com a Constituição de 1988.

¹¹ Proibia a entrada no Brasil de escravos vindos da África. A lei foi uma resposta à Inglaterra que pressionava pelo fim do tráfico de escravos no Atlântico Sul.

tampouco poderiam ocupar livremente terras. Era necessário pagar por um título de propriedade. Permaneciam vinculados, mesmo após o fim formal da escravidão, ao poder patriarcal, única forma de organização política que nossa Primeira República conheceu. Mas situação muito diferente pode-se ler nos versos do hino da Proclamação de nossa República:

Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.
Somos todos iguais! Ao futuro
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, ovante, da Pátria no altar!

A contradição entre o ideal projetado nos versos do hino e os fatos que marcaram nossa Primeira República é reveladora da dimensão das pretensões de esquecimento acerca das violências praticadas. Tornando o próprio esquecimento, violência. Uma violência simbólica, não por isso menos potente, que colaborava para manter subjugada ao poder patriarcal a população formalmente livre.

A concentração fundiária que caracterizou uma colônia de exploração monocultura não desapareceu com a independência política do Brasil, tampouco foi alterada com a Proclamação da República em nosso país. Assim como também não cessaram a violência e o poder de mando dos grandes proprietários rurais, também chamados coronéis. Para Nestor Duarte (1939), o círculo familiar estendia-se à esfera pública. A indeterminação entre as fronteiras que deveriam separar a vida privada da esfera do Estado e dos interesses genuinamente públicos era característica de nossa Primeira República e estava diretamente vinculada à força exercida pelo patriarcado. Conceber o Estado brasileiro como extensão do círculo familiar parece, hoje, não ser prerrogativa dos anos 1930. Mas contra essa concepção de Estado insurgiam-se juristas como Nestor Duarte (1939) e cronistas como Lima Barreto. Em "A Política Republicana" pode-se ler como Lima Barreto satirizava o tratamento privado dos recursos e interesses públicos.

A República no Brasil é o regime da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia. Ninguém admite que se divirja deles e para que não haja divergências, há a 'verba secreta', os reservados deste ou daquele Ministério e os empreguinhos que os mediocres não sabem conquistar por si e com independência. A vida, infelizmente, deve ser uma luta; e quem não sabe lutar,

não é homem. A gente do Brasil, entretanto, pensa que a existência nossa deve ser a submissão aos Acácios e Pachecos, para obter ajudas de custo e sinecuras. Vem disto a nossa esterilidade mental, a nossa falta de originalidade intelectual, a pobreza de nossa paisagem moral e a desgraça que se nota no geral da nossa população. Ninguém quer discutir; ninguém quer agitar ideias; ninguém quer dar a emoção íntima que tem da vida e das coisas. Todos querem “comer”. “Comem” os juristas, “comem” os filósofos, “comem” os médicos, “comem” os advogados, “comem” os poetas, “comem” os romancistas, “comem” os engenheiros, “comem” os jornalistas: o Brasil é uma vasta “comilança” (BARRETO, 1918, p. 25).

Para muitos entre nós, a corrupção resume-se em apropriação privada de recursos públicos. No entanto, para compreender sua gênese precisamos compreender de que modo a esfera pública foi concebida por nós e de que modo essa percepção ainda faz parte de nosso cotidiano. Sob essa perspectiva, a apropriação dos recursos públicos para fins privados parece ser apenas um dos sintomas de uma nação em que a violência do poder patriarcal foi regra. Apesar de nossa história oficial insistir numa narrativa idílica acerca desse passado, é preciso reconhecer a força centrípeta exercida pelo senhor de engenho em relação ao que deveria constituir-se como espaço público. Uma esfera pública que emerge em simbiose com esfera privada tem na corrupção apenas o sintoma da violência e do autoritarismo que também fazem parte da nossa história, uma parte silenciada em grande parte dos livros.

A naturalização da desigualdade social também parece ser outro sintoma do poder e violência exercidos pelos grandes proprietários de terra, e sobretudo, a maneira como seus interesses privados vinculavam-se à esfera pública e borravam suas fronteiras. Para teoria política clássica, a emergência do Estado moderno está diretamente ligada à ruptura com o poder familiar, o *pater familias*. No Brasil, o Estado, inclusive a Primeira República, parece ter nascido por força desse *pater familias*. E não são poucos os exemplos dessa vinculação na contemporaneidade.

Nestor Duarte (1939) nos preveniu de que o autoritarismo, representado à época de sua análise pela emergência do Estado Novo, não era o caminho adequado para a construção de novos rumos para o país. Substituir a centralização do poder decisório do coronel por um presidente autoritário não nos ajudaria a romper com essa perspectiva de continuidade e, por que não, promiscuidade entre a esfera privada e a pública. Nas palavras de Edson Nunes (2010), Vargas ‘converteu-se no principal *patron*’¹². A capilaridade do sistema representativo tornava as eleições estatuais dependentes de alianças locais. Uma vez que a força

¹² Mas usualmente chamado no Brasil de Coronel.

econômica dos coronéis declinava, em função do projeto de industrialização nacional, seu poder político expandia-se na mesma medida em que o sistema representativo se consolidava. De suas propriedades e de seus agregados obtinham-se os votos para a formação dos governos estaduais e, subsequente apoio ao governo federal, como se lê em *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal (2012).

UMA HISTÓRIA MENOS IDÍLICA

Assim, uma história bem menos idílica nos revela a gênese de alguns dos problemas que a sociedade contemporânea ainda precisa enfrentar. Avaliar a corrupção como um problema em si, e não como sintoma de um quadro ainda mais grave e abrangente, não nos auxiliará a encontrar rumos adequados para a condução da vida coletiva.

O que parece evidente com a obra de Lima Barreto é que essa percepção sobre o Brasil não era compartilhada apenas por acadêmicos que buscavam interpretar nosso país e compreender nossos desafios. Essa percepção também está presente na obra literária do 'Triste Visionário'. No trecho da crônica "A Política Republicana", transcrito anteriormente, pode-se ler mais do que a caracterização de nossa República como um regime de corrupção, marcado pela soberania do interesse privado satiricamente justificado pela imperiosa necessidade de "comer". Pode-se ler: "A vida, infelizmente, deve ser uma luta; e quem não sabe lutar, não é homem. A gente do Brasil, entretanto, pensa que a existência nossa deve ser a submissão aos Acácios e Pachecos, para obter ajudas de custo e sinecuras". A compreensão de que é preciso lutar para viver está intimamente relacionada à trajetória de Lima Barreto. Mas, também faz parte de sua trajetória e de suas observações sobre o Brasil, a existência daqueles que estendem suas demandas pessoais à esfera pública, como se uma fosse simples continuação da outra e, deste modo, estivessem diretamente vinculadas. Tratam-na, assim, como mera extensão de suas relações pessoalizadas recorrendo a 'Pachecos e Acácios'. E pior, submetem-se apenas para atingir seus fins privados. Numa clara alusão ao poder subjugador do patriarcado como forma de organização política e social que conhecemos, ao contrário de submeter os entes e agentes públicos aos interesses coletivamente constituídos.

Através do texto satírico de Lima Barreto nos deparamos, nas primeiras décadas do século XX, com um comportamento social que reitera antigas práticas. O Estado (pouco) republicano e seus agentes públicos pareciam converter-se, paulatinamente, em personagens do patriarcado.

São muitas e intensas as correlações entre a leitura pessimista sobre a vida política brasileira que se depreende da obra literária de Lima Barreto e aquelas que podemos ler em Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal e mais contemporaneamente em Edson Nunes. Esse programa de leitura coloca alunos do curso de administração pública diante de desafios seculares, os quais acompanham a história de nossa República e da nossa organização social e política, qual seja: o patriarcalismo, a misoginia, o patrimonialismo, o coronelismo, a corrupção, a desigualdade social, o racismo e outras formas de violência e intolerância.

Desafios que parecem disputar espaço com a narrativa idílica sobre o Brasil. Essa última expressão de ‘harmoniosa coexistência pacífica’ entre as três ‘raças’ fundadoras do nosso país e nossa história. Corroborando para a percepção do país como um lugar pacífico de gente amistosa. Essas duas narrativas são concorrentes e as contradições que elas expõem têm se tornado cada vez mais evidentes.

Se não podemos explicar nosso presente apenas como um espelho desbotado de nosso passado, tampouco podemos ignorar os caminhos que nos trouxeram até aqui. Precisamos negociar com nosso mito de origem, as razões autoritárias, sempre autoritárias, de sua própria constituição. E compreender em que medida a violência geradora de uma história idílica era a mesma que ansiava o esquecimento sobre as violências perpetradas pelos séculos de escravidão. Fato é que a violência, ‘esquecida’, renitente permaneceu entre nós. E segue reproduzindo-se nos dados estatísticos, seja de emprego, renda ou mortalidade, segue também nos discursos de ódio propagados nas redes sociais. Como argumenta Safatle (2019) a violência que impõe o esquecimento é de natureza distinta da violência física, é violência simbólica, ela interdita a memória das vítimas (ou dos sobreviventes). Esse esquecimento também oblitera a possibilidade de enxergarmos com mais nitidez as contradições que construímos e com as quais convivemos.

A leitura daqueles que se tornaram clássicos do pensamento social brasileiro nos ajuda a compreender de modo crítico nosso passado e assim, pode nos ajudar a conceber um futuro, em nossos próprios termos, em meio as ‘dores e delícias’ de sermos quem nos tornamos como nação. Nesse mesmo sentido, a obra crítica e satírica de Lima Barreto sobre o Brasil que observou oferece a possibilidade de enxergar o passado através de suas lentes. Quase cem anos nos separam da primeira publicação póstuma de “Os Bruzundangas” qual espanto, nos depararmos com um romance satírico que nos remete a ausência de participação cidadã em processos decisórios e estranha idolatria pelos povos do norte. Aliás, no Brasil, ser chamado de cidadão pode representar grave ofensa. Essa alcunha destitui

os sujeitos de laços de pessoalidade, de títulos ou 'medalhões' com os quais aprendemos a nos relacionar numa sociedade intensamente hierarquizada, como argumenta DaMatta (1997).

Identificar as violências históricas, as diferentes formas de resistências, incluindo a literária, como pode-se ler em Lima Barreto, também nos ajuda a compreender os limites e as contradições de nossa histórica idílica, já suficientemente assinaladas.

DESTERRADOS

“Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (Buarque de Holanda, 1995, p. 31). O trecho anteriormente transcrito é revelador da inadequação das formas de convívio, instituições e ideias exógenas praticadas em nossa realidade *sui generis*. Esse universo de representações e instituições transposto de realidades distintas adaptam-se mal às relações que construímos em nosso país, uma ex-colônia de exploração monocultora, latifundiária, escravocrata e finalmente, patriarcal. Importando ideias e instituições exógenas à nossa realidade não pudemos construir, entre nós, acordos coletivos duráveis. A associação entre iguais em valor e consideração, que orienta as democracias representativas e os ideais republicanos, parece ‘ter sido sempre um grande mal entendido entre nós’. Almejamos tais instituições e ideias, no entanto, as relações constituídas são de outra natureza, qual seja, autoritária e hierarquizante. Relações que revelam nosso passado, mas que também explicam nosso presente, pois, em parte, essas relações parecem se perpetuar por mecanismos sub-reptícios, como nossos próprios discursos. “– Cidadão? Cidadão não! Doutor fulano de tal”, narrativas como essa são reveladoras de nossas relações sociais, de nossa concepção do que é cidadania e, por conseguinte do lugar que a cidadania ocupa em nossas representações. A igualdade formal, frente às instituições públicas de Estado, parece não fazer parte de nossa concepção de República. Ao contrário de ser cultivada, tem sido peremptoriamente rechaçada. A igualdade formal é o ponto de partida para conquista e consolidação de direitos civis, políticos e sociais, que sem ela são apenas quimeras.

Assim como esclarecido no passado, por Sérgio Buarque de Holanda, também não acredito que o autor tenha feito uso de metodologia weberiana para dizer que nossa ausência de associativismo e cooperação (entre iguais) – subsídios necessários aos ideais republicanos –, sejam congênicas. Assim nada há

de atávico em nosso comportamento social, ou seja, não está em nosso sangue. Como também não são consanguíneas nossa aparente aversão à igualdade formal e às associações que garantiriam nossa participação (como membros de uma nação) nos rumos da vida coletiva.

A despeito de reconhecermos uma certa perspectiva evolucionista na sociologia da religião de Weber (2000) sua aplicação no caso brasileiro parece ter sido insuficiente para promover as consequências já alegadas, qual ser responsável por cultivarmos uma visão negativa sobre nós mesmos como povo e nação. A sociologia compreensiva de Weber permite o entendimento acerca dos sentidos e significados de ações sociais, aquelas em que os atores sociais consideram, ao agir, a expectativa que outro ou outros indivíduos têm de sua própria ação. Esse caminho teórico e metodológico permite a compreensão de aspectos subjetivos que compõem a vida social, inclusive nossa organização política. A ausência de associativismo, de cooperação, de planejamento de médio e longo prazo foram diretamente vinculadas por Sérgio Buarque de Holanda ao comportamento cultural do colonizador, mas foram igualmente vinculadas pelo autor à relação de exploração monocultora e escravocrata consolidada pelos colonizadores, marcada também pelo latifúndio rural. Nesse sentido, foram vários os fatores reunidos para explicar as condições de nossa organização social e política que culminaram na República Oligárquica que vicejou por aqui até os anos 1930 do século passado. Os mesmos argumentos foram utilizados por Buarque de Holanda contra a emergência de um discurso de ‘retorno à tradição’ ou de conservação dos valores culturais que fundaram a nossa sociedade. Para o autor, nossa tradição, até então conservada nas instituições republicanas, não permitiria a superação das limitações que nosso passado colonial havia nos legado. Tampouco o autoritarismo atualizado, com o Estado Novo sob a alcunha de modernização, poderia fazê-lo.

Assim o ‘desterro’ de Buarque de Holanda nos remete aos ‘Robinsons’ de Lima Barreto. Não temos uma associação de livres e iguais para a condução da vida coletiva. Não nos sentimos partícipes de processos decisórios acerca da nação da qual deveríamos tomar parte. Ainda temos em cada casa uma *res publica*. Assim dispomos de uma República de *jure* sem tê-la de fato. Também não somos o Brasil Império, parece que estamos mesmo à espera do tal navio para nos “*buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou*”.

E apesar de almejarmos os ideais republicanos, assim como nosso hino da proclamação almejou a igualdade entre negros libertos e seus ex-senhores, desconhecemos a força centrípeta exercida pelo *pater familias* em nossa organização social e política, uma força forjada no vácuo do associativismo e sob os

auspícios de um projeto de colonização exploradora, monocultora, latifundiária e escravagista. E assim desconhecemos sobre que bases a corrupção, a misoginia, o racismo e outras formas de violência estão assentadas e como se reproduziram entre nós. Desconhecemos também os mecanismos mais contemporâneos de sua manutenção.

Desde que Sérgio Buarque de Holanda (1995) esclareceu que a cordialidade é o avesso da civilidade, exatamente por reconhecermos como pares apenas aqueles a quem podemos estender nossos laços de parentela ou de familiaridade, alguns de nós deixamos de nos orgulhar da cordialidade. Observando-a apenas como uma evidência das relações pessoalizadas que ocupam, inclusive e sobremaneira, os espaços públicos. A cordialidade tornou-se, para esses, uma evidência do espraiamento das relações patriarcais num cenário republicano. Mas seguimos, nos orgulhamos da hospitalidade, da amabilidade e de sermos um 'povo pacífico'. A despeito das taxas de mortalidade que temos ostentado tanto no passado recente quanto na contemporaneidade. Taxas que revelam a mortalidade vergonhosa de jovens negros brasileiros. A história idílica de nossa formação como povo e nação é signatária desse orgulho.

As revoltas, as rebeliões, os inúmeros conflitos do passado e, aqueles que observamos mais recentemente, são obliterados. Assim como também já almejamos encobrir as consequências da escravidão em nosso hino republicano, aliás nada mais sintomático da 'República' que seria construída nesses termos. Não é só a história de vida de Lima Barreto que nos revela outro Brasil. Sua obra literária, assim como a obra de clássicos do pensamento social brasileiro, também apresentam uma história bem menos idílica sobre nosso país. Certamente mais violenta, porque assentada em um autoritarismo nascido do espírito sobranceiro do colonizador, do tipo de colonização empreendido por aqui e das estruturas sociais e políticas que emergiram neste contexto.

O autoritarismo contido nas fundações de nossa organização social e política não figura para a maioria de nós como nexos causal das violências cotidianas. E desse modo, qualquer projeto de futuro continuará marcado por nossas contradições de origem. Esquecemos nosso passado, e como esquecidos de um naufrágio, aguardamos que um navio, ou um salvador da pátria mais comumente, venha nos resgatar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visitar os clássicos do pensamento social brasileiro é tão importante para compreender a gênese do Brasil quanto visitar clássicos da literatura. Lima Barreto é sem dúvida uma leitura imprescindível que subsidia o trabalho de todo pesquisador interessado em nossa Primeira República, e como visionário que era, também aos que se interessam pelas Repúblicas com as quais os brasileiros conviveriam nos anos subsequentes.

Seu texto ácido, sua sátira e, por vezes, seu pessimismo sobre nossa nação e nossos cidadãos (em negativo) são reveladores de uma história menos idílica acerca de nossa república e da formação do povo brasileiro. Sua crítica aos ‘favorecimentos’, marca indelével da confusão entre esfera pública e privada que aqui se instaurou, caracterizou sua crítica mordaz e antecipou nossas preocupações contemporâneas. O texto de Lima Barreto, apesar de ficção, nos remete às etnografias ao mesmo tempo em que parece ser autobiográfico. O Brasil dos “Bruzundangas”, escrito na década de 1920 parece revelar nossa contemporaneidade.

Dessa compreensão crítica e pessimista sobre o Brasil, formulada pelo cronista, jornalista e romancista Lima Barreto, devemos compreender que nossas contradições, como nação, deveriam orientar nosso olhar para o futuro. A consolidação de direitos civis, políticos e sociais ainda representa para os brasileiros, infelizmente mais para uns do que para outros, um longo caminho a ser percorrido. A cidadania é um valor que precisa ser cultivado entre nós. Para esse cultivo é necessário expor as consequências do autoritarismo, fundamento de nossas relações patriarcais que parecem, ainda, orientar muitos de nós. Essa é a força geradora de muitas violências cotidianas. A confusão entre a esfera pública e a privada não encerra tal confusão apenas na corrupção e nos ‘favorecimentos’ de toda ordem. Ela é um impeditivo para construção de um sentimento de solidariedade social que ultrapasse as soleiras de cada casa, ou de cada rede de relações personalizadas tecidas para a sobrevivência social na ausência da cidadania de fato. Qualquer projeto de futuro deveria incluir a compreensão das violências de nosso passado, entre elas, o esquecimento imposto a muitas vítimas e sobreviventes dessa ausência de cidadania, que tem nos acompanhado até aqui. Assim, ao invés de aguardar o navio, como naufragos, poderemos nos tornar os timoneiros, de fato e não apenas de *jure*, desta nação.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas** [1923]. São Paulo: L&PM, 2010.
- BARRETO, Lima. Transatlantismo. **Careta**, 8 de julho de 1922.
- BARRETO, Lima. A Política Republicana [1918]. *In: Marginalia*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, Universidade de São Paulo.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DAMATTA, Roberto. Teoria e Prática do: sabe com quem está falando? *In: Carnavais, Malandros e Heróis*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. Ebooksbrasil, 2006.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro**. 4ª edição. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.
- LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2012.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, nov. 2006.
- NUNES, Edson de Oliveira. **A Gramática Política do Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. **Do uso da Violência Contra o Estado Ilegal**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto, Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume I. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

LITERATURA SEM *TOILETTE* GRAMATICAL OU BRINDES DE SOBREMESA

A ESCRITA DE LIMA BARRETO EM DEFESA DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

*Lúcia Maria de Assis*¹³

*Luciana Marino do Nascimento*¹⁴

*Janete Silva dos Santos*¹⁵

RESUMO

Este capítulo descreve como a obra de Lima Barreto colabora para a consolidação de uma língua portuguesa do Brasil. Para atingir esse objetivo, tomando como base a História das Ideias Linguísticas, recorta a discussão sobre a língua do Brasil a partir do século XIX, analisa o papel da crônica na literatura de Lima Barreto e, por último, apresenta uma seleção de crônicas em que o tema abordado, invariavelmente e sob diferentes formas, percorre a questão linguística. Ao identificar em Lima Barreto um escritor atual e como o conjunto de

¹³ Doutora em Linguística pela USP. Professora Associada na Universidade Federal Fluminense. Fez estágio pós-doutoral no PPGL/UFT e no PIPGLA/UFRJ. E-mail: luciaassis@id.uff.br.

¹⁴ Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Professora Associada na Universidade Federal do Acre. Atualmente, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ. E-mail: zensansara@bol.com.br.

¹⁵ Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp. Professora Associada da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFNT. E-mail: janetesantos@mail.uft.edu.br.

temas abordado em sua obra toca de perto a constituição da identidade brasileira, espera-se demonstrar que o referido literato pode estar presente em aulas de diferentes anos de escolaridade.

Palavras-chave: Lima Barreto; Língua Portuguesa do Brasil; Crônica.

INTRODUÇÃO

A construção identitária dos sujeitos se dá na relação com o outro através da linguagem, razão pela qual as atividades humanas, mediadas pelas trocas verbais, implicam apropriação e utilização da língua que constitui os sujeitos. Nesse sentido, Bakhtin (1997) vê a língua como base do que chama de *enunciados concretos*, ou gêneros do discurso, destacando que ela, a língua, “penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (p. 282). Tais gêneros são produzidos e disseminados nas esferas pelas quais os sujeitos interagem. Como discurso, o texto literário não apenas se beneficia de uma língua para se materializar, mas também a renova, transforma, recria, impactando o repertório linguístico do grupo que o produz, sustenta e dissemina.

Assim, ao pensar no trabalho com literatura em sala de aula, é necessário refletir sobre a necessidade de descobrir na literatura as possibilidades de se resistir à coisificação, de compreender outras formas de organizar o mundo e de se relacionar com as outras pessoas. No dizer de Brait (2003),

a literatura, naturalmente, é uma das possibilidades de exploração e utilização da língua, das palavras para uma diversidade de fins, de propósitos, os quais as teorias literárias e as teorias linguísticas têm contribuído decisivamente para caracterizar, pontuando as mudanças de acordo com os diferentes momentos históricos, com os diferentes povos, com as diferentes línguas, sempre apontando para essa marca da natureza humana que é o fazer literário... fazer em que a língua é utilizada para expressar e justificar a existência humana (BRAIT, 2003, p. 19).

Além disso, nesse tipo de trabalho é importante levar o aluno a compreender que o discurso literário, espaço complexo dos processos de subjetivação provenientes da instância autoral (NASCIMENTO; TOMAZI E SODRÉ, 2015), agrupa um conjunto de fenômenos socioculturais de diferentes épocas e lugares que, na maioria das vezes, pode também representar anseios do nosso tempo. Ou seja, os textos literários não representam a história de um passado, mas se relacionam diretamente com o tempo e a sociedade atuais.

É nesse sentido que não é suficiente levar diferentes textos literários para a sala de aula. É necessário trabalhar a compreensão de que tais textos apresentam,

em seu projeto de criação e em sua materialidade linguística, além de intertextos da própria tradição literária, contextos, discursos e posicionamentos. É preciso que os alunos se apropriem da noção de que a literatura “pode revelar, tematicamente, interessantes aspectos da língua, de sua forma de organização, de seus misteriosos laços com a vida e com os falantes” (BRAIT, 2003, p. 21).

Pensando nisso, apresenta-se, aqui, uma análise das crônicas de Lima Barreto, literato carioca, pobre, negro, suburbano, do início do século XX. Além de seus predicados físicos e sociais, Lima também foi um crítico mordaz à sociedade brasileira, pois a considerava elitista, conservadora e racista. Em seus romances, crônicas, contos e sátiras, o literato acusava o país de tentar se moldar à moda europeia na língua, na arquitetura, nas vestes, nos costumes enfim; negando, com isso, uma identidade realmente brasileira. Tudo isso colaborou para que, em vida, seu trabalho literário não fosse recebido como esperava. Postumamente, no entanto, Lima Barreto foi reconhecido como uma voz dissonante que muito colaborou para a construção das ideias linguísticas no Brasil e para a construção da identidade e da cidadania brasileiras.

Ao lançar mão das crônicas barretianas, objetiva-se analisar como a obra do literato colabora para a consolidação de uma língua portuguesa do Brasil. Para proceder a essa análise, assumem-se os pressupostos da História das Ideias Linguísticas, a partir dos quais busca-se situar a questão da língua, iniciando-se no século XIX, momento anterior ao literato. De acordo com Guimarães e Orlandi (1996, p. 9), “tratar as ideias linguísticas é tratar a questão da língua e sua relação com a história do povo que a fala”. Assim, pode-se afirmar que não é possível tratar de ideias sem tratar de história e, de certa forma, sem tratar da língua, pois é ela que significa essa história.

Em seguida, descreve-se o Lima Barreto cronista, não deixando de lembrar, entretanto, que a obra limana é composta por diferentes gêneros, sobre os quais o escritor se debruçou com maestria: crônicas, contos, romances etc. Por último, apresenta-se uma seleção de crônicas em que o tema abordado, invariavelmente e sob diferentes formas, percorre a questão linguística: ora o autor critica o uso artificial da língua, quando se aproxima da modalidade empregada pelo colonizador; ora se volta contra seu caráter elitista, que divide o país entre os brasileiros que dominam e os que não têm conhecimento da modalidade culta e pouco representativa daquela que o povo realmente usa. Mostra ainda que, na obra limana, ocorre uma manifestação do plano do conteúdo no plano da expressão, uma vez que a crítica ao tratamento marginalizador imposto pelo uso linguístico

também se manifesta na maneira como o literato escreve, o que, por vezes, fez com que fosse tachado de “mal escritor”. É sobre isso que se lê a seguir.

IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Embora, às vezes, possamos não nos dar conta, existe uma forte relação entre língua e nação, língua e nacionalidade, língua e identidade. De acordo com Bisinoto (2006, p. 82), “a associação da identidade linguística à noção de nacionalidade não foi historicamente pacífica” já que a relação entre língua e nação/nacionalidade é mais complexa do que simplesmente ser falante nativo. Na verdade, essa consideração envolve questões políticas, econômicas, administrativas e até tecnológicas.

No Brasil, apesar da construção da identidade sofrer influência da ideologia europeia, a constituição da língua impunha diferenças. Como aqui não havia tradição cultural, um dos problemas na formação da identidade era a necessidade de eliminar a ideia de que a língua empregada não passava de um dialeto da de Portugal, uma vez que a nacionalidade dependia da construção de uma língua que fosse nacional ou, no dizer de Mariuzzo, a língua da nação, aquela que pretensamente une a todos sob uma mesma cultura. Sendo assim, pode-se afirmar que a constituição de uma língua brasileira estava diretamente relacionada à formação do Estado brasileiro.

Nessa tentativa de reconhecimento, o século XIX, no Brasil, foi marcado por uma intensa produção intelectual que visava demonstrar que a língua falada e escrita aqui era diferente, apesar de ainda não ser considerada a língua nacional, ou seja, de uso oficial e da administração pública – a institucionalizada.

Para Mariani (2004), a não institucionalização da língua do Brasil é consequência da constituição do sujeito (brasileiro) em relação com a própria língua. Esse sujeito esbarra no eurocentrismo do colonizador que se impõe “com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo a memória do colonizador sobre sua própria história e sobre sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 10). Ocorre, assim, uma tentativa de aprisionamento do português brasileiro nas grades modelizantes da língua imaginária, vinculada a uma memória de língua de conquistas e de correção gramatical.

Segundo os estudos de Faraco, a constituição da língua portuguesa do Brasil deu-se sobre uma enorme distância entre a modalidade culta e a cultuada, ou “entre o que os letrados usam em sua fala formal e o que se codificou como correto na escrita” (FARACO, 2002, p. 23). Por isso, mesmo no século

XIX, quando o Brasil se torna independente, a língua caminha em direção a um padrão lusitano em vez de ir em direção à construção de uma identidade nacional que privilegie as características diferenciadoras da nação.

Essa aproximação com o colonizador fazia parte do projeto político da elite brasileira da época que pretendia construir uma nação branca e europeizada. Na verdade, defendia-se que, apesar de independente, o Brasil não deveria deixar de ser europeu, o que justificava a necessidade de cultivar e manter o que representava a superioridade cultural e o índice de civilização: a língua do colonizador. Para os puristas, representantes da elite conservadora, a pureza da língua dada pelos portugueses deveria ser preservada.

Note-se, então, que a discussão girava em torno da norma culta, uma norma “impressa de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças” (PAGOTTO, 1998, p. 50 e 51). Dessa forma, a constituição de uma norma culta no/do Brasil seria fruto de um trabalho discursivo executado por gramáticos, jornalistas e escritores que construiriam os significados que hoje atribuímos às formas escritas. Em outras palavras, tratava-se de um processo histórico de modelação de uma sociedade em que a elite implantaria e procuraria manter sua estrutura de dominação. Como essa dominação passava pelos usos linguísticos, ainda tínhamos uma norma culta distante do português brasileiro, mas extremamente próxima do português europeu. Isso ocorria porque, para uma grande mudança, era necessário romper politicamente com a Europa e constituir uma elite à imagem e semelhança da nação brasileira. Entretanto não era esse o desejo.

Pagotto (1998) argumenta que, “num país em que se estrutura o Estado, uma dada nação começa a ser construída a partir da busca de identidades. Nessa busca, a literatura desempenha um papel fundamental, pois é o que pode materializar uma identidade cultural que as elites almejam” (PAGOTTO, 1998, p. 55). Sendo assim, a afirmação de uma literatura brasileira independente seria fundamental para a constituição do Brasil como nação, pois afirmaria a autonomia e a consequente identidade cultural. Por outro lado, conforme expõe Pagotto (2001), admitir a existência de uma língua literária brasileira significava admitir, como língua, o que era a fala de ignorantes, uma vez que aqui não havia tradição cultural, mas um baixo índice de pessoas alfabetizadas e cultas.

Diante dessas questões, o século termina ainda com uma grande corrente purista, que considerava afirmar o português do Brasil o mesmo que nivelar por baixo. Desse modo, perdurou a norma culta portuguesa, ensinada apenas a quem tinha rigorosa educação, garantindo o processo de exclusão, que não se deu

somente a partir de uma relação subjetiva e natural das formas linguísticas com determinados grupos dominantes, mas também pela promoção de determinadas formas do aparelho ideológico do estado. “A exclusão contou com um laborioso trabalho discursivo em que uma identidade com o português de Portugal foi cuidadosamente construída” (PAGOTTO, 1998, p. 67).

Como se viu, a discussão sobre o papel da língua no Brasil teve seu início no primeiro quartel do século XIX, não configurando, entretanto, um problema linguístico de grande interesse. Na metade do século, no entanto, a questão ganhou status de interesse nacional, uma vez que principiaram as afirmações de que o Português do Brasil era uma língua diferenciada. Naquele momento, ascendeu uma força conservadora que defendia a pureza de estilo como manejo de formas vernáculas legítimas que fossem de uso corrente e também sancionadas pelos clássicos e pelo consenso dos literatos. No final do século, a discussão alcançou o patamar da língua nacional em todas as instâncias, não exclusivamente a literária. Entretanto, somente no início do século XX, ocorreu a superação da polêmica noção de hierarquia das variantes brasileira e portuguesa e, secundariamente, a consciência do caráter social de algumas variantes linguísticas, conforme afirma Pimentel Pinto (1978).

É exatamente no primeiro quartel do século XX, que um autor marginalizado por sua origem e por sua escrita tematiza essa questão em inúmeras crônicas publicadas nos jornais da época: Lima Barreto.

A crônica de Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto era mestiço, filho de um tipógrafo e de uma professora, que morreu quando ele tinha apenas seis anos. Cursou, parcialmente, engenharia na Escola Politécnica e, ainda estudante, começou a publicar seus textos em pequenos jornais e revistas estudantis. Com o agravamento do estado de saúde de seu pai, que sofria de problemas mentais, abandonou a faculdade e passou a trabalhar na Secretaria de Guerra, ocupando um cargo burocrático – amanuense. Como escritor, militou na imprensa lutando contra as injustiças sociais e os preconceitos de raça, de que ele próprio era vítima. Batalhou por sua geração, criou lugares alternativos para si e para seus colegas e se opôs, sempre que possível, aos literatos mais estabelecidos nas instituições prestigiosas da época (SCHWARCZ, 2017). Para isso, escreveu contos, romances, sátiras, crônicas.

Apesar de a crônica ser o gênero literário menos estudado da obra barretiana, sua análise é indispensável, pois foi o que mais funcionou como instrumento direto do posicionamento explícito do autor ante a realidade (CURY, 1981). Essa

explicitude devia-se principalmente a dois motivos: o gênero não sofria imposições de editores e atingia mais diretamente a camada popular cuja visão e defesa Lima Barreto procurou assumir. Osman Lins (1976, p. 12) afirma que, em suas crônicas emerge a “concepção da língua que, sem renegar a tradição, é aberta à enérgica contribuição popular, em harmonia com o interesse que demonstra pela gente obscura”. Já Resende (1993) observa que nelas estão presentes a busca pela reprodução do específico de cada linguagem e a recusa da linguagem ornamental no jornalismo e na literatura. Lima Barreto faz de sua crônica, portanto, um espaço de emissão da palavra que procura tornar pública a opinião partilhada com as pessoas comuns, aquelas que o literato desejava que se tornassem seus leitores.

Para isso, escreve crônicas críticas, construídas com elementos ficcionais e recursos narrativos com diálogos dramáticos. Por outro lado, essa construção é quebrada pela ironia e por uma linguagem não ornamental, mais próxima à linguagem do leitor não necessariamente culto. Tudo em busca de maior cumplicidade e em defesa de um uso linguístico que represente o real cidadão brasileiro, pois,

num país onde a letra, a linguagem, funciona como alavanca social, condição de respeitabilidade pública e de incorporação ao poder, a linguagem do intelectual precisa se fazer específica. Do ponto de vista da observação linguística, é curioso observarmos como, neste momento de construção da modernidade, se evidenciam duas possibilidades de utilização da língua: uma de aparato – a dos doutores, a ser usada publicamente, e outra popular e cotidiana. Daí a importância da opção por uma dicção próxima do modelo popular dos folhetins nos contos e romances de Lima Barreto, dicção que se acentua nas crônicas, buscando aproximar-se dos leitores (RESENDE, 1993, p. 116)

Assim, Lima Barreto utiliza a crônica para defender uma literatura militante, uma vez que, para ele:

Literatura não era apenas expressão, mas sobretudo comunicação, e comunicação militante [...] em que o autor engaja, tão ostensivamente quanto possível, com suas palavras e o que elas transportam, a mover, demover, comover, remover e promover. A escrita é para ele, antes de tudo, um instrumento. [...] o encargo que ela assume não é o de renovar a língua e sim o de retemperá-la (LINS, 1976, p. 81).

Esse “retemperar” parece ser definido como o emprego de uma linguagem que seria compreendida pela parte da população brasileira que, naquele momento, não conseguia enxergar sua identidade, sua cidadania. E é justamente a questão da cidadania que se pode observar invariavelmente contemplada nas crônicas barretianas, quando o literato critica o uso e o abuso do poder pelos dirigentes, os

processos de exclusão e a violência a que a população estava submetida. Assim, como escritor e intelectual, procurava resgatar a identidade de uma cidadania em processo de dilaceração, constatando que as questões cultural e linguística são primordiais na construção da identidade.

OS TEMAS NA CRÔNICA BARRETIANA¹⁶

Apesar de utilizar as notícias do jornal e os fatos ocorridos na vida carioca e brasileira para criar suas crônicas, alguns temas são mais recorrentes em Lima Barreto, pois manifestam sua crítica em relação à realidade vivida. Entre eles, podem-se citar a língua, as modificações no espaço urbano, a extremada importância do título de doutor, a qualidade e o papel da educação pública, o preconceito racial, o papel da mulher.

Na visão de Freire (2005, p. 115),

ao se considerar os temas e preocupações voltados para o Brasil, presentes na obra do escritor, percebe-se a atualidade de suas ideias. A maior parte dos problemas apontados continua atualíssima, basta citar a situação da mulher e a discriminação racial. Para não dizer, ainda, o imperialismo econômico e a prepotência norte-americana.

Aqui, elege-se a discussão sobre os usos linguísticos no Brasil, ou seja, a língua portuguesa do Brasil que deveria, segundo Lima Barreto, representar o povo que a fala, uma vez que funciona como um traço de identidade. Em outras palavras, é a língua como uma das manifestações culturais que fundamentam a identidade de um povo e como um elemento essencial na construção da subjetividade que é reiteradamente reclamada pelo cronista e analisada neste artigo.

O conjunto das crônicas limanas citadas neste trabalho demonstra uma maneira muito especial de articular língua, literatura, cultura e vida, abordando diretamente a questão da identidade linguística brasileira. Apropriando-se da fala de Brait (2003), pode-se dizer que “as particularidades linguísticas não são mostradas enquanto exotismos... mas como condição de transformação e de exposição das marcas de uma identidade nacional” (BRAIT, 2003, p. 18).

A LÍNGUA COMO TEMA NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO

A respeito da língua portuguesa como representação da identidade brasileira, desde o século XIX, alguns intelectuais sentiam-se responsáveis pela

¹⁶ As crônicas analisadas neste capítulo constam em: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel. *Lima Barreto. Toda crônica*. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

tarefa de criação da nação e, para tanto, envolviam-se em discussões em torno da constituição da nacionalidade. Nesse sentido, a escrita literária assumia uma dimensão muito importante no estabelecimento da diferença, da busca pela originalidade e do desejo de autonomia que se contrapunha aos interesses da mãe-pátria. Essa mesma escrita que pretendia dar uma feição de nação ao Brasil era fonte de marginalização entre os brasileiros, pois, monopólio de poucos, servia para legitimar poderes, conferir primazias ou privilégios, definir posses, projetar sonhos, desclassificar saberes e formas de expressão, legitimar e divulgar a interdição. Deve-se a isso, a constante crítica de Lima Barreto a Coelho Neto, pois a maneira como usava a língua na expressão literária afastava o povo, que não a entendia. Portanto, na visão barretiana, Coelho Neto legitimava a interdição, o silenciamento das camadas mais pobres da população. Sobre isso, o literato comenta em *Histrião ou literato?*:

O Senhor Coelho Neto quer fazer constar ao público brasileiro que literatura é escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos.

Ele não quer que o público brasileiro veja no movimento literário uma atividade tão forte que possa exigir o desprendimento total da pessoa humana que a ele se dedique. [...]

A missão da literatura é fazer comunicar umas almas com as outras, é dar-lhes um mais perfeito entendimento entre elas, é ligá-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para conquistar o planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade (REVISTA CONTEMPORÂNEA, 15/02/1918. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 318-19).

Por outro lado, a língua tornava-se também objeto de luta e de poder da nação brasileira quando os intelectuais se debruçavam sobre busca de brasileirismos, propondo reformas gramaticais e ortográficas, e, com isso, legitimando a distinção social pela língua falada e pela língua escrita. Existia no Brasil um desejo de marcar sua diferença pela literatura e pela língua. Em *Método Confuso*, Lima Barreto critica não a língua que diferencia o brasileiro do português ou de outros povos, mas aquela que marca a distinção entre as classes sociais:

A seriação natural dos pensamentos, a lucidez e a clareza não são os limites para que tendem as obras e os escritos dos nossos homens. Se começam lúcidos e claros, acabam confusos e obscuros. Há muitos exemplos práticos e teóricos. Nos seus primeiros trabalhos, entendia o Senhor Araripe Junior; mas, depois, com a idade e o renome, ele se fez obscuro, confuso e ganhou fama de profundo, de transcendente, porque ninguém o decifrava [...]

O método confuso, porém, tem outras manifestações entre nós. Às vezes, ele se reveste de intuídos deliberadamente destinados a estontear os parvos. É então usado pelos prefeitos, políticos e criminosos sagazes; mas, seja intencionalmente, seja incons-

cientemente, um tal método é muito generalizado no nosso país. Uma das aplicações mais conhecidas, é a do estilo clássico das nossas celebridades médicas e de seus admiradores.

É confuso por “dous carrinhos: a) porque emprega vocábulos, modismos, construções, idiotismos, etc., dos séculos diferentes dos quais nem todos são considerados clássicos; b) porque, com tais arcaísmos de léxico e de sintaxe, o leitor comum não o entende. Entretanto, é considerado uma maravilha, embora a palavra, escrita ou falada, tenha por destino comunicar o pensamento (CARETA, 1921. *In* RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 448).

Em relação à linguagem popular, essa também sofria com o preconceito, pois, como mostra Serpa (2000), dizia-se que a língua com que se escreviam os monumentos artísticos da nação, com a qual se fixavam as ações e os feitos dos homens de ciência e de guerra e a história do país deveria ser estudada nos clássicos, pois representava um depuramento da língua popular, um esforço artístico realizado pelos escritores sem a direta intervenção do povo. Em *Um debate acadêmico*, pode-se observar a crítica a essa elitização da língua. Nela, o literato fala das preocupações dos acadêmicos em justificar toda e qualquer criação que surgisse pela boca do povo.

No cenotáfio acadêmico se haviam reunido vários conspícuos imortais, para tratar do termo – “manicofá” – usado pelo baixo povo do país.

O estudo tinha sido dividido, de acordo com a pergunta do acadêmico Kalendal Patação, em duas partes:

- a) a origem do vocábulo;
- b) a sua significação;
- c) autores de valor que o tivessem empregado.

A primeira parte do estudo já tinha sido iniciada, mas as opiniões divergiam.

O acadêmico Frânio Julius (descendente de Júlio César) era de opinião que “manicofá” vinha do idioma inca. Ele não sabia nada de inca, como, talvez, ninguém; mas, com auxílio da medicina legal, afirmava peremptoriamente que a palavra se originava do idioma falado pelos antigos habitantes do Peru (CARETA, 1919, *In*: RESENDE e VALENÇA, 2004, p. 59).

Como se observa nessa crítica, Lima Barreto acreditava e defendia que a linguagem literária não deveria se distanciar dos falares do povo, uma vez que “numa língua, o que fala, e que não cessa de falar num murmúrio que não se entende, mas donde lhe vem, no entanto, todo o fulgor, é o povo” (SERPA, 2000, p. 21). Portanto, era necessário ver a língua como código fundamental de expressão dessa população, pois isso contribuiria para a constituição da nação e a consequente afirmação da identidade nacional.

Em *Um domingo de discursos*, o escritor suburbano critica o fato de proliferarem os discursos de sobremesa, que faziam muito sucesso. Ao falar sobre isso, critica, mais uma vez, a fraseologia de Coelho Neto, muito preocupado com enfeites, com o estilo e não com a comunicabilidade:

[o discurso de sobremesa] Era de um caráter familiar, mas por isso mesmo degenerou em torneio de retórica, a que não devia faltar o rei dos retóricos – o Senhor Coelho Neto. Atualmente, não lhe escapa ensejo que ele não deite o verbo. Não tinha nada com a festa, mas [...] perorou em antíteses, apostos, vocativos e outras ferramentas da velha poética (A.B.C., 1919. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 71).

Na crônica *Exemplo a imitar*, observa-se que Lima Barreto ironiza a resolução dos conselhos municipais de São Paulo e Belo Horizonte, em relação à obrigatoriedade de que as placas e tabuletas fossem escritas na língua vernácula, o que corresponde à “língua materna de uma comunidade, mantida longe do contato com qualquer outra língua estrangeira; a feição ‘pura’ do falar materno” (ELIA, 2000, p. 91). Sobre essa pureza linguística, o literato suburbano escreve:

Os nossos jornais, os daqui, pedem que, à vista de semelhante exemplo, o nosso conselho faça o mesmo e vá até ao ponto de exigir que tais emblemas mereçam multas e outras punições.

Não há dúvida que a medida merece louvores, mas a nossa língua é tão indisciplinada, que não sei bem como os agentes e guardas fiscais se vão haver para executar a postura (CARETA, 1919. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 243).

Nessa mesma crônica, o literato externaliza sua opinião em relação aos gramáticos, que eram comumente alvo de sua crítica. Barreto considerava-os exemplo concreto da valorização de uma língua que não representava o Brasil.

Outra cousa: um ferrador põe na placa o seguinte letreiro: ‘Ferra-se burros’. Está certo? Está errado? Para uns está, para outros não. Como se há de resolver a multa?

O projeto chama uma comissão de gramáticos e esta é uma espécie de gente que não se entende (idem).

A crítica ao modelo de língua lusitanizante pode também ser observada na crônica *Dois Relíquias*, na qual Lima Barreto relata que pretende doar dois de seus livros; são dois tratados de ortografia. Oferecendo-os, escreve a Brito Galvão, seu amigo. Nessa carta-crônica, explicita sua opinião a respeito dos professores conservadores que teimam em exigir o uso lusitano do português, modalidade socialmente vista como de prestígio. O literato aproveita ainda para juntar a tais professores os acadêmicos que, para ele, de maneira equivocada defendem uma língua diferente daquela que realmente representa o Brasil:

[...] A outra é de um senhor José Feliciano de Castilho Barreto de Noronha. Creio que este senhor é o irmão do famoso autor português, Visconde de Castilho, e andou por aqui há anos, armado de palmatória a corrigir nos nossos autores o que lhe parecia erro de português, segundo o seu português enviesado, assim feito pelo seu orgulho de ter nascido no reino, não admitindo nenhuma modificação na linguagem lusa transplantada para aqui e modificada pelo tempo e outros fatores, embora de onde em onde, os seus próprios patrícios deixem de lado os clássicos e pseudoclássicos e escrevem com toda a liberdade, sem semelhantes cadernos de escrita de mestres-escola da roça. [...]

Na Academia, há muita gente que tem também essa ingênua crença (A.B.C., 1920. *In* RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 134).

Ao abordar a questão da língua, os problemas da identidade brasileira também eram discutidos em Lima Barreto. Na crônica *O negócio da Bahia*, por exemplo, ao escrever sobre problemas políticos que ocorriam naquele estado, o cronista diz:

Não é preciso que se tenha o patriotismo desse nacionalismo de palavreado a presidentes; não é preciso um patriotismo agressivo e exclusivista; basta o suave e estético [...]

Nenhuma terra brasileira, como a Bahia, fala tão fundo à nossa alma, até o ponto dos próprios sertanejos, esquecidos e ignorantes da vasta geografia nacional, só a conhecerem como a maior cidade de sua língua. O resto é Oropa – Bahia e Oropa.

Como é que chegou a tal desordem essa Meca nacional, cujo prestígio não vem da riqueza, nem do luxo, mas da poesia e do sonho da alma nacional?” (A.B.C., 1920, *In* RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 141).

Já na crônica *O que é, então?*, o autor estabelece uma relação direta entre identidade e língua nacional:

Não se pode, creio eu, dizer que uma cidade não é brasileira quando mais de dois terços de sua população o são. Convém ainda reparar que [...], os lusitanos muito pouco influem para a modificação dos costumes e da língua. (LANTERNA, 1918. *In* RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 305.)

Em tudo isso pensava Lima Barreto e, portanto, manifestou-se sobre a supervalorização da língua da elite e a desvalorização da forma como o povo falava. A norma linguística por ele empregada, aliada aos temas abordados, fez com que fosse, muitas vezes, rejeitado pelos críticos que lhe atribuíam a pecha de não saber escrever, de não dominar gramaticalmente a língua. Segundo Freire (2005, p. 106),

no geral, constata-se que a maioria da crítica apresenta um ponto em comum na avaliação da obra de Lima Barreto: “imperfeições de linguagem”, “desleixo gramatical”, falta de “escrupulosa correção”. [...] os críticos da época, acostumados e moldados

pelo esmero da forma e da perfeição gramatical, não tiveram o discernimento necessário para antever – naquele modelo atípico de tratamento linguístico – os rumores de um processo de ruptura com os modelos tradicionais. [...] muito mais do que erro ou falha ou mesmo deficiência vocabular, o que se apresentava era a inovação, a ruptura e o futuro.

Seguindo o pensamento do referido autor, pode-se afirmar que, na obra barretiana, o que ocorre é a manifestação do plano do conteúdo no plano da expressão, ou seja, é a crítica ao tratamento marginalizador dado à linguagem que se manifesta na linguagem por ele empregada. Como bem relembram Fávero e Molina (2006, p. 88), “a sociedade exigia que os homens cultos falassem e escrevessem rigorosamente de acordo com a norma, sob o risco de serem ferozmente atacados”. Não é o que se observa nas crônicas de Lima Barreto do ponto de vista da escrita e muito menos do ponto de vista temático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lima Barreto confronta maneiras de ser e de dizer inegavelmente diferentes do português de Portugal. O conjunto de sua obra, como se procurou mostrar com a seleção das crônicas aqui apresentadas, procede a uma enumeração de imagens profundamente brasileiras, advindas da vida cotidiana e fotografadas pelo cronista que age como um observador não colonizado e crítico em relação à colonização. Tanto seus personagens, ficcionais ou não, como seu enredo e a linguagem empregada em sua escrita estão a serviço da crítica às regras linguísticas consolidadas pela elite e ao poder que isso traz à referida parcela da sociedade. Trata-se, portanto, de uma preocupação que se fazia presente na primeira metade do século XX e que até hoje, primeiro quartel do século XXI, ainda é discutida: a identidade linguística brasileira.

Como se pode observar, pela atualidade linguística e temática de sua obra, por ser representante de uma voz pobre e negra que ainda carece de reconhecimento e representatividade, Lima Barreto é um literato brasileiro que deve ser levado para as salas de aula de todos os níveis de escolaridade e por diferentes disciplinas, bem como com diferentes propósitos. Isto é, há o destaque de quanto a riqueza na mobilização desse material é vasta, seja para se fazer, por exemplo, uma abordagem de gêneros discursivos, na perspectiva bakhtiniana, tomando-se determinados gêneros literários e suas inúmeras problematizações temáticas como objeto de reflexão (romance, contos, crônica etc.), seja para se problematizar vieses socioideológicos da cultura brasileira, seja simplesmente para dar voz a grupos inaceitavelmente marginalizados, mediante a lavra de um escritor

que perscruta, com a ironia que lhe é peculiar, imaginários de um Brasil ainda acomodado a práticas discriminatórias herdadas desde a colonização.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (1979). **Estética da Criação Verbal**. 2ed. Trad. Bras. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicologia no Português do Brasil. In NUNES, J. H. e PETTER, M. (org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humánitas, 2002.

BISINOTO, L. S. J. Identidade Linguística; o conceito em discussão. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n.º 16. São Paulo: Pontes, 2006.

BRAIT, B. Estudos Linguísticos e estudos literários: fronteiras na teoria e na vida. In FREITAS, A. C. e CASTRO, M. F. F. G. (orgs.). **Língua e Literatura: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2003.

CURY, M. Z. F. **Um mulato no reino de Jambon** (as classes sociais na obra de Lima Barreto). São Paulo: Cortez, 1981.

ELIA, S. **A língua portuguesa no mundo**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

FARACO, C. A. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e Cercanias. In **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n.º 7. São Paulo: Pontes, 2002.

FÁVERO, L. L. e MOLINA, M. A. G. História das Ideias Linguísticas: origem, método e limitações. In: **Revista da ANPOLL**, n.º 16. Jan. a Jun., 2004. p. 131-146.

FREIRE, Z. N. **Lima Barreto: imagem e linguagem**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, E. O multilinguismo e o funcionamento das línguas. In **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**. Disponível em: www.revista.iphan.gov.br.

GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E. P. Identidade Linguística. In: GUIMARÃES, E. ORLANDI, E. P. (org.). **Língua e Cidadania – O Português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-18.

LINS, O. **Lima Barreto e o Espaço Romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

MARIUZZO, P. Uma língua, múltiplos falares. *In* **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**. Disponível em: www.revista.iphan.gov.br.

NASCIMENTO, J. V.; TOMAZI, M. e SODRÉ, P. (org.). Apresentação. *In*: **Língua, Literatura e Ensino**. São Paulo: Blucher, 2015.

PAGOTTO, E. G. Norma e Condescendência, Ciência e Pureza. *In* **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n.º 2. São Paulo: Pontes, 1998.

PIMENTEL PINTO, E. **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: EDUSP, 1978.

RESENDE, B. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

RESENDE, B. e VALENÇA, R. **Lima Barreto Toda Crônica**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SCWARCZ, L. M. **Lima Barreto: Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SERPA, E. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. **Revista Brasileira de História**. vol. 20. n. 39. São Paulo, 2000.

PURISMO LINGUÍSTICO, GALICISMOS E APORTUGUESAMENTO UMA EQUALIZAÇÃO PARA ALÉM DA IRONIA EM LIMA BARRETO

Flavio Biasutti Valadares¹⁷

RESUMO

O texto apresenta uma análise da obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. Objetiva mostrar, nos desdobramentos decorrentes das características do texto barretiano, principalmente da ironia, o uso de estrangeirismos, a partir de levantamento de galicismos, na perspectiva de seu posterior aportuguesamento ou não, com base em sua dicionarização, além da ideia de purismo linguístico presente à época. Valemo-nos do referencial teórico-conceitual da História das Ideias Linguísticas e da Teoria da Variação e Mudança Linguística; como procedimentos metodológicos, elaboramos levantamento de palavras/expressões em língua francesa no livro *Os Bruzundangas* para a consecução de nosso objetivo. Concluímos que muitas das palavras francesas presentes na obra analisada não se disseminaram e que algumas delas estão em uso até os dias atuais, ampliando o acervo lexical da nossa língua.

¹⁷ Pós-Doutorado em Letras/UPM-SP e Doutorado em Língua Portuguesa/PUC-SP. Endereço eletrônico: flaviovaladares2@gmail.com.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Teoria da Variação e Mudança Linguística; Purismo Linguístico; Lima Barreto.

LOCALIZANDO LIMA BARRETO E NOSSO PERCURSO

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) é um dos mais importantes escritores brasileiros e encontra-se em um período marcado, na história brasileira, por profundas e conturbadas transformações sócio-econômico-políticas na capital do país, o Rio de Janeiro. Em suas obras, Lima Barreto tece recorrentemente críticas às relações sociais no Brasil, principalmente quanto ao comportamento típico diante de títulos e honrarias, isto é, em sua visão, parecer é sobreposto a ser, determinando o *modus operandi* das pessoas ante a autoridades doutas.

Schwarcz (2019, p. 137) defende que Lima Barreto “foi uma voz aguda, e muitas vezes solitária, no Brasil da Primeira República e no território estendido do Rio de Janeiro, que seguia a linha do trem da Central do Brasil, unindo e separando ‘Centro’ dos subúrbios cariocas”. Também, que o escritor nunca negou que fazia ‘literatura de si’. A pesquisadora destaca que a história de Lima Barreto possui intensidade tal que acabava por ‘se confundir’: “Confunde-se com sua história privada. Confunde-se com uma certa história do Brasil que promete inclusão, mas entregou muita exclusão social. Confunde-se, ainda, com sua obra sem ser um resumo dela” (SCHWARCZ, 2019, p. 138).

Ainda, Schwarcz (2017) sustenta que:

A literatura de Lima pode ser considerada, portanto, e a partir de 1903, quando aceita o trabalho na Secretaria da Guerra, como uma “literatura em trânsito”, marcada por um discurso ambivalente. Em alguns escritos sua vizinhança representa a pureza não conspurcada pela “civilização artificial do Rio”; em outros, os subúrbios não passam de locais com hábitos atrasados e pouco preparados para uma nova modernidade. E a mesma ambivalência é demonstrada nos escritos sobre o “centro”; considerado por Lima como um local de práticas estrangeiradas e importadas, é também o espaço para seu projeto de sucesso na literatura (SCHWARCZ, 2017, p. 123).

Mais especificamente, em *Os Bruzundangas*¹⁸, Guedes (2012, p. 65-66) crava que

Lima Barreto expõe tudo o que se deseja para uma estrutura de uma sociedade civilizada, moderna e, nessa exposição, ri desse ideal de sociedade, expondo também, e principalmente, a precariedade do que se concebia como modelo de civilização e como se fazia no Brasil a sociedade “moderna” e “civilizada”. Nessa criação do autor,

¹⁸ Obra disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4801/1/001174_COMPLETO.pdf. Mantivemos as citações feitas de acordo com a edição de 1922.

há o riso que mostra a alegre relatividade de uma ordem social. O país dos bruzundangas apresenta-se grandioso, conformado a partir de um ideal de estrutura, assentado em sua lenda fundadora, narrado pela sua literatura e representado por sua nobreza e por seus heróis. Por outro lado, revela-se cheio de trapalhadas com seus erros, incoerências e problemas governamentais. Essa é a carga ambivalente dessa construção literária (GUEDES, 2012, p. 65-66).

Na obra, destacamos os aspectos relacionados aos usos de palavras emprestadas do francês utilizadas pelo autor como forma de empreender uma discussão sobre variação e mudança linguística considerando contatos linguísticos advindos de empréstimos externos, de um lado; de outro, o purismo linguístico que emergia ao final do Século XIX e início do Século XX, decorrente de influências de uma elite social que imperava na direção de manter seu *status quo* via valorização do culto.

Nesse conjunto literário selecionado, a partir de uma das principais características do texto de Lima Barreto – a ironia, objetivamos mostrar as palavras importadas que foram empregadas e que passaram pelo processo de aportuguesamento *a posteriori* e as que não o foram, além de evidenciarmos de que maneira empréstimos linguísticos funcionam em situação de contatos linguísticos, tornando-se parte do acervo lexical da língua, sendo adotado ou não pela comunidade linguística, ou mesmo permanecendo na esfera de um estrangeirismo.

Para sua consecução, adotamos como procedimento metodológico o levantamento de todas as palavras/expressões importadas da língua francesa que Lima Barreto utiliza, em itálico, no livro selecionado para esse trabalho – *Os Bruzundangas*. Nessa perspectiva, o referencial teórico ampara-se na História das Ideias Linguísticas e na Teoria da Variação e Mudança Linguística, para sustentar a noção de que contatos linguísticos podem propiciar uma ampliação do acervo lexical de uma língua, mas que simultaneamente esse processo não se regula por imposição, até mesmo porque a preservação purista de um idioma não tem eco no uso efetivo que a sociedade faz de uma língua.

Inicialmente, ressaltamos que, para nossa pesquisa, a seleção de Lima Barreto atende a um pressuposto fundamental para o fazer do historiógrafo, salientado por Altman (1998, p. 24) da seguinte forma: “a atividade historiográfica, presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (história *‘rerum gestarum’*) para o quadro geral de reflexão que constrói o historiógrafo”.

Nesse sentido, cumpre apontarmos que o estudioso da História das Ideias Linguísticas, nas palavras de Fávero e Molina (2006, p. 29),

mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada a ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da Linguística atual (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 29).

Além disso, as autoras defendem que a “História das Ideias Linguísticas contempla o estudo das Instituições [...] pois o historiador deve projetar os fatos num hiperespaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 25). Nesse ponto, o fato de a língua francesa desempenhar bastante influência na sociedade brasileira no final do Século XIX e início do XX ratifica nossa opção por trilhar o caminho que une história, língua e sociedade.

Em relação ao momento histórico, o Brasil vive no final do Século XIX e início do XX a *Belle Époque*, movimento francês baseado no Impressionismo e no estilo *Art Nouveau*, que, conforme Needell (1993), tem início, em 1898, na capital brasileira, com o governo Campos Sales (1898-1902). O autor sintetiza esse movimento no Brasil da seguinte forma:

A belle époque carioca inicia-se com a subida de Campos Sales ao poder em 1898 e a recuperação da tranquilidade sob a égide das elites regionais. Neste ano registrou-se uma mudança sensível no clima político, que logo afetou o meio cultural e social. As jornadas revolucionárias haviam passado, as condições para estabilidade e para uma vida urbana elegante estavam de novo ao alcance da mão (NEEDELL, 1993, p. 39).

No que se refere à Teoria da Variação e Mudança, Labov (1994) ressalta que toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança. Há de se considerar, inclusive, que existem imposições socioculturais que contribuem para que determinadas palavras sejam usadas e tenham conseqüente relevância na comunidade linguística, razão pela qual quem as despreza pode sofrer sanções pela comunidade linguística da qual participa (VALADARES, 2014).

Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), a mudança linguística é entendida sob a ótica de uma conseqüência inevitável da dinâmica interna das línguas e se dá “(1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta” (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 122).

Igualmente, eles salientam que os sistemas coexistentes podem ser conhecidos consoante “estilos, mas também como padrões, gírias, jargões, jeito antigo

de falar (*old talk*), níveis culturais ou variedades funcionais”. Os sistemas compartilhariam as seguintes propriedades:

1) oferecem meios alternativos de dizer “a mesma coisa”, ou seja, para cada enunciado em A existe um enunciado em B que oferece a mesma informação referencial (é sinônimo) e não pode ser diferenciado exceto em termos da significação global que marca o uso de B em contraste com A; 2) estão conjuntamente disponíveis a todos os membros (adultos) da comunidade de fala. Alguns falantes podem ser incapazes de produzir enunciados em A e B com igual competência por causa de algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu status social, mas todos os falantes geralmente têm a capacidade de interpretar enunciados em A e B e entender a significação da escolha de A ou B por algum outro falante (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 97).

Valadares (2014) apresenta a visão de Labov de que

a mudança linguística não pode ser compreendida fora da vida social da comunidade em que ela se produz, uma vez que pressões sociais são exercidas constantemente sobre a língua, ou seja, a explicação da mudança linguística, em suas palavras, ‘parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística’ (LABOV, 2008, p. 19) (VALADARES, 2014, p. 38).

Assim, compreendemos que a união dos pressupostos da História das Ideias Linguísticas com a perspectiva da Teoria da Variação e Mudança Linguística são bases que sustentam a discussão por nós proposta neste trabalho. Na próxima seção, exploramos essa união para empreendermos a discussão teórico-conceitual e a análise da obra, em consonância com nossos objetivos.

TRILHANDO O PERCURSO TEÓRICO-CONCEITUAL E ANALISANDO O TEXTO DE LIMA BARRETO

Schwarcz (2019, p. 137-138) salienta que

por meio do conjunto de sua obra, expressa a partir de cartas, contos, romances, diários, peças de teatro, Barreto jamais deixou de tocar em alguns temas que o distinguiram dos demais literatos do cânone de época: o racismo, vigente no Brasil, a crítica a nossos estrangeirismos (chamados por ele de bovarismo) e a realidade da pobreza que migrava da capital para as periferias da cidade (SCHWARCZ, 2019, p. 137-138).

Nesse ponto, cumpre-nos observar que uma característica bastante presente na obra barretiana é a adesão a uma linguagem menos formal, mais alinhada à valorização da língua usada no Brasil e, simultaneamente sua visão contrária à adoção de estrangeirismos. Dessa maneira, podemos destacar que existe uma

dupla mão nesse processo: de um lado, seu desprezo em relação aos acadêmicos, que defendiam os espaços mais formais na escrita literária em detrimento de uma linguagem mais popular; de outro, sua literatura popular com franco objetivo de chegar até a população mais carente.

Assis (2008, p. 21) argumenta que “o texto literário deve ser considerado um espaço/objeto que permite trabalhar esse viés, já que constitui um espaço de reflexão, compreensão e interpretação dos sentidos sobre a língua e possibilita o exame desse espaço no passado de um povo”. Nesse aspecto, deparamo-nos com uma oposição entre os defensores de uma língua nacional, com intensa produção intelectual no quarto quartel do século XIX, com vistas a demonstrar que a língua utilizada no Brasil era diferente da de Portugal, e os que afirmavam ser o Português uma língua que deveria se localizar no período clássico, mantendo o vernáculo vindo de Portugal.

Sob tal perspectiva, é válido, em sala de aula, consideradas as produções literárias de Lima Barreto, explorar as críticas que ele faz aos estrangeirismos em suas obras e conectar isso a uma discussão sobre língua nacional da época, trazendo aos dias atuais em que se defende fortemente a existência de um Português do Brasil distinto do de Portugal e, por isso mesmo, um caminho que vem sendo construído, historicamente, desde a época de Lima Barreto, para a constituição dessa língua brasileira, ressaltando sempre todas as polêmicas advindas disso.

Em outros termos, um debate no espaço escolar, que possa inserir uma profícua conversa acerca de como a nossa língua brasileira vem se construindo ao longo dos tempos, encontra no texto barretiano várias possibilidades para reflexões que aliam, inclusive, dentre as características de seu texto, as variações diafásicas por ele usadas em suas produções, visto que sua literatura traz uma linguagem que se apresenta com menos formalidade e com um uso de estruturas gramaticais mais tipicamente brasileiras.

Similarmente, problematizar o texto literário como um espaço para reflexão sobre a língua, uma vez que a obra de Lima Barreto possibilita não só pensar esses espaços diafásicos ou mesmo o investimento em uma proposição de língua nacional como também modos de operar a circulação literária por meio de um esforço no qual a adoção de uma língua literária mais próxima ao povo conduz a esse caminho de maior fluxo de divulgação, ou seja, em sala de aula, é altamente frutífero o envolvimento de textos barretianos com vistas a debates sobre questões importantes e presentes em nosso cotidiano social e pedagógico.

Em relação à obra selecionada para nossa análise, tecemos algumas considerações sobre a História das Ideias Linguísticas, com o intuito de prospectar nossa

trilha teórico-conceitual e avaliar nosso percurso. Antes, trazemos Orlandi (1990, p. 35) que explica estar a história “ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)”.

Para Barros (2007, p. 207), em se tratando da História das Ideias, há relações

[...] que se concretizam de alguma forma em discursos, sistemas de pensamento, sistemas normativos, paradigmas interdisciplinares, e movimentos políticos ou de qualquer outra ordem.

Em relação às abordagens possíveis aos historiadores das ideias – aos seus métodos e fontes históricas possíveis – são empregadas as mais diversas abordagens, indo das variadas possibilidades de análise do discurso aos variados aportes trazidos pelos desenvolvimentos da Linguística e da Semiótica (BARROS, 2007, p. 207).

Nesse sentido, pensando especificamente as ideias linguísticas, Auroux (1992) postula quanto ao que conduz e rege um saber linguístico que é fundamental a definição puramente fenomenológica do objeto, relativo às terminologias usadas na época em que o objeto para análise foi produzido; a neutralidade epistemológica, que perpassa o modo pelo qual o objeto é abordado e, para além, a implicação de se não dizer ou determinar se o objeto abordado é ou não ciência; e historicismo moderado, cuja necessidade de se resgatar os fatos históricos permitirá o entendimento do objeto em estudo, sem, por causa disso, colocá-los em primeiro plano e preterindo os aspectos linguísticos em análise.

Na visão de Orlandi (2001, p. 16),

fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. [...] portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua (ORLANDI, 2001, p. 16).

Sobre a visão acerca dos estrangeirismos, recorreremos à explicação de Ilari (2002) de que a incorporação de palavras estrangeiras é vista, historicamente, como um problema por gramáticos, escritores e políticos, tendo sido utilizados argumentos inócuos na tentativa de provar que importações de termos externos corrompem a língua portuguesa, localizando-os na esfera de vício de linguagem

(o barbarismo) e no domínio de “que deve ser combatido a todo preço” (ILARI, 2002, p. 73);

Mendonça (2008) assevera que os gramáticos inserem o uso de palavras estrangeiras

como vicioso quando há um correspondente em língua vernácula; há a necessidade de demarcação/separação do estrangeirismo com as aspas; há a necessidade de domesticação do estrangeirismo pela língua importadora, ou seja, a conformação daquele ao sistema linguístico desta; há uma reação ao estrangeirismo que representa perigo à unidade linguística nacional (na primeira metade do século XX, a língua estrangeira que representa esse perigo é o francês; na segunda metade, é o inglês) (MENDONÇA, 2008, p. 182).

Com base nos pressupostos da História das Ideias Linguísticas e da Teoria da Variação e Mudança, trazemos algumas considerações sobre purismo linguístico. Conceitualmente, na visão de Mattoso Câmara Jr. (1986, p. 202), trata-se de “uma atitude de extremado respeito às formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada”. Para Rey (2001, p. 1.367),

a atitude purista é uma atitude normativa permanente que repousa num modelo unitário e fortemente seletivo da língua e não tolera nenhum desvio em relação a esse modelo predefinido, quaisquer que sejam as condições objetivas da vida linguística da comunidade. A norma purista deve ser única e permanente, já que ela serve para avaliar discursos emitidos durante um longo período de tempo (REY, 2001, p. 1.367).

Segundo Mendonça (2008, p. 183), “o purismo nacionalista produzido discursivamente nas gramáticas, ao longo do século XX, é atualizado na imprensa na voz do leitor do grande jornal, do político e do jornalista. Realiza-se a um diálogo em que, novamente, tem-se um processo parafrástico”.

Santos (2006), a esse respeito, salienta que

no final do século 19 e em boa parte da primeira metade do século 20, o temor do galicismo por pessoas cultas ou de certo preparo, exacerbado pelos chamados puristas, levou à publicação de diversas obras cujo objetivo era de alerta, doutrinação e condenação. E essa condenação, em geral pouco serena, na época dificilmente poderia ter fundamentação linguística (SANTOS, 2006, p. 1).

Nesse sentido, Leite (1999) postula que

as polêmicas linguísticas revelam ter vigorado naquela fase a certeza de que a língua portuguesa devia ficar fixada no período clássico, tido como o de maior esplendor e beleza. [...] não se admitiam interferências de palavras estrangeiras, nem de palavras

novas ou velhas. As palavras estrangeiras, especialmente francesas, representavam o perigo de transformar a língua, descaracterizá-la. As novas, desprestigiadas, eram negadas por desviarem a língua do caminho da perfeição. As velhas eram rechaçadas por fazerem parte de uma fase mais pobre da formação da língua. Enfim, tudo, no fundo, levava a um só caminho: preservar a tradição clássica do português (LEITE, 1999, p. 242).

Assis (2008, p. 54) crava que os puristas se preocupavam “com os desvios da norma, com as inadequações e ajustamentos corretivos na linguagem, considerando que o leitor fazia uma avaliação negativa daquilo que lia”, isto é, “dedicavam-se à condenação do emprego de estrangeirismos e neologismos”. Assim, “ideologicamente, lutavam pela preservação da língua, fosse por natureza política, econômica ou cultural”.

Disso decorre que o momento histórico, final do século XIX e início do século XX, em que se situa Lima Barreto, carrega em si o entendimento de que empréstimos linguísticos externos contrariavam, como bem observa Mendonça (2006, p. 44), “um mecanismo que ajuda a sustentar a atitude nacionalista de exaltação do sentimento nacional, atitude de preferência pelo que é próprio da nação à qual se pertence”.

Dispostos os caminhos teórico-conceituais, passamos à análise do texto de Lima Barreto. Iniciamos com uma apresentação¹⁹ de *Os Bruzundangas*, retirada da Tese de Doutorado de Lúcia Maria de Assis (2008):

[...] é um diário de viagem de um brasileiro que morou uns tempos na Bruzundanga, uma jovem república que lutava num ambiente de colapso do modelo escravocrata, deposto em 1889, embora ainda persistisse o predomínio dos grupos ligados à grande lavoura. Um país onde proliferavam elites incultas que dominavam o povo, racismo, pobreza, obsessão por títulos doutorais, literatura de enfeite, empolamento linguístico. [...] o livro encontra-se dividido em 22 capítulos, um Prefácio e ainda uma última parte intitulada Outras Histórias da Bruzundanga. Cada um desses capítulos constitui uma crônica, que privilegia determinados temas (ASSIS, 2008, p. 125).

Assis (2008, p. 17) sintetiza Lima Barreto, pontuando que

o literato suburbano critica a língua preciosista, a literatura empolada e fútil, as instituições de ensino que só servem para dar títulos à aristocracia, o ensino público, destinado a formar as pessoas da elite, a reforma urbana que desabriga as pessoas em nome de um retrato afrancesado do país, a República que desejava mostrar um Rio de Janeiro sem negros e sem pobres (ASSIS, 2008, p. 17).

¹⁹ Como não é nosso objetivo esmiuçar a obra, optamos por descrever minimamente sua estrutura e conteúdo para que nosso/nossa leitor/leitora possa estar contextualizado/contextualizada.

Assim, consideramos o autor e a obra selecionada instrumentos de construção do saber linguístico no qual é possível trilhar um caminho que atenda aos objetivos a que nos propusemos quando optamos por *Os Bruzundangas*. Nesse aspecto, é importante localizarmos o texto barretiano e, para tanto, recorreremos a Assis (2008, p. 125):

Desse lugar, o narrador-viajante descreve a educação, a economia confusa, a legislação, a política, o processo democrático, a ciência, o exército. Açoita a República Velha, escrutina o estilo de ensino, debocha do modelo religioso, escarnece a Academia Brasileira de Letras, menospreza o valor do bacharelismo e o título doutoral e, finalmente, denuncia a profissionalização da política. Tudo isso constitui um quadro temático crítico e inteligente também das instituições e sociedade brasileiras (ASSIS, 2008, p. 125).

Ainda, é necessário explicitar pontos fundamentais relacionados a uma das principais características de Lima Barreto, a ironia. Em *Os Bruzundangas*, isso fica claro pelo modo como ele retrata um país fictício que tem completa associação com o Brasil, sendo, portanto, uma rica alegoria, que faz críticas à educação, à política, à igreja, aos costumes, enfim, à sociedade que se formava naquele momento histórico do início da República, com seus privilégios e suas desigualdades.

Ao contestar autoridades e subverter valores da sociedade brasileira, representada especialmente pela da capital, à época, Rio de Janeiro, Lima Barreto denuncia os vícios de uma estrutura política que ignora a real situação do país em detrimento de uma construção social ideal, ou seja, nessa alegoria ao Brasil, ele apresenta todo um mosaico social, cultural e político que se instaura via *Belle Époque*.

Nesse sentido, é importante destacarmos que a seleção lexical, de cunho mais popular, adotada por Lima Barreto imprime uma possibilidade maior de construção de sua ironia, visto que isso se configura em conformidade com uma maneira de provocar os conservadores. No entanto, dentro de um paradoxo evidente, ele se enquadra em uma legião de puristas, o que torna sua ironia mais imbricada porque alimenta suas críticas ao que a República prometeu e não cumpriu, mas simultaneamente o coloca em ataque à entrada de estrangeirismos para o acervo léxico nacional.

Nessa perspectiva, constatamos que, em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto faz menção a uma língua elitizada dos literatos, mostrando um abismo desta com a língua do povo e que, por isso, não compreende a literatura daquele país, algo que, em sua visão, carregada de ironia, cria um grande distanciamento entre

a cultura popular e a europeizada, principalmente a francesa, que se importava naquele momento de constituição histórica.

Nesse ponto, fazemos um recorte para a consecução de nosso objetivo, a fim de que possamos analisar os galicismos presentes na obra *Os Bruzundangas*. É premente esclarecermos a riqueza da obra e as várias possibilidades de análise em diferentes matizes que ela nos propicia; todavia, devido a um percurso que já delineamos em nossa trajetória acadêmica, nossa escolha pela investigação de um *corpus* específico com galicismos se justifica.

Para empreender nosso estudo de estrangeirismos, optamos por selecionar as palavras/expressões em língua francesa²⁰ de cada um dos 22 capítulos do livro, além do Prefácio, do Capítulo Especial e das Outras histórias da Bruzundanga, configurando uma amostragem que encontra eco no fato de que, para cada capítulo, Lima Barreto trata de um tema da sociedade bruzundanguense, o que nos viabiliza proceder dessa maneira, já que assegura a circulação dos empréstimos externos franceses nos mais variados espaços sociais, culturais, econômicos e políticos, não se configurando um espaço restrito de possibilidade de emprego.

A seguir, por uma questão metodológica e de atendimento ao espaço desse texto, elaboramos um quadro com as palavras/expressões de língua francesa utilizadas por Lima Barreto, em itálico, no decorrer da obra em análise. Em seguida, apresentamos os resultados da busca no Dicionário Houaiss para a confirmação de registros das lexias com aportuguesamento e damos continuidade à análise.

Quadro 1 – Palavras/expressões em língua francesa²¹

TÍTULO/CAPÍTULO	PALAVRA/ EXPRESSÃO	PÁGINA
PREFÁCIO	<i>Le pauvre homme</i>	4
CAPÍTULO ESPECIAL – OS SAMOIEDAS	<i>plaque</i>	14
	<i>toujours des perruques</i>	20
	<i>trouvaille</i>	25
I – UM GRANDE FINANCEIRO	<i>dernier bateau</i>	32
II – A NOBREZA DA BRUZUNDANGA	<i>tout court</i>	42
III – A OUTRA NOBREZA DA BRUZUNDANGA	<i>ci-devant</i>	49

²⁰ Há alguns usos de anglicismos, outros de Latim e de Espanhol, contudo nosso objetivo é tratar apenas do Francês por causa da influência mais efetivamente existente devido à *Belle Époque*.

²¹ No anexo, estão dispostos os trechos originais em que as palavras/expressões são utilizadas.

IV – A POLÍTICA E OS POLÍTICOS DA BRUZUNDANGA	<i>Ce que femme veut</i>	57
V – AS RIQUEZAS DA BRUZUNDANGA	<i>Briquettes</i>	60
VI – O ENSINO NA BRUZUNDANGA	----	--
VII – A DIPLOMACIA NA BRUZUNDANGA	----	--
VIII – A CONSTITUIÇÃO	----	--
IX – UM MANDA CHUVA	<i>Il faut finir, pour recommencer</i>	87
X – FORÇA ARMADA	<i>Sabots</i>	95
XI – UM MINISTRO	----	--
XII – OS HERÓES	----	--
XIII – A SOCIEDADE	----	--
XIV – AS ELEIÇÕES	<i>Engambée</i>	124
XV – UMA CONSULTA MEDICA	<i>Toilette</i>	134
XVI – A ORGANIZAÇÃO DO ENTHUSIASMO	----	--
XVII – ENSINO PRATICO	----	--
XVIII – A RELIGIÃO	----	--
XIX – Q. E. D.	----	--
XX – UMA PROVINCIA	<i>Touriste</i>	155
XXI – PANCOME, AS SUAS IDÉAS E O AMANUENSE	<i>boulevard</i>	163
	<i>touristes</i>	163
	<i>parvenus</i>	166
	<i>boulevards</i>	169
XXII – NOTAS SOLTAS	<i>Boulevards</i>	178
OUTRAS HISTÓRIAS DA BRUZUNDANGA	----	--

Do *corpus* retirado da obra *Os Bruzundangas*, estão aportuguesadas as palavras bulevar, placa/plaqueta, peruca, toalete e turista e encontram-se dicionarizadas no Houaiss, com a menção, no item etimologia, de sua origem na língua francesa, já turista figura como um anglicismo, isto é, dicionarizado por essa entrada e não pela da língua francesa, embora inicialmente tenha sido usada em francês pelos brasileiros. Aqui, cabe o registro de Schmitz (2001, p. 86) de que “a existência de palavras estrangeiras numa determinada língua não coloniza o pensamento nem tolhe o raciocínio, a criatividade e a originalidade dos que querem se expressar oralmente ou por escrito”.

Desse modo, constatamos que o aportuguesamento ocorreu para 6 palavras – bulevar, placa/plaqueta, peruca, toalete e turista, sendo que toalete/*toilette* coocorrem ainda em alguns usos pelo Brasil, ou seja, essas palavras circularam e tiveram adesão dos grupos sociolinguísticos, portanto se mantiveram em uso até

os dias atuais. *Boulevard* teve sua grafia original mantida, apesar de seu aportuguesamento, entretanto houve uma opção de não empregar em grafia portuguesa e uma ampliação semântica com sua utilização não remetendo ao significado original – avenida.

Assim, nos dados coletados, utilizando a classificação de Biderman (2001), não há decalque (versão literal do lexema-modelo concretizado, tendo em vista que tais palavras são calcos literais da palavra estrangeira). Existe a incorporação do vocábulo *boulevard* em sua grafia original, apesar de ter sido aportuguesada – *bulevar*; e adaptação da forma estrangeira à fonética e à ortografia brasileira para os demais aportuguesamentos dicionarizados que apontamos, ou seja, conforme nos assegura Zilles (2001, p. 157), “são os falantes que decidem se os termos permanecem com feição (próxima à) original, ou se desaparecem; e se permanecem, em que medida mantêm, ou não, as propriedades das formas originais”.

De outro modo, verificamos que as demais palavras – *trouvaille, tout court, ci-devant, briquettes, sabots, engambée* e *parvenus* – não se tornaram escolhas dos falantes brasileiros nas gerações seguintes, o que evidencia o fato de que o contato linguístico, historicamente, sempre existiu e que, de algum modo, as trocas linguísticas propiciam enriquecimento lexical de uma língua, mas que isso demanda efetiva necessidade para o jogo interativo, visto que o uso, por uma questão de prestígio, tende a não se sustentar por si.

Das expressões *Le pauvre homme, dernier bateau, Ce que femme veut e Il faut finir, pour recommencer*, podemos inferir que se trata de uma importação no ponto de vista do que Lima Barreto tacha de bovarismo; em outras palavras, uma tendência da sociedade ali retratada de fugir da realidade e imaginar condições de vida que não possuem, passando a agir tal qual se as possuíssem. De alguma maneira, então, em uma clara ironia à sociedade brasileira, ele insere tais expressões francesas na forma de uma mostra de pseudosuperioridade desses grupos sociais, algo bastante comum à época.

Em contraponto, citamos Fiorin (2001), que defende:

É preciso considerar que, se, do ponto de vista do sistema, certas formas estrangeiras têm correspondentes exatos em português, do ponto de vista do uso, a língua não tem formas vernáculas ou emprestadas que sejam correspondentes perfeitos. Assim, o uso de determinadas expressões estrangeiras conota “modernidade”, “requinte”, etc., conotações que as correspondentes vernáculas não possuem (FIORIN, 2001, p. 120).

Dessa maneira, ao fazer tais usos em seu texto, Lima Barreto aciona o mecanismo irônico de mostrar como a sociedade bruzundanguense funcionava, em termos de adoção de uma realidade linguística empolada, amaneirada

para a construção de um prestígio cuja base se fundamentava em importes que em muito pouco poderiam acrescentar ao acervo lexical da língua, em estreita alusão à sociedade brasileira.

Desse *corpus*, mesmo que reduzido, salientamos que, do ponto de vista sociolinguístico, a obra *Os Bruzundangas* nos conduz a um caminho que se relaciona aos contatos linguísticos inerentes às situações sociocomunicativas de qualquer grupo social em qualquer língua, que se sustenta pelo escopo da Teoria da Variação e Mudança Linguística. Por outro lado, não se consegue autorizar ou proibir usos linguísticos, porque eles acontecem ou não, são eternas maneiras de se empreender a interação de grupos sociais, característica de qualquer língua em meio a qualquer sociedade.

Mais ainda se entendermos que a influência da língua francesa remonta a séculos anteriores, conforme atesta Carvalho (2009):

A partir do século XVIII, intensificando-se no século XIX e atingindo as primeiras décadas do século XX, o mundo ocidental (e dentro dele o Brasil) tinha a França como modelo de civilização, língua e literatura. Essa forte penetração francesa deixou vestígios no vocabulário da moda (*godê, evasê, chique, tailleur, elegante*), da vida social (*carnê, menu, bistrô, restaurante*), da literatura (*mal do século, jogos de espírito*), das artes em geral (*art déco, silhueta, dublê, lilás, matinê*) (CARVALHO, 2009, p. 67-68).

Por isso, quando se pensa em purismo linguístico, não é possível manter controle dos usos que os falantes farão ou não, das decisões que tomaram ou tomarão para utilizar uma forma e não outra. Assim, apesar de, àquela época, não se ter o parâmetro científico e metodológico para essa compreensão, é sabido que esse *modus operandi* do ser humano em relação à linguagem é intrínseco. Sob esse viés, Fiorin (2001, p. 120-121) esclarece que, no início do século XX, “houve (...) uma corrente purista, que estava preocupada com os galicismos, pois o francês era a língua que mais fornecia empréstimos. Havia listas de formas vernáculas para substituir os galicismos, as escolas ensinavam-nas a todos os alunos”.

Nesse sentido, recorreremos, mais uma vez, ao escopo da História das Ideias Linguísticas, a fim de observarmos que a fonte de um pensamento, ao ser analisado em seu contexto, permite a verificação pela qual uma ideia pode ter sido compreendida, difundida, interpretada e representada. Nesse ponto, assevera Guedes (2012, p. 75), quanto a esse constructo de uma ideia, que

escrever fora dos padrões da escrita luxuosa naquela época é um posicionamento na sociedade. Uma escrita pomposa e afinada com a “erudição” e o academicismo era, normalmente, fruto do pensamento de grupos sociais ligados ao poder e crenças no

saber cientificista. Esse tipo de fazer literário é revelador de uma visão excludente, que não foca os grandes males sociais e que só concebe a palavra e a arte para alguns considerados intelectualmente refinados. Em *Os Bruzundangas*, esse segmento da literatura brasileira daquela época é trazido para a praça com as vestes e rituais dos acadêmicos samoiedas e ali é destronado a partir da figura do nobre literato (GUEDES, 2012, p. 75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, procuramos trilhar um percurso no qual o autor e a obra selecionada pudessem ser o eixo para uma investigação ancorada nas bases teórico-conceituais da História das Ideias Linguísticas e da Teoria da Variação e Mudança Linguística, com vistas a equalizar esses suportes como alicerces para uma análise linguística empreendida a partir da circulação de estrangeirismos em determinado momento histórico e em um espaço-tempo determinado, bem como seus desdobramentos.

Dessa maneira, entendemos que a construção de um saber linguístico, consideradas as análises a que nos propusemos e as configurações de constituição desse percurso, alinha-se aos fundamentos que embasam nosso fazer acadêmico, visto que argumentos aqui foram defendidos numa concepção multidisciplinar, que se filia aos pressupostos científicos por nós adotados, unindo ciência, sociedade e língua.

Desse modo, unindo dois conhecimentos científicos fundamentais para a consecução de nossos objetivos, sustentamos que contatos linguísticos proporcionam a ampliação do acervo lexical de uma língua, entretanto não é um processo que se legitima por imposição, uma vez que a preservação de um idioma não é obtida com atitudes puristas, mas sim, com o uso efetivo que a sociedade faz de sua língua.

Assim, ao analisarmos palavras emprestadas do Francês utilizadas por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*, empreendemos uma discussão profícua quanto a alguns aspectos decorrentes do comportamento da sociedade que emergia ao final do Século XIX e início do Século XX no Brasil, com uma elite social que prevalecia com o intuito de manter seu *status quo*.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. **Pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas/USP, FFLCH, 1998.

ASSIS, L. M. de. **Lima Barreto – Língua, Identidade e Cidadania**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 166p.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: UNICAMP, 1992.

BARRETO, L. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1922.

BARROS, J. D'A. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARVALHO, N. M. de. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Cortez, 2009.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99. O projeto de lei nº 1676/99 na imprensa de São Paulo. In FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos guerras em torno da língua**. São Paulo: Editora Parábola, 2001. p. 107-125.

GUEDES, A. da S. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Literários), Universidade Federal Fluminense, 2012. 252p.

ILARI, R. **Introdução ao estudo do léxico**. São Paulo: Contexto, 2002.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1.

LEITE, M. Q. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

MATTOSO CÂMARA JR., J. **Dicionário de linguística e gramática**. 13ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

MENDONÇA, M. C. O purismo linguístico na mídia brasileira na passagem do século XX para o século XXI. **Revista da ANPOLL**, v. 2, p. 169-191, 2008.

MENDONÇA, M. C. **A luta pelo direito de dizer a língua:** a linguística e o purismo linguístico na passagem do século XX para o século XXI. Tese (Doutorado). Unicamp, Campinas, SP, 2006. 249p.

NEEDELL, J. D. **Belle Époque tropical.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista!:** discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. P. **História das ideias linguísticas:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. (org.). Campinas/SP: Pontes; Cáceres/MT: Unemat Editora, 2001.

REY, A. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In BAGNO, Marcos (org.). **Norma linguística.** São Paulo: Loyola, 2001.

SANTOS, A. S. dos. **Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SCHMITZ, J. R. A língua portuguesa e os estrangeirismos. In FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno da língua.** São Paulo: Parábola, 2001. p. 85-106.

SCHWARCZ, L. K. M. Lima Barreto e a escrita de si. **Estudos Avançados, USP,** v. 33, n. 96, p. 137-153, 2019.

SCHWARCZ, L. K. M. Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios. **Estudos Avançados, USP,** v. 31, n. 91, p. 123-142, 2017.

VALADARES, F. B. **Uso de estrangeirismos na língua portuguesa.** Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2002. 155p.

VALADARES, F. B. **Uso de estrangeirismos no Português Brasileiro:** variação e mudança linguística. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2014. 190p.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZANON, M. C. FON-FON! Um registro da vida mundana no Rio da Belle Époque. **UNESP/FCLAs/CEDAP,** v.1, n. 2, 2005. p. 18-30.

ZILLES, A. M. S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos** — guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2001. p. 143-161.

ANEXO

LE PAUVRE HOMME!

E' que este doutor dos *mayages* de que nos fala o celebre livrinho sabia perfeitamente que não estancava e tinha o hábito de reservas mentaes. Não açambarcava, mas *alliviava* logo uma grande porção de mercadorias para o estrangeiro, por qualquer cousa, de modo que... *Le pauvre homme!* Podia até illudir o nosso pobre Beckmann!

PLAQUETTE

monias escolares, cifrando-se, as mais das vezes, a sua obra escripta em uma *plaquette* de fantasias de meni-

no, collectaneas de ligeiros artigos de jornal ou num massudo compendio de aula, vendidos, na nossa moeda, á razão de quinze ou vinte mil réis o volume.

TOUJOURS DES PERRUQUES

Havia mais bellezas de igual quilate e outras originalidades. Não obstante, quando appareceu, foi um louco successo de riso muito parecido com o do «Tremôr de terra de Lisboa», aquella celebre tragedia do cabelleiro André, a quem Voltaire invejou e escreveu, entretanto, ao receber-lhe a obra, que continuasse a fazer sempre cabelleiras — *toujours des perruques*, snr. André.

TROUVAILLE

Worspikt concordou também e prometteu aproveitar a maravilhosa *trouvaille* do amigo de letras.

DERNIER BATEAU

A fama do dr. Karpatoso subia e a sua elegancia tambem. Fez uma viagem á Europa, para estudar o mecanismo financeiro dos paizes do velho mundo. Voltou de lá naturalmente mais sábio; o que, porém, elle trouxe de facto, nas malas, e foi verificado pelos elegantes do paiz, foram fatos, botas, chapéus, bengalas, *dernier bateau*, como dizem os «smarts» das colonias francezas da Asia, da Africa, da America e da Oceania.

TOUT COURT

O titulo — Dr. — anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o effeito do — Dom' — em terras de Espanha. Mesmo no Exercito, elle sôa em todo o seu prestigio nobiliarchico. Quando se está em face de um coronel com o curso de engenharia, o modo de trat-o é materia para atrapalhações protocollares. Se só se o chama *tout court* — Dr. Kamisão, — elle ficará zangado porque é Coronel; se se o designa unicamente por Coronel, elle julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu titulo universitariomilitar.

CI-DEVANT

O recente nobre, *ci-devant* Ferreira, estomagou-se e não quiz mais conversas com aquelle velho decrepito que tinha da nobreza idéas tão caducas. Não lhe deu mais tréla.

CE QUE FEMME VEUT...

Disse-nos um velho que conheceu escravos na Bruzundanga que foram ellas, as irmãs dos Collegios ricos, as mãis tenazes inimigas da abolição da escravidão. Dominando as filhas e mulheres dos deputados, senadores, ministros, dominavam de facto os deputados, os senadores e os ministros. *Ce que femme veut...*

BRIQUETTES

A Bruzundanga tem carvão, mas não queima o seu nas fornalhas de suas locomotivas. Compra-o á Inglaterra, que o vende por bom preço. Quando se pergunta aos sabios do paiz porque isto se dá, elles fazem um relatorio deste tamanho e nada dizem. Falam em calorias, em teôr de enxofre, em escorias, em grelhas, em fornalhas, em carvão americano, em *briquettes*, em camadas e nada explicam de todo. Os do povo,

IL FAUT FINIR, POUR RECOMMENCER...

O que pretendo agora, nestas linhas, é fornecer aos leitores o typo de um presidente da curiosa Republica, infelizmente tão mal conhecida entre nós — cousa de lastimar, pois ella nos podia fornecer modelos que nos levassem de vez a completo desastre. *Il faut finir, pour recommencer...*

SABOTS

Quando não lhes é possível de todo mudar os, reformam o feitiço do bonet ou do calçado. E' assim que já usam os officiaes do Exercito de lá, cothurnos, borzeguins, ndalias, *sabots* e aquillo que nós chamamos aqui—tãncos.

ENGAMBÉE

Sentei-me, mostrei o meu titulo, assignei um livro, depuz a cedula na urna e fiquei um momento scismando diante da esbelteza de um longo arco abatido que, de uma unica *engambée* e com uma flexa relativamente diminuta, vencia, com suave elegancia, toda a largura do atrio do palacio vice-real, onde funcionava a secção eleitoral. (*).

TOILETTE

Krat-ben-Suza foi-lhe dizendo logo o terrível mal no estomago de quê vinha soffrendo, ha tanto tempo, mal que apparecia e desaparecia mas que não o deixava nunca. O dr. Adhil-ben-Thaft fel-o tirar o pãletot, o collete, auscultou-o bem, examinou-o demoradamente, tanto de pé como deitado, sentou-se depois, enquanto o negociante recompunha a sua modesta *toilette*.

TOURISTE

Seria enfatiar o leitor querer dar detalhes das prerogativas que usufruem as provincias. Com isto, faria obra de estudioso de cousas legislativas e não de viajante curioso que quer transmittir aos seus concidadãos detalhes de costumes, que mais o feriram em terras estranhas. Faço trabalho de *touriste* superficial e não de erudito que não sou.

BOULEVARD

infantilmente fabricar, no palacio do seu ministerio, uma Bruzundanga peralvilha e casquilha, genero *boulevard*, sem os javanezes que incommodavam tanto os estrangeiros e provocavam os remoques dos caricaturistas da Republica das Planicies, limitrophe, e tida como rival da Bruzundanga.

TOURISTES

Emfim, elle não era ministro, para felicitar os seus concidadãos, para corrigir-lhe os defeitos em medidas adequadas para accentuar as suas qualidades, para aperfeiçoal-as, para encaminhar melhor a evolução do paiz, accelerando-a como pudesse; o visconde era ministro para evitar aos extranhos, aos *touristes*, contratempos e mãos encontros com javanezes. Elle chegou até a preparar uma guerra criminosa para ver se dava cabo destes ultimos...

PARVENUS

Todos os vates de lá, em geral, são incapazes de comparação, de crítica e improprios para a menor reflexão mais detida, e, com a sua mentalidade de *parvenus* apetrúados, estão sempre dispostos a bajular os titulares ou os apatacados burguezes, para terem o prazer de ver mais perto as suas mulheres e filhas, pois se persuadiram que são ellas feitas de outra substancia diferente d'aquella que forma ás cozinheiras e os pequenos burguezes.

BOULEVARDS

A sua vontade foi feita; e a curiosa nação, em Pariz foi muitas vezes apregoada nos *boulevards* como o ultimo especifico de pharmacia ou como uma marca de automoveis. Contam-se até engraçadas anedoctas.

BOULEVARDS

Certo dia scismou em percorrer, a pé, um dos mais centraes *boulevards* da cidade. Esta recente via publica cortava muitas outras estreitas da antiga cidade e, em todas as esquinas, elle encontrou os urbanos (guarda civis) nos seus postos. Todos estes modestos policiaes

DOUTOMANIA, CONHECIMENTO E PERFORMANCE EM *O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS*, DE LIMA BARRETO

*Valéria Angélica Ribeiro Arauz*²²

RESUMO

A obra literária nasce também como resposta à realidade circundante ao seu autor. Na sala de aula, ela pode servir como um meio de reflexão acerca do mundo do leitor, a partir daquele mundo criado, como também acerca das relações humanas que perduram ao longo do tempo e atravessam os mais diversos contextos, evidenciando o que há de melhor e pior nas pessoas. No Rio de Janeiro do início do Século XX, Lima Barreto denuncia em suas obras uma postura social a que ele pejorativamente denominou “doutomania”. Nesta análise, lemos o conto “O homem que sabia javanês” em uma perspectiva da construção textual com vistas a configurar um leitor-modelo (ou leitor implícito) construído pelo autor para que perceba como, na sociedade brasileira desse período, a performance parece ser mais valorizada que o conhecimento em si. Para tanto, tomamos as teorias relacionadas à construção de Mundos Ficcionalis e ao Leitor de Italo Calvino (1995), Wolfgang Iser (1996) e Umberto Eco (2002, 2004). Como resultado, observamos

²² Doutora em estudos Literários pela Unesp. Docente da UFMA. E-mail: valeriaarauz@gmail.com.

que, além da ironia, o conto revela como funcionam os processos de utilização do conhecimento em uma época de valorização de posturas academicistas.

Palavras-chave: Lima Barreto; Mundos Ficcionalis; Leitor.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um tempo cujo conhecimento científico é não somente aclamado, mas valorizado em um nível que beira o dogmatismo. Para figurar no noticiário brasileiro, muitos se arvoram de especialistas em diversos assuntos e, recentemente, têm crescido os casos no país em que pessoas forjam seus títulos acadêmicos – muitas vezes em instituições de renome internacional – para ganhar destaque no cenário político e social.

Esse comportamento, porém, não é algo da nossa contemporaneidade. Ele está presente na construção nacional do Brasil e pode ser observado desde a época colonial. Do período imperial ao início da República, ele se manifestou predominantemente em um fenômeno conhecido como “bacharelismo”. Segundo essa prática, por causa do crescimento da máquina estatal no império, principalmente na segunda metade do século XIX, os egressos das faculdades de Direito assumiam no país diversas funções burocráticas, com vistas a prover os cargos à época abundantes nas repartições públicas do país (LOPES, 2010; SONTAG, 2008), muitas das quais sem qualquer relação com a sua área de formação (JARDIM, 2010; LOPES, 2010; MÜGGE; CONTE; HENGGEN, 2018). Essa realidade foi examinada, combatida e muitas vezes satirizada pelos escritores da época em seus textos, ficcionais ou não. Sontag (2008) descreve esse período e nos dá um exemplo dessa crítica a partir da obra de Monteiro Lobato, quando cita:

Por instinto de conservação é força, pois, que o bacharel – *Triatoma bacallaureatus* – entregue o cetro da governança ao higienista, para que este, aliado ao engenheiro, conserte a máquina brasílica, desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubim (LOBATO, 1971, p. 133 *apud* SONTAG, 2008, p. 68).

Nesse trecho, o autor de *Urupês* associa o bacharel a uma praga, uma vez que “*triatoma*” é uma referência à praga do inseto barbeiro, e aponta para uma resposta que aconteceu no início do século XX: a substituição dos bacharéis de direito por profissionais de outras formações mais específicas relacionadas às suas funções, como o higienista Oswaldo Cruz e o engenheiro Pereira Passos.

Lima Barreto também se mostrou contrário ao bacharelismo em várias de suas obras. Há referências críticas a essa prática sob o termo forjado pela

própria obra barretiana: a “doutomania”. Ela se apresenta em obras como em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, *Os Bruzundangas*, entre outras. Lopes (2010) demonstra como a percepção do escritor associava essa característica da sociedade brasileira a algo pejorativo. A autora apresenta esse cenário conforme depreendido dos romances já citados:

Essa sua visão crítica desemboca numa percepção particularmente acurada e demolidora do valor atribuído pela sociedade brasileira aos portadores de título superior.

A rigor, um estudante do curso de Direito, por exemplo, concluído seu curso de quatro ou cinco anos, se tornaria bacharel e, caso defendesse a tese de doutorado seria, então, doutor. No entanto, vamos encontrar certa indiferenciação entre esses dois títulos na sociedade, conforme pode ser depreendido em suas obras.

Lima Barreto cunhou o termo “doutomania” para expressar a ideologia de valorização do título, vigente na sociedade da sua época, também conhecida como “bacharelismo”. Essa “doutomania estaria difundida em todas as camadas sociais.

[...]

Denunciando a “doutomania”, Lima Barreto enfatiza o caráter formal do título de ensino superior. A posse do diploma não era garantia de conhecimento, mas seria um “passaporte” para a riqueza, via casamentos de interesse ou via emprego público (LOPES, 2010, p. 73-4).

Assim, se por um lado as múltiplas aplicações do diploma, desde a um casamento vantajoso até a uma colocação em diversas funções no serviço público, poderiam garantir um futuro promissor a um bacharel, as mudanças trazidas pelo positivismo e pela proclamação da República não encontravam mais lugar para esse homem. Nesse momento de transição, tanto a doutomania parecia ser superada, como os novos meios de se sobressair socialmente poderiam também ser questionados.

É importante ressaltar que a produção ficcional e de cronista de Lima Barreto também tem relação com sua experiência individual em uma “cosmovisão essencialmente carioca e brasileira” (MOISÉS, 1996, p. 361). A descoberta tardia de sua obra também pode ser vista como fruto dessas dinâmicas entre conhecimento e ascensão social existentes na capital da República. Assis (2008) aponta esses reflexos na obra de Barreto como algo associado à origem do autor:

Autor de uma vasta obra, só divulgada e reconhecida postumamente, é possível notar que esse literato lutou, muitas vezes sozinho, pelo reconhecimento do povo brasileiro e de sua cidadania, em detrimento de sua origem social, racial ou quaisquer outros preconceitos que, na transição do regime monárquico para o republicano, ou na transição do século XIX para o XX, pudessem vigorar (ASSIS, 2008, p. 12).

Outros autores também relacionam a sátira de Lima Barreto com uma espécie de rancor por causa da permanência do autor na posição de amanuense até o fim de sua vida, independentemente da capacidade superior denotada em seus escritos, estudados pela academia somente 50 anos após a sua morte (BOSI, 1994; CÂNDIDO, 2008; MOISÉS, 1996).

Na sua narrativa, portanto, ele demonstra conhecer os mecanismos de ascensão social na *Belle Époque* carioca, mas não se permite contaminar com essa busca pela forma e pelas aparências em detrimento de suas convicções e da afirmação de sua origem.

A análise aqui empreendida mostra como no conto “O homem que falava Javanês” existe uma tentativa de fazer uma crítica a essa sociedade, à doutomania e ao culto à performance – uma busca por se fazer parecer acadêmico em vez de dominar um conhecimento de fato.

O LEITOR, O TEXTO E O MUNDO – FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Existem diversas formas de abordagem ao texto literário, com compreensões distintas acerca de sua criação, função e relação com a realidade. Estabeleceremos aqui algumas balizas para esta análise, a partir das teorias do efeito estético e da criação de mundos ficcionais. É importante para o professor de Língua e Literatura compreender essas relações porque, uma vez que percebe a formação do leitor implícito à obra literária, pode promover o ambiente necessário para a formação do leitor empírico, seu aluno adolescente, leitor em formação. A alegada resistência à leitura pode ser quebrada quando o professor consegue – pela contextualização, solução de dificuldades quanto ao léxico, apresentação visual de elementos distantes espacial e temporalmente do aluno ou outros recursos – aproximar este leitor empírico e o leitor modelo, facilitando a fruição da obra lida.

Ao estudar a *mimesis*, Erich Auerbach apresenta diversas análises de textos clássicos e romances e nos ensina uma postura de críticos a partir daquilo que o texto nos apresenta como elemento essencial de abordagem, deixando em segundo plano as possíveis intenções autorais ou do leitor:

O método da interpretação de textos deixa à discrição do intérprete dum certo campo de ação: pode escolher e dar ênfase como preferir. Contudo, aquilo que afirma deve ser encontrável no texto. As minhas interpretações são dirigidas, sem dúvida, por uma intenção determinada; mas esta intenção só ganhou forma paulatinamente, sempre durante o jogo com o texto, e durante longos trechos, deixei-me levar pelo texto (AUERBACH, 2015, p. 501).

Concordamos com o autor quanto a esse fato e buscamos também proceder uma leitura indutiva-constitutiva, na qual, a partir daquilo que está sinalizado na materialidade do texto, percorrendo pistas deixadas pelo escritor e dos significados latentes na superfície textual, podemos chegar à enunciação do texto e inferir sentidos.

De acordo com essa escolha metodológica, precisamos fazer algumas distinções quanto às noções de Autor empírico, Autor implícito, Narrador, Narratário, Leitor implícito (ou leitor-modelo) e Leitor empírico. Essas instâncias são constituídas nos polos de escrita e leitura do texto literário e são elementos do próprio processo de ficcionalização. Desse modo, os diversos tipos de autor e leitor são tomados como instâncias separadas: o autor empírico, aquele ser biográfico, que tem sua existência no mundo real, é o responsável pela criação de um autor implícito, uma persona cuja retórica se constitui em estilo e que o distingue dos demais autores. Este autor implícito é aquele que pode ser retomado pela crítica literária, uma vez que, mesmo em aspectos biográficos, o autor empírico continua inacessível aos leitores, pois consideramos que tudo aquilo que ele deixa enquanto marcas de sua existência são, na verdade, máscaras de estilo que se preservam na história. Desse modo, o autor implícito é o responsável por configurar o narrador, aquele que toma a palavra no texto literário e que se dirige diretamente a um narratário.

O autor implícito, ao criar cada narrador e seu(s) narratário(s), tem em mente um leitor implícito (ou leitor-modelo) para quem deixa pistas na leitura. O leitor implícito é aquele a quem o autor se dirige ou que imagina enquanto receptor do seu texto. Ele também é construído pelo autor e teria a capacidade de perceber e atualizar os sentidos presentes no texto, o que nem sempre acontece. O leitor empírico (leitor possível), por sua vez, é aquele que de fato será o responsável pela atualização dos sentidos do texto. Ele pode estar mais próximo (temporal ou espacialmente) do leitor implícito, mas também pode estar muito distante da recepção prevista pelo autor da obra, sendo capaz, inclusive, de perceber sinais nem sempre deixados no texto de maneira intencional pelo autor. Iser (1996) nos alerta quanto a isso:

[...] pensa-se na estrutura do leitor implícito embutida nos textos. À diferença os tipos de leitor referidos, o leitor implícito não tem existência no mundo real; pois ele materializa o conjunto das pré-orientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção a seus leitores possíveis. Em consequência, o leitor implícito não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura do texto. Se daí inferimos que os textos só adquirem sua realidade ao serem lidos, isso significa que as condições de

atualização do texto se inscrevem na própria construção do texto, que permitem construir o sentido do texto na consciência receptiva do leitor (ISER, 1996, p. 73).

Essa observação é sobremaneira relevante, pois, mesmo havendo um grande distanciamento do leitor empírico/possível em relação às formas mais contemporâneas de recepção, esta separação não o autoriza a extrair ou impingir ao texto significados que não estejam previstos em sua materialidade. Os perigos da “superinterpretação” também são apontados por Eco (2002; 2004), uma vez que ele também indica a presença do leitor já no momento de concepção da obra literária, e não somente na recepção do texto:

A diferença que nos interessa não passa entre cooperação textual e crítica, mas entre crítica que narra e faz frutificar as modalidades de cooperação textual e crítica que *usa* o texto, como temos visto, para outros fins [...]. Esta é a crítica que ajuda a realizar a cooperação também lá onde a nossa desatenção a levava a malograr. E é o tipo de crítica que se deverá definir, nos limites do presente discurso, como exemplo de cooperação textual “excelente”. Também quando discorda dos resultados da *nossa* cooperação e se acha o dever de negar ao crítico a função de Leitor-Modelo. Devemos ser-lhe gratos por tê-lo tentado (ECO, 2004, p. 159-60, grifos do autor).

Para ele, portanto, a melhor maneira de empreender uma tentativa de “cooperação textual” é exercitar um olhar atento às estruturas demarcadas no próprio texto literário de modo a depreender e configurar um leitor-modelo (leitor implícito, para Iser), que seria “um conjunto de instruções textuais, apresentadas pela manifestação linear do texto precisamente como um conjunto de frases ou de outros sinais” (ECO, 2002, p. 22).

Quando trabalhamos com textos de literatura, é comum procedermos a análise de textos escritos há dezenas ou centenas de anos ou de autores de outras nacionalidades ou regiões. Assim, é preciso ter consciência dessa lacuna da recepção para que não pequemos ao atribuir intenções ao texto que não se relacionam ao seu contexto e nem poderiam ser depreendidas de sua estrutura textual. Há percepções que trazemos para a leitura que decorrem justamente desse distanciamento e de um olhar histórico que não poderia pertencer ao autor empírico, mas também o olhar do crítico pode perceber como a sensibilidade daquele autor às questões de seu contexto são impressas na construção do texto.

O leitor empírico, ao proceder a análise de um texto literário em um tempo e espaço distantes de sua época de produção, também tem condições de perceber de que maneira esse texto constrói um mundo ficcional relacionado com aquele mundo real em que está ancorado. Eco também define como capacidade do texto literário o fato de, pela criação de narrativas ficcionais, sermos capazes

de acrescentar possibilidades ao mundo real e, dessa maneira, apurar os sentidos para a compreensão da realidade. Um conto ou romance, mesmo sendo um mundo fechado, encerrado nas páginas do texto, passa também a compor o mundo real oferecendo perspectivas de análise de posicionamento a essa realidade:

Por um lado, na medida em que um universo de ficção nos conta a história de algumas poucas personagens em tempo e local bem definidos, podemos vê-lo como um pequeno mundo infinitamente mais limitado que o mundo real. Por outro, na medida em que acrescenta indivíduos, atributos e acontecimentos ao conjunto do universo real (que lhe serve de pano de fundo), podemos considerá-lo maior que o mundo de nossa experiência (ECO, 2002, p. 91).

Italo Calvino (1995), por sua vez, alerta para o fato de que a aproximação do ficcional ao real não tem como ambição a captação ou reprodução da realidade, uma vez que essa apreensão não pode ser feita de modo pleno no texto literário. As vozes que se sobrepõem na narrativa (personagens, narrador(es), autor, escritor) tomam posse dos discursos uns dos outros e os alteram em diversos movimentos de refração. A tomada/criação dessas instâncias de fala mostra como aqueles excertos da realidade se relacionam com a percepção daquele(s) indivíduo(s) acerca dos níveis de realidade apresentados no texto.

[...] la letteratura non conosce la realtà ma solo livelli. Se esista la realtà di cui i vari livelli nonsono che aspetti parziali, o se esistano solo i livelli, quanto a esto la letteratura non può deciderlo. La letteratura conosce forse meglio di quanto non s'arrivi a conoscerla attraverso altri procedimenti conoscitivi. È già molto ²³ (CALVINO, 1995, p. 390).

Cabe ao analista, enfim, avaliar a construção de um Mundo Ficcional e como a sua estruturação toca a realidade em algum de seus múltiplos níveis conforme apresentada a esse leitor-modelo, implícito no texto literário, para dali depreender sentido:

O discurso seria o ponto em que viriam a convergir autor e leitor, ou seja, a linguagem, dotada de uma função norteadora, estaria se mostrando como uma maneira de olhar, de proporcionar a interação do homem com o seu mundo, bem como a própria configuração desse mundo enquanto tal. Assim, o olhar do leitor passaria a existir pelo discurso. Diante de cada mundo criado, o homem teria a sensação de apreender na

²³ A literatura não conhece a realidade, somente os níveis. Se existe a realidade cujos níveis são apenas aspectos parciais, ou se existem apenas os níveis, isto não pode ser decidido pela literatura. A literatura conhece a realidade dos níveis, e esta é uma realidade que conhece talvez melhor do que venhamos a poder conhecê-la por meio de qualquer outro processo cognitivo (Tradução livre do original).

palavra aquilo que aparece diante de si por meio das representações, da significação (ARAUZ, 2009, p. 90).

Essa configuração do olhar acontece em qualquer leitor empírico que se aproxime da obra lida, seja para um momento diletante ou para o estudo do texto. O repertório evocado dependerá dos objetivos de leitura e da vivência de cada indivíduo ao se aproximar de um livro. O que por vezes acontece é a resistência de um leitor à recepção de um texto, principalmente quando este se distancia daquele em muitos anos, por causa da dificuldade em atualizar os sentidos e as relações presentes na narrativa, pensada originalmente para um outro leitor. Cabe ao crítico – que muitas vezes é o professor em uma sala de aula – auxiliar esse leitor na busca pelos sentidos, como em um trabalho de detetive que, ao juntar as pistas encontradas, pode se maravilhar com as possibilidades das relações estabelecidas naquele Mundo Ficcional.

UM “DOUTOR LINGUISTA” NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA

O conto *O homem que sabia javanês* foi escrito por Lima Barreto e publicado pela primeira vez em 1911, na Gazeta da Tarde, no Rio de Janeiro. Embora já tenha sido abordado por seu caráter irônico (PIRES, 1994; ASSIS, 2008; OLIVER, 2010; JARDIM, 2010), marca inquestionável dessa narrativa a partir de seu título, nesta análise partiremos de uma afirmação que se encontra em suas últimas linhas:

- Olha: se não fosse estar contente, sabes que iria ser?
- Que?
- Bacteriologista eminente. Vamos?
- Vamos. (BARRETO, 2017, p.10)

Essa afirmação de que o protagonista, se não houvesse ganho a vida fingindo saber um idioma pouco conhecido no Brasil, poderia igualmente fazê-lo como um cientista, sem para tanto obter o conhecimento necessário, chama a atenção do leitor. Assim, a narrativa de todo o sucesso como professor de javanês e linguista, que de modo alegado seria “pra poder viver”, fica embaçada pelo que seria a real intenção da personagem: “arranjar belas páginas de vida”, “levar uma vida engraçada” e correr “aventuras aqui, neste Brasil imbecil e burocrático” (BARRETO, 2017, p. 4). E isso seria possível como linguista ou como cientista, mas não como bacharel.

No cenário de uma confeitaria carioca, símbolo de encontros da elite intelectual do país desde o século anterior, Lima Barreto apresenta ao leitor a história de Castelo, um bacharel que, por não obter sucesso profissional e financeiro pela sua formação, entrega-se a uma carreira de “homem de letras”. O diálogo é breve e narra eventos em um tempo recente, dada a rapidez com que eles são mencionados. Pode-se inferir que o tempo transcorrido entre o infortúnio e o sucesso de Castelo é de poucos anos, e a conversa entre os interlocutores na mesa dura o tempo de consumo de algumas canecas de cerveja.

É interessante notar a escolha dos nomes dos interlocutores no conto: o narrador protagonista se chama Castelo, enquanto seu narratário/ouvinte, Castro. Tratam-se ambos de sobrenomes tradicionais portugueses, mas se dispostos juntos e em oposição, como acontece no conto, revelam um jogo em que Castro, que significa “castelo antigo”, ouve as histórias de Castelo, cujo nome evoca simultaneamente sentidos relacionados ao “sólido” e ao “fugaz”, como os “castelos no ar”, “castelos de cartas” ou “castelos de areia”. Assim, opõem-se a tradição de um ouvinte adaptado às convenções da capital da República e a inovação do modo de vida de um homem que, por não mais conseguir posição na sociedade, se torna dúbio, em uma vida cheia de subterfúgios. De fato, o papel do narratário na história é, por meio de intervenções pontuais, associar-se hipoteticamente ao leitor implícito. Ele faz as perguntas que cobram a verossimilhança das peripécias de Castelo:

– E ele acreditou? E o físico? perguntou meu amigo que até então me ouvira calado (BARRETO, 2017, p. 7).

– Como, se tu nada sabias? interrompeu-me o atento Castro.

[...]

– E nunca duvidaram? perguntou-me ainda o meu amigo (BARRETO, 2017, p. 9)

Sobre o “saber” apresentado no título, Oliver (2010) faz uma leitura perspicaz em que aponta a dificuldade desse narrador convencer seu interlocutor acerca de sua malandragem, pois, mesmo afirmando o seu desconhecimento acerca da matéria que lecionava e a sua indisposição para de fato aprender algo sobre o javanês, deixa transparecer em vários momentos do conto que, na verdade, passou por etapas de um aprendizado efetivo (mesmo que talvez insuficiente) do idioma e da cultura javanesa. Apesar de se afirmar malandro em todas as suas falas, as suas ações geralmente o demonstram ambíguo:

Estar autorizado a saber implica que o reconhecimento externo, social, esteja em acordo com a aquisição gradual de um conhecimento, que se torna, ao fim e ao cabo, saber. O que Castelo faz o tempo todo no conto é, na verdade, prevenir que isso aconteça.

teça e prevenir o leitor a inferir que na mais remota possibilidade isso venha a acontecer. Se ele tem sucesso em ambas as tarefas é um sucesso, no entanto, relativo. Como determinar quando essa aquisição se completa? Evidente que a exigência, segundo os pressupostos morais do conto, seria a de que Castelo, para legitimar-se enquanto sabeledor de javanês, teria que ler, falar, escrever fluentemente a língua javanesa quantum satis. Mas quantos professores sabem tanto? (OLIVER, 2010, p. 223).

A inspiração para essa postura de narrador golpista já é revelada no início do conto: Gil Blas e sua herança picaresca do Lazarillo de Tormes, escrito embrionário do que viria a ser o romance. Para o narrador, a vida de aventuras merece ser narrada em detrimento dos esforços que precisou empreender para adquirir algum conhecimento. A exaltação de um caráter duvidoso também é revelada quando Castelo confessa a perda de qualquer interesse pelo aprendizado quando se vê em uma situação confortável. O pouco conhecimento que obteve se mostrava ser suficiente para manter a vida em suas necessidades mais básicas. Com o emprego do golpe, ele passa de um homem que não tem dinheiro sequer para tomar um bonde a alguém com um emprego vantajoso:

Pus-me com afã no estudo das línguas malaio-polinésicas; mas não havia meio!

Bem jantado, bem-vestido, bem dormido, não tinha energia necessária para fazer entrar na cachola aquelas coisas esquisitas (BARRETO, 2017, p. 10).

Outra marca que revela um pretenso desprezo ao conhecimento e ao aprendizado do idioma é o uso dos referentes relacionados ao Javanês. Ao longo do conto, Castelo fala da “tal língua malaia”, do “idioma oceânico”, do “malaio” ou “meu malaio”, do “tal javanês”, das “línguas malaio-polinésicas”, do “jargão das ilhas de sonda” e, de maneira ainda mais pejorativa, do “vasconço” ou da “língua esquisita”. Isso se reproduz também ao se referir ao alfabeto como “calungas” ou “‘abc’ malaio”; à história literária como “histórias bem tolas” e ao livro javanês como “alfarrábio” ou “patuá malaio”. Ele despreza no ambiente privado da conversa com seu companheiro o conhecimento simulado que havia lhe conferido publicamente o sustento e o reconhecimento na sociedade.

O enredo mostra as etapas percorridas pelo protagonista para, ao fingir dominar um idioma, obter vantagem financeira sobre um barão idoso. Nessa relação também se estabelece uma oposição entre o antigo modo de vida carioca e os novos tempos da República. Castelo é bacharel, mas não consegue se situar profissionalmente na burocracia estatal apenas com essa formação e o Barão de Jacuecanga tem o título de nobreza e um casarão da Tijuca, mas ambos não lhe valem mais como glória ou fortuna, algo denotado na decadência da família e da propriedade. Note-se também a escolha do sobrenome do barão, uma vez que,

mesmo não correspondendo a nenhum contemporâneo real de Lima Barreto, faz referência à tradição carioca: Manuel Feliciano Soares Albernaz tem em seu nome alusão a famílias portuguesas que têm presença no Rio de Janeiro desde o século XVI.

A menção ao bairro da Tijuca, mormente à rua Conde de Bonfim, realça essa oposição, uma vez que essa região da cidade, após a reconfiguração do Centro pelo prefeito Pereira Passos, se tornaria a próxima a sentir os efeitos da modernização imposta pelos novos tempos. Essa localidade, onde viviam anteriormente os membros da nobreza, começou a se industrializar no início do século XX, sofrendo também uma profunda reconfiguração. Assim, o Barão de Jacuecanga é a tradição sendo ensinada pelo recém-chegado Castelo, detentor de um conhecimento inusitado que será útil a ambos, mesmo sendo falso. Para ambos, também, a relação com o trabalho não se dá de uma forma produtiva, uma vez que o primeiro vive das posses de sua família (a casa, o livro, a herança) e o segundo, do emprego de seus ardis:

A personagem constrói sua imagem reforçando a ideia da tradição do trabalho familiar, embora não tenha uma ocupação definitiva. Convém assinalar que, à época da produção de Barreto, não havia mais espaço para os regalos monárquicos, dos quais o Barão se beneficiou ao largo da vida. A força que movimentava a sociedade já apresentava nucleações urbanas periféricas e ares de industrialização massiva para a época. Portanto, o trabalho pautava-se na produção de riqueza por meio de um sistema produtivo que incluía grande parte da população, porém onde havia os excluídos, como é o caso de Castelo (MÜGGE; CONTE; HENGEN, 2018, p. 171).

A trama efusivamente narrada por Castelo é provocada por um anúncio no *Jornal do Commercio*, tradicional periódico da capital, em que o Barão de Jacuecanga solicita um professor de língua javanesa para contratação. Movido por suas dívidas e pelo prestígio antevisto em uma conversa com seu senhorio português, o protagonista empreende uma série de etapas para fazer-se passar por esse professor: vai à Biblioteca Nacional, consulta a *Grande encyclopédie*, esforça-se no aprendizado do alfabeto javanês, depois das estruturas sintáticas e alguns diálogos. Ao ouvir a justificativa do Barão para o aprendizado da língua, Castelo passa a se valer novamente de sua habilidade em inventar histórias para ludibriar seu aprendiz:

[...] Ao fim de dois meses, desistira da aprendizagem e pedira-me que traduzisse, um dia sim outro não, um trecho do livro encantado. Bastava entendê-lo, disse ele; nada se opunha que outrem o traduzisse e ele ouvisse. Assim evitava a fadiga do estudo e cumpria o encargo.

Sabes bem que até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo do crônicon. Como ele ouvia aquelas bobagens!... Ficava estático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. E eu crescia aos seus olhos! (BARRETO, 2017, p. 8).

O acaso, apontado pelo narrador como elemento motivador em todo o enredo, é alegado como também responsável pelo sucesso financeiro do Barão e conseqüente recompensa a Castelo. Ele também conduz o restante dos passos do protagonista a uma carreira acadêmica e diplomática:

Dentro de um jogo de simulações e de dissimulações em que a imagem do não-trabalho aparece como estratégia de sobrevivência, a personagem percebe a possibilidade de ascensão social, o que de fato se materializa quando consegue, por meio de diversos estratagemas, uma colocação definitiva contexto laboral (MÜGGE; CONTE; HENGGEN, 2018, p. 174).

Castelo parece ter logrado o sucesso por meio daquilo que pretendeu defender como modo de vida para seu amigo Castro, ou seja, uma vida em que as peripécias se sobrepõem ao ofício cotidiano, este sendo deixado para as pessoas comuns. No entanto, como também observa Oliver (2010), as conquistas podem ser tributadas ao esforço e aos saberes de Castelo. Como exemplo, depreendemos pela narrativa que o bacharel, além de ter uma formação superior em um país onde a poucos isso era possível, conseguia ler e falar o francês e o inglês, tinha um gosto refinado e trânsito fácil nos ambientes de elite que frequentava e foi capaz de produzir trabalhos acadêmicos. Estes últimos são dignos de nota especial, pois é mostrada na narrativa uma tendência para que se valorizassem os aspectos formais do conhecimento, em detrimento do conteúdo apresentado nas publicações apresentadas por Castelo: ele sabe escrever para o Jornal, para publicações científicas, circular em eventos acadêmicos, mesmo que para isso precise fazer publicar falsas notas biográficas e bibliográficas em periódicos e citar “a não mais poder”.

Essa performance desprovida de conteúdo é o que parece garantir ao narrador/protagonista que ele seria capaz de transitar em qualquer área acadêmica, desempenhando funções como linguista ou bacteriologista. Lima Barreto, ao sinalizar essa capacidade de Castelo, usa a voz da personagem para denunciar uma postura própria de sua época, conforme a qual os escritores esforçavam-se para apresentar um formalismo excessivo em detrimento do conteúdo apresentado em seus textos. Isso pode ser confirmado pela descrição a seguir do estilo do escritor:

Uma última ponderação, quanto à linguagem [de Lima Barreto]: espontânea, quase jornalística, descontraída, para se contrapor ao vazo coevo de fazer estilo, de apontar a sintaxe às raias da esterilização, no falso pressuposto de que escrever bem significa obedecer cegamente aos ditames da gramática tradicional, purista e normativa (MOISÉS, 1996, p. 361).

Note-se ainda a referência às pessoas que se deixam impressionar pelo “conhecimento” de Castelo: o senhorio português que, mesmo sendo proprietário de imóvel e bem posicionado socialmente, não parece ter qualquer noção de geografia, mesmo se tratando das colônias de seu povo de que ele parece muito se orgulhar; o desembargador, genro do Barão de Jacuecanga, que usava a proximidade com Castelo e seu saber inigualável como elemento de distinção; os chefes de seção da diplomacia e o próprio ministro de relações internacionais; o presidente do congresso de linguística; e até mesmo o presidente da República.

Concordamos com Figueiredo (2010), quando ela descreve em sua análise do conto essa tendência à valorização da performance nessa sociedade com que Lima Barreto conviveu, na qual não é preciso dominar o conhecimento, mas apenas parecer fazê-lo para gozar prestígio juntamente com seus membros mais destacados:

Rituais de um saber difundido como um verniz superficial e marcado por símbolos exteriores de prestígio e opulência, num país de analfabetos. Da Colônia à República, sofisticam-se os ritos e o saber se reveste de novos títulos, trajes e atitudes para impor autoridade, imprimindo como fetiches categorias externas aos indivíduos. Constrói-se a imagem do saber num espetáculo em graus diversos, desde a sedução da pose, deliberadamente estética, de sisudez,

rigor e compenetração até a violência e o autoritarismo de que se reveste o pseudoc conhecimento [...].

O escritor Lima Barreto possui, entre os pontos fortes de sua obra, a crítica ao saber como espetáculo na criação de muitos personagens que ostentam o título de doutor coberto pelo verbalismo oco, adulação e prepotência.

Afinal, o escritor também fora contemporâneo da emergência de uma elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico-evolucionista como modelo de análise social, transformando o letrado em homem de ciência (FIGUEIREDO, 2010, p. 178-179).

É importante notar que Lima Barreto insere em sua narrativa um personagem que se interpõe e provoca Castelo. Um amanuense desafia o protagonista afirmando que domina, de fato, o canaque, raro idioma melanésio da Nova Caledônia. A reação do funcionário descrita pelo narrador é de ódio. Esse amanuense abomina a conduta de Castelo e isso é deixado perceptível para a personagem que menciona o fato em sua narrativa, para o interlocutor e para

o leitor. Pelo episódio, pode-se depreender que o conhecimento singular desse homem era real, mas ele jamais havia recebido o mesmo reconhecimento que o falsário detectado diante de si. Essa figura sinaliza o repúdio que Lima Barreto, que também era amanuense, tem pela conduta reprovável de Castelo e pode levar a perceber o sentimento do escritor, que jamais recebera em vida o reconhecimento pelo seu saber legítimo.

O doutor linguista poderia ser igualmente o bacteriologista eminente em uma sociedade na qual se valorizava a aparência e a forma em detrimento da profundidade do conhecimento. Uma vez que aqueles que se deixam encantar por Castelo são desmascarados, para o leitor, é deixada a opção de indignar-se juntamente com o amanuense ou até assumir a posição de Castro. Para este, a história ouvida tem um tom meramente anedótico. Ele não parece se impressionar com as conquistas do amigo e, mesmo quando adjetiva o relato como “fantástico”, ele o faz de modo indiferente, como se aquilo fosse um conjunto de episódios pitorescos, talvez porque Castro, castelo forte e antigo, saiba distinguir o real conhecimento e saiba também que Havana não está localizada na Polinésia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lima Barreto viveu em uma época, quando os conhecimentos generalistas e a formação de bacharel estavam perdendo lugar para os novos conhecimentos sistematizados herdados do positivismo. A “doutomania”, denunciada em diversas de suas obras, pode ser percebida no conto *O homem que sabia javanês* em uma tentativa de superação do bacharelismo herdado do tempo do império por uma atitude formalista e cientificista que parece ter se preservado no Brasil não somente naquele período, mas perdurado até os dias atuais.

Na sociedade denunciada pelo autor, o “parecer saber” pode valer mais que o conhecimento em si e ele, homem culto, educado nas melhores bases apesar de sua origem, experimentou pessoalmente as dificuldades por se preservar pleno de suas convicções em um Brasil que valorizava os estratagemas e as trocas de favores.

A partir de uma leitura do conto, percebemos como o narrador mostra naquele contexto o desprezo pelo conhecimento e pelo trabalho e a supervalorização de uma vida burlesca. Isso se dá pelas formas de referência, pelas escolhas lexicais e pela sequenciação dos episódios no enredo, como se fossem obras do acaso. No entanto, também é possível perceber alguns esforços empreendidos

pelo protagonista e a convivência da sociedade como determinantes para o sucesso das empresas narradas.

Lima Barreto evidencia, portanto, como a performance pode se sobressair ao conhecimento quando essa se põe diante de pessoas que não o dominam e abre ao leitor uma janela de observação para que possamos perceber essa realidade quando apresentada em nosso próprio entorno.

Na sala de aula, cabe questionar aos alunos o quanto eles conseguem ser protagonistas de sua formação e se eles percebem os graus obtidos e almejados como saberes que serão úteis para a sua vida ou somente como meios de ascensão social ou para obtenção de vantagens financeiras. É interessante também questionar o quanto as mudanças na sociedade exigem novos saberes e novas formações e se eles têm consciência de que o aprendizado que eles obtêm hoje deverá ser exigido em carreiras que por vezes ainda nem foram criadas. As provocações de Lima Barreto, na aula de Literatura, podem auxiliar o leitor em uma percepção crítica de um Brasil que ainda valoriza mais o título que o conhecimento, com uma leveza característica da sátira do autor.

REFERÊNCIAS

ARAUZ, Valéria Angélica Ribeiro. **Indivisíveis, intangíveis, impossíveis: mundos ficcionais em I nostri antenati, de Italo Calvino**. 2009. 133 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102374>.

ASSIS, M. L. **Lima Barreto: língua, identidade e cidadania**. São Paulo. 2008. 166 f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-27112009-095056/publico/LUCIA_MARIA_DE_ASSIS.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BARRETO, Lima. **O homem que sabia javanês**. E-book: Editora Schwarcz e Companhia das Letras, 2017.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 33^a ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CALVINO, Italo. I livelli della realtà in letteratura. *In*: CALVINO, Italo. **Una pietra sopra**. Milano, Italia: Mondadori, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literários. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FIGUEIREDO, Carmem L. N. O romance como experiência cultural: o diálogo crítico de Lima Barreto. **Crítica Cultural**, v. 5, n.1, jul. 2010. p. 164-185. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/212/214. Acesso em: 17 abr. 2020.

ISER, Wolfgang. **O ato de ler**: a teoria do efeito estético. São Paulo: Editora34, 1996.

JARDIM, M. Como simular conhecimento: insinuações literárias. **Revista Crioula**, n. 7, 1 maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2010.55241>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LOPES, Silvana Fernandes. A contribuição de Lima Barreto para o entendimento da crítica educacional brasileira do início do século XX. **SÆCULUM – Revista de História** [22], João Pessoa, jan./jun. 2010, p. 69-84.

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOISÉS, M. **A Literatura brasileira através dos textos**. 19.ed. São Paulo, Cultrix, 1996.

MUECKE, D. C. **Ironia e o irônico**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MÜGGE, Ernani; CONTE, Daniel; HENGGEN, Liandra Fátima. Teoria do Medalhão e O homem que sabia javanês: as faces do (não) trabalho no Brasil no limiar dos séculos XIX e XX. **CES Revista**, [S.l.], v. 32, n. 2, dez. 2018. ISSN 1983-1625. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/1710>. Acesso em: 17 abr. 2020.

OLIVER, Élide V. O saber em “O homem que sabia javanês, de Lima Barreto”. **Revista USP**, São Paulo, n. 87, p. 214-224, set./nov. 2010.

PAULA JÚNIOR, Josias de. Lima Barreto: crítica literária e marginalidade social. In: **ABRALIC, Anais**. 2017. p. 211-220. Disponível em: http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522165732.pdf Acesso em: 17 abr. 2020.

PIRES, Antônia C. A. A ironia e a crítica social em “O homem que sabia Javanês”, de Lima Barreto. **Cadernos de Pesquisa da UFMG**. n. 16. 1994. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/cadernos_pesquisa/article/view/11409. Acesso em: 17 abr. 2020.

SONTAG, R. Triatoma baccalaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República. **Espaço Jurídico Journal of Law**, 9(1), 2008. p. 67-78. Disponível em: <http://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1906>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LIMA BARRETO E A REPRESENTAÇÃO DO SABER E DA EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

UMA PROPOSTA DE LEITURA INTERDISCIPLINAR NA E PARA A SALA DE AULA.

Márcia A. G. Molina²⁴

RESUMO

Sabemos que o final do século XIX e o início do século XX constituíram-se em momentos muito peculiares em nosso país: éramos uma República recente, havia pouco também ocorrera a abolição dos escravos, os avanços industriais começavam a penetrar em nossa sociedade. Em relação à escola, muitas reformas surgiam, poucas efetivadas e, ao lado de construções escolares “para serem vistas” coexistiam aquelas de chão batido. A população em sua maioria era analfabeta e os que chegavam a uma faculdade eram praticamente todos pertencentes à elite. Assim, este trabalho analisa dois contos de Lima Barreto produzidos nesse contexto: “O Homem que sabia javanês” e “Clara dos Anjos”, à luz da História Cultural e da Teoria Literária, avaliando como são representados o saber e a educação nesse momento peculiar de nossa História, por esse autor. O trabalho orienta-se por autores como Moisés (2006), Chartier (1990), Pesavento (2004) e Sevcenko (2003), dentre outros. Trata-se, portanto, de um trabalho

²⁴ Doutora em Linguística pela USP. Docente da UFMA. E-mail: maguemol@yahoo.com.br.

interdisciplinar, compreendendo a interdisciplinaridade, à luz de Fazenda (2008), com a finalidade também de apontar uma perspectiva plurivalente de leitura para a sala de aula. Ao final pôde-se perceber a validade de se utilizar a literatura como fonte para a História, visto que demonstrado está pela voz de Lima Barreto o que está narrado na História: que para aquela sociedade mais valia ser do que efetivamente saber.

Palavras-chave: Lima Barreto; Representações; Saber; O homem que sabia javanês; Clara dos Anjos.

INTRODUÇÃO

Os anos que correspondem o final do século XIX e início do século XX constituíram períodos muito peculiares em nosso país: éramos uma República recente, há pouco também ocorrera a abolição dos escravos, os avanços industriais começavam a penetrar em nossa sociedade, mas parecia que tínhamos, como diz Naxara (2002, p. 75), “um olhar posto no futuro que encontrou um presente, que se assemelhava ao passado”.

Em relação à educação não era diferente: a maioria da população no início do século XX era analfabeta (o Censo de 1920²⁵ aponta que a taxa era de mais de 70%), ao lado de grandes construções escolares, surgidas com a República, havia aquelas de chão batido, saldo da Monarquia; paralelamente àquelas com professores bem formados, sobretudo advindos do Caetano de Campos, em São Paulo; ou Pedro II, no Rio de Janeiro, por exemplo, havia aquelas cujos mestres eram semianalfabetos... Além disso, reformas se sucediam, umas implementadas, outras esquecidas... Poucas faculdades havia e a universidade ainda não chegara. Para os jovens abastados o que mais importava, nem era o saber, mas um título de bacharel, a fim de garantirem um cargo público e, assim, alcançarem um futuro “promissor”. Para os menos abastados, os mulatos e os escravos libertos restavam ou a ignorância ou as primeiras letras nas poucas escolas que os aceitassem.

O final do século XIX e início do XX foram, efetivamente, períodos de ambiguidades na e para a constituição do “ser brasileiro”.

Foi nesse contexto antagônico que nasceu Lima Barreto, em 13 de maio de 1881. Mulato, filho de uma escrava liberta, professora Amália Augusta, e do tipógrafo João Henriques, desde cedo revelou sua paixão pelos livros e, desde

²⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>.

muito cedo, também sentiu o peso do preconceito. No seu “Diários Íntimos” revelaria quão difícil era não ter nascido branco.

Ficou órfão de mãe muito cedo e seu pai enlouqueceu quando era ainda muito jovem, o que exigiu que ele abandonasse o curso de engenharia e passasse a trabalhar para assumir as despesas da casa. Apesar disso, e tendo herdado da mãe o gosto pela leitura e pela escritura, iniciou sua atividade como jornalista, sendo colaborador de muitas das principais revistas de sua época: *Brás Cubas*, *Fon-Fon*, *Careta* etc. No entanto, o que o sustentava era o emprego como escrevente na Secretaria de Guerra, onde se aposentaria em 1918. Foi internado duas vezes no Hospício Nacional, por causa de seu vício pelo álcool e os sofrimentos por que passou durante suas internações aparecem em seu livro “Cemitério dos vivos”.

Escreveu inúmeros contos e crônicas, mas suas principais obras foram “Triste fim de Policarpo Quaresma”, em que retrata a vida de um funcionário público, nacionalista fanático, representado pela figura de Policarpo Quaresma; e “Clara dos Anjos”, que traz à baila questões sociais da época, como o preconceito racial, a obrigação do casamento e o papel das mulheres na sociedade fluminense durante o princípio do século XX.

Nosso objetivo nesse trabalho é avaliar como Lima Barreto representa a importância da educação, do saber naquela sociedade, mostrando aos professores quão rica se torna a leitura de um texto literário que possa integrar outras áreas do saber.

Dada a especificidade deste trabalho, de sua obra, selecionamos dois contos: “O homem que sabia javanês” e “Clara dos Anjos” (que deu origem, posteriormente, a livro homônimo), avaliados à luz da Teoria Literária e da História Cultural.

Constituirão, pois, nossos aportes teóricos autores como Moisés (2006), Chartier (1990), Pesavento (2004) e Sevchenko (2003), dentre outros. Trata-se, portanto, de um trabalho interdisciplinar, compreendendo a interdisciplinaridade, à luz de Fazenda (2008), para quem, mais que interação entre disciplinas, interdisciplinaridade envolve comunhão e quebra de barreiras epistemológicas.

O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS: IRONIA E REPRESENTAÇÃO DO SABER E DA EDUCAÇÃO

Para que possamos melhor nos situar, lembremo-nos de que o conto, para Moisés (*opus cit.*), é uma narrativa breve, que envolve curto espaço temporal; poucas personagens e, normalmente, apenas um núcleo temático-problematizante.

O drama nasce quando se dá o choque de duas ou mais personagens, ou de uma personagem com suas ambições e desejos contraditórios. Se tudo estivesse em plena paz e ordem entre as personagens, não haveria conflito, portanto, nem história. E mesmo que se viesse a escrever um conto acerca do bem estar e da tranquilidade de espírito, é certo que não teria interesse algum. A bem-aventurança medíocre produzida pela satisfação dos apetites primários não importa à Literatura, pois mesmo fora da Arte as pessoas “felizes” são monótonas e desatraentes. Só a dor, o sofrimento, a angústia, a inquietude criadora, etc., faz que as criaturas se imponham e suscitem interesse dos outros. A Literatura opera exatamente no plano em que o homem vive a vida como luta, tomada de consciência da morte e da precariedade do destino humano. Tal homem não se acomoda, não se torna feliz; muito pelo contrário. E quanto mais indaga, mais se inquieta, e por isso vive integralmente num permanente círculo vicioso. Aí entra a Literatura (Moisés, 2006, p. 124).

O primeiro conto selecionado para análise, “O homem que sabia javanês”, diz respeito ao senhor Castelo, advogado desempregado, que narrava ao amigo Castro as peripécias que já havia feito na vida para viver. Uma delas era ter montado um escritório de feiticeiro e adivinho, em Manaus, e, para obter maior credibilidade junto ao círculo social com quem se relacionava, ocultara sua formação: “Houve mesmo, uma dada ocasião, quando estive em Manaus, em que fui obrigado a esconder a minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório (...)” (MORICONI, p. 55). Para Chartier (1990), a História Cultural avalia como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e dada a ler.

Assim, lembrarmo-nos de que aquele foi um momento peculiar, repleto de ambiguidades, auxilia-nos a melhor compreender o porquê dessa afirmação. A leitura do conto faz-nos também melhor entender que a formação bacharelesca em determinados núcleos sociais, em especial nos dos mais humildes, não era bem vista e, para a personagem, no papel que estava desempenhando, poderia comprometer a imagem que queria mostrar: a de “feiticeiro”, “ofuscando”, dessa feita, a “eficiência” da “feitiçaria” que poderia vir a ser praticada...

Contudo, precisava ele trabalhar, porque, recordemo-nos com Naxara (2002) que a ideia de progresso passava pelo trabalho. Somente os mais abastados

podiam abster-se dele, (...) aos “subalternos, o ócio era visto como vadiagem, preguiça, defeito” (MORICONI, p. 51). Nesse sentido, teria emprego, desvinculando-se da imagem de vadio, a despeito de tudo.

Na sequência, no conto, a personagem revela ao amigo que, quando chegara ao Rio, sem dinheiro e sem emprego, fugindo de seus devedores, deparara-se com um anúncio no Jornal do Comércio em que se solicitava um professor que soubesse javanês: “Preciso de um professor de língua javanesa. Cartas, etc.” (opus. cit. p. 56), encaminhando a narrativa, portanto, para o núcleo central e único do conto: ensinar javanês.

Confessa-lhe ter julgado que, para aquela profissão, não haveria muitos concorrentes. Como de fato aconteceu. Dirigira-se então à Biblioteca Nacional, solicitara a “Grande Encyclopædia”, acorrera à letra J e lá obtivera informações sobre Java. A referida enciclopédia também informara sobre a língua, por meio da qual copiou o alfabeto e a pronúncia, voltando para a casa “mastigando as letras”.

Ao chegar à pensão em que estava hospedado, respondera ao anúncio e, dois dias depois, recebera uma carta solicitando-lhe que fosse falar com o Barão de Jacuecanga, no endereço citado, ocasião em que já se inteirava de algumas questões a mais de Java, como expressões de cumprimento, literatura, geografia...

Já à casa do Barão, deparou-se com um casarão grande e sóbrio: “Na sala, havia uma galeria de retratos: arrogantes senhores de barba em colar se perfilavam em imensas molduras douradas...”, mas malculiado: “Olhei um pouco o jardim e vi a pujança vingativa com que a tiririca e o carrapicho tinham expulsado os tinhões e as begônias” (MORICONI, p. 57), revelando-nos, novamente a ambiguidade do período: o título de Barão, obtido com certeza a troco de algum favor à Monarquia perdurava, mas o poder, agora na recém-implementada República, estava decadente, com tudo o mais que dele adviesse.

O Barão atendeu-o e revelou-lhe que queria aprender tal idioma, porque recebera do pai no leito de morte, como herança, um livro em javanês, informando-lhe: “esse evita desgraças e traz felicidades para quem o tem” (opus cit. p. 59). Como estava passando por inúmeras atribulações, resolvera ler a referida obra...

Trouxe, então, o volume a Castelo. Ao tomá-lo às mãos, o “professor” deu conta de que se tratava de um volume antigo, faltando-lhe a página de rosto, mas possuía um prefácio em inglês, mencionando que fora produzido pelo Príncipe Kulanga, escritor javanês de muito mérito. O Barão ficou estupefato frente a essa descoberta, não percebendo que a informação fora obtida por meio do inglês e não do javanês, língua desconhecida do “mestre”.

A representação da Educação aqui fica pontuada: não era, naquela ocasião, obrigatoriamente necessário um saber profundo, denso sobre determinado assunto... Ser professor caminhava no mesmo sentido: ensinar era atividade para qualquer um que soubesse mais que sua clientela. Importava sim, utilizando uma expressão da época “fazer pose”. Esse era o imaginário coletivo que perpassava por aquela sociedade, esclarecendo-se que “imaginário”, aqui, é compreendido como Pesavento:

Atividade do espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta, definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores, o imaginário representa também o abstrato, o não-visto e não-experimentado. É elemento organizador do mundo, que dá coerência, legitimidade e identidade. É sistema de identificação, classificação e valorização do real, pautando condutas e inspirando ações. É, podemos dizer, um real *mais real* que o real *concreto*.

Estabeleceram preços e prazos e, ao cabo de um ano, o Barão desejava ter finalizada a leitura. Ocorre que essa começou a se proceder muito lentamente. As poucas letras ensinadas, menos ainda eram memorizadas... Ao cabo de algum tempo, o barão desistiu de a aprender e solicitou ao professor que apenas traduzisse a obra... Castelo, então, passou a frequentar a casa em dias alternados e ia inventado histórias, iludindo o velho Barão... “Sabes bem que até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo do crônicon”²⁶ (p. 60). Novamente, vemos aqui representada (e de forma irônica) a “profundidade” do saber de algumas pessoas que assumiam o papel de “professores” à época.

Ocorre que o tempo foi passando, o “professor” foi ganhando mais e mais notoriedade, até chegar, por indicação do Barão, a adido do Ministério e, inclusive, em virtude de seu “saber”, recomendado a representar o Brasil num Congresso de Linguística. Mandaram-lhe que, para tal, se inteirasse de Max Muller e Hovlacque, linguistas naturalistas, cujas leituras tornaram-se fundamentais para os gramáticos na ocasião, visto que discutiam os princípios dos novos (na ocasião) preceitos da gramática histórico-comparativa, mas eram em nada superficiais nem passíveis de serem compreendidas por leigos...

Novamente, vê-se a crítica subjacente: muitos estudiosos elencavam em suas obras gramaticais nomes de importantes e inovadores linguistas como esses, mas o âmago de seu texto, na realidade, deles nada sabiam e traziam os mesmíssimos fundamentos das gramáticas tradicionais.

²⁶ Tipo de literatura medieval.

E para lá foi nossa personagem, com um artigo que falava da cultura e literatura javanesa, sem nada conhecer efetivamente sobre isso, contudo, seu “saber” fora divulgado e muito relevado por todos... Afinal, como já falado, para muitos, não importava saber com profundidade, o importante era fazer com que nele acreditassem...

Passou a ser então uma glória nacional: “e, ao saltar no caís Pharoux,²⁷ recebi uma ovação de todas as classes sociais e o presidente da República, dias depois, convidava-me para almoçar em sua companhia” (MORICONI, p. 62).

O amigo, o Sr. Castro, estupefato com a história do amigo Castelo, retrucara:
- É fantástico. (...) Se não fosse estar contente, sabe que ia ser? (...) – Bacteriologista emitente. Vamos? (idem).

E assim se encerra a breve narrativa, em primeira pessoa, ironizando o olhar da sociedade para o saber e o ensinar e, inclusive, ridicularizando, ao final da narrativa, o papel dos bacteriologistas que, no início do século XX, tanto lutavam contra a varíola que se propagava pela sociedade.

Dessa feita podemos afirmar, comungando com Bomeny (1990, p. 99) que, para a história, tanto a estrutura da narrativa como seus detalhes são representações da realidade passada. Além disso, como pudemos constatar, uma leitura que comungue História e Teoria Literária propicia uma visão ampliada e verticalizada do texto.

CLARA DOS ANJOS: COSTUMES, PRECONCEITO E SABER.

Ao contrário do conto “O Homem que sabia javanês”, que trata do saber e da educação de forma explícita, em Clara dos Anjos, a questão central são os costumes (como o casamento) e o racismo. As temáticas da educação e do saber não são fundamentais na trama, passando-se por elas de forma sutil.

Trata-se de uma narrativa breve também, como soe ser, em terceira pessoa, com apenas um núcleo temático: a moça Clara, mulata e pobre, que se entrega ao namorado, jovem semianalfabeto, malandro; dele engravida e por ele é abandonada.

A história tem início com a apresentação do núcleo social e familiar de Joaquim dos Anjos, pai de Clara. Ele, carteiro, mulato, com pouca escolaridade e menos ainda ambição, morava numa chácara no subúrbio carioca. Tocador medíocre de flauta, frequente de um bar, cujos habitués eram pessoas bastante

²⁷ Primeiro cais da cidade do Rio de Janeiro.

peculiares; Sr. Alípio, um senhor que “mais parecia um galo de briga”, um inglês desenhista; um filósofo, que se julgava grande sábio; um poeta “verdadeiramente poeta, que tivera o seu momento de celebridade em todo Brasil” (COUTINHO, p.150) e o velho Valentim, um chacareiro português, contador de anedotas.

Além disso, é apresentado o *habitat* da personagem: bar e chácaras, focalizando as cercanias da residência de Joaquim, onde começaram a surgir as “bíblias”, lideradas por um pastor protestante, cujos cânticos de hora em hora “enchiam a redondeza”. (*opus cit.* p. 149).

O olhar irônico e “ardido” de Lima Barreto perpassa por aqui: o poeta “verdadeiramente poeta” e os cânticos que “enchiam a redondeza” são exemplos disso. Sabemos que era moda, naquela época, entre os jovens dizerem-se poetas sem o ser. Alguns até conseguiam famas-relâmpago, mas, dada a superficialidade de seus textos, essas eram fugazes. Em relação ao “enchiam”, vemos a utilização do verbo com dois sentidos: encher na acepção de “lotar” e na de ‘incomodar”.

Lima Barreto foi sujeito daquele contexto e testemunha ocular de tudo isso, assim, dando voz às suas personagens deslocadas do centro da cidade, em virtude das grandes reformas por que passava o Rio de Janeiro, mais do que narrar, documentava todas aquelas mudanças.

Como se pode perceber, os promotores das “bíblias” e alguns dos frequentadores do bar, excetuando-se o carteiro e o chacareiro, eram pessoas de saber, mesmo que pouco sólido, e o que faziam de melhor era frequentarem o bar e lá verem passar as horas. Está aqui representado o perfil do brasileiro da época: o mulato, o português, os ingleses, vindos para a implementação das linhas ferroviárias, constituindo nossa rede social... Chartier (*opus cit.*) ensina que, ao voltar-se para a vida social, os sujeitos adquirem formas, suscetíveis de classificações e exclusões, que auxiliarão nas configurações sociais e conceituais de um tempo ou espaço. As “bíblias” e o bar são espaços que nos auxiliam a fazer um quadro, uma pintura do panorama do subúrbio carioca naquela ocasião. Importa-nos ressaltar também que grande parte dessas personagens, embora constitutivas do texto, não participam da trama, sua presença justifica-se, portanto, para corroborar e colaborar com a representação social que se deseja traçar e ironizar...

Em relação ao núcleo familiar, a família de Joaquim era pequena: casara-se com D. Engrácia, mulata escura de cabelo liso, e tivera apenas uma filha: Clara dos Anjos que adquirira do pai a tez (mulata clara) e da mãe o cabelo liso. Tinham por ela grandes desvelos, evitando, por exemplo, deixá-la ir à venda, por onde circulavam aquelas figuras: “Habituada às musicatas do pai, crescera cheia de vapores das modinhas e enfumaçara a sua pequena alma de rapariga pobre

com os dengues e a melancolia dos descantes e cantarolas (...) Mais depressa ia Engrácia à venda de Sr. Nascimento buscar isso ou aquilo, do que ela precisava” (in COUTINHO, p. 150).

Ocorre que um dia, nas comemorações de aniversário do Sr. Joaquim, esteve em sua chácara o Sr. Júlio Costa, tendo-se em conta de que se tratava de “exímio contador de modinhas”: “(...) o famoso trovador apareceu. Branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo, não tinha as tais melenas denunciadoras, nem outro qualquer traço de capadócio” (idem p. 150). Na realidade, Júlio dizia-se cantor, mas o que tinha por ofício era promover brigas de galo no quintal de sua própria casa. Jovem, galanteador, namorador, já se vira envolvido com a polícia por “fazer mal” a uma jovem mulata... Era semianalfabeto.

Logo que apresentado a Clara dos Anjos, deitou-lhe olhar guloso... “Cantarolou” modinhas de amor e as moças ali presentes, inclusive Clara, por ele se viram envolvidas. Ele insistia com Clara....

Embora de situação modesta, o pai de Júlio tinha emprego melhor que o do Sr. Joaquim e, por isso, um nível social melhor. De suas três irmãs: Mercedes, Adelaide e Maria, duas estudavam em boas escolas e uma já possuía um emprego no município: “Pequenas burguesas, sem nenhuma fortuna, mas, devido à situação do pai e a terem frequentado escolas de certa importância, elas não admitiriam para Clara, senão um destino: o de criada de servir”. (idem, p. 152).

Aqui podemos perceber com bastante clareza a representação dada à época ao saber: muito mais que o conhecimento efetivo, a frequência a uma boa escola era o que importava. Além disso, presente está o preconceito racial profundamente arraigado naquele núcleo social: pretos e mulatos “serviam” de e para serviços.

Nessa proposta de leitura interdisciplinar, percebe-se que este conto, co-mungando com Borges (2010, p. 103), clama reflexões sobre aquele contexto:

[...] seja ela conto, crônica poesia ou romance – inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo.

Clara dos Anjos era uma típica “moça de família”, cuidada e preservada, como já falado, e somente aos poucos é que foi caindo nas teias amorosas de Júlio. Esse, então, pressentindo estar atingindo seu objetivo, escreve-lhe um bilhete, repleto de desvios gramaticais:

Queridinha, confeço-te que ontem quando recebi a tua carta minha mãe viu e fiquei tão louco que confessei tudo a mamãe que lhe amava muito e fazia por você as maiores violências, ficaram todos contra mim é a razão porque previno-te que não ligués ao que disserem por isso, pesso-te que preze bem o meu sofrimento,

Pense bem e veja se estás resolvidas a fazer o que lhe pedi na última cartinha.

Saudades e mais saudades deste infeliz que tanto lhe adora e não é correspondido. O teu Júlio (BARRETO, 2010, p. 249).

Nada se sabe da “última cartinha” mencionada por Júlio nesse bilhete, mas dá para imaginarmos qual fora o pedido lá feito...

Clara dos Anjos frequentara escola simples, contudo era razoavelmente instruída e “apesar da ortografia de seu namorado, apesar de escrever muito melhor, a sua instrução era insuficiente para desprezar um galanteador tão analfabeto. Ainda por cima, (...) a sua obsessão pelo casamento lhe tiravam toda a capacidade crítica que pudesse ter” (COUTINHO, *opus cit.*, p. 152).

Novamente, temos aqui reforçada a questão do saber e o imaginário coletivo das moças no início do século: não precisavam se formar, mas necessitavam casar, já que não trabalhavam e não tinham, se solteiras ficassem, como arcar com sua sobrevivência: “(...) Não havia de ser toda a vida assim como um cão sem dono. Os pais viriam a morrer e ela não podia ficar pelo mundo desamparada” (*opus cit.* p. 151).

Assim, sentindo-se lisonjeada, Clara acedeu. Deixava a janela de seu quarto aberta e lá ocorriam os encontros “fortuitos”... Certa feita, percebeu uma coisa estranha... comunicou ao namorado. “Qual! Não era nada, disse ele. Era sim: era um filho. Ela chorou, ele acalmou-a, prometendo casamento... O ventre crescia, crescia” (idem, p. 152)... O rapaz foi se distanciando, sumindo, como perfeito malandro.... Clara contou à mãe e resolveu ir à casa do rapaz. Em lá chegando, expôs a situação à mãe de Júlio, ao que essa lhe respondeu “– Ora esta! Você não se enxerga!, Você não vê mesmo que meu filho não é para se casar com gente da laia de você! Ele não amarrou você, ele não amordaçou você... Vá-se embora, rapariga! Ora já se viu! Vá!...”

Lamentavelmente era esse o comportamento do malandro até poucos anos atrás. Foi exatamente no início do século que surgiu o ditado: “prendam suas cabras, que meu bode está à solta”... Ao homem tudo era possível, à mulher, sobretudo à mulata, de família humilde e pouca escolaridade, nada... E, como se Lima Barreto se personificasse na figura de Clara, finaliza o conto com ela dizendo à mãe: “Mamãe, eu não sou nada nesta vida”.

Como foi possível verificar, a análise do contexto, do ambiente da época, apontando no conto elementos que constituíam aquela sociedade, favoreceram uma leitura mais densa e verossímil, imprimindo colorido especial ao texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos verificar que ambos os contos são breves e suas temáticas ocorrem num curto espaço temporal, envolvendo poucas personagens e apenas um núcleo conflitual e, em relação ao contexto, fornecem-nos uma ampla imagem do subúrbio carioca daquela época, com suas personagens, costumes, desejos e preconceitos.

Recordemo-nos com Assis (2008, p. 47) que:

Entre as manifestações artísticas, aquela que mais fortemente traduz a vida social, sem dúvida, é a literatura. Por isso, não se pode pensar em literatura divorciada das condições do meio e do tempo. Assim, torna-se mister analisar uma obra literária vislumbrando o meio social e a época a que ela pertence e representa. Uma análise desse tipo revela os costumes, as crenças, os valores de determinada sociedade e, mais, mostra a intenção de consolidá-los ou refutá-los.

No primeiro conto, vemos retratada a vida de um típico malandro do início do século: Sr. Castelo, cujo sustento era obtido por meio de tramoias e enganações. Sua narrativa ao amigo de como conseguira trabalho em Manaus e de como obtivera credibilidade inventando que sabia javanês corroboram para traçar esse perfil.

No segundo, passeamos pelo subúrbio carioca do início do século XX, com suas personagens e costumes e centramo-nos em Clara: mulata, humilde, iludida pelo namorado semianalfabeto, outro malandro.

Por meio da leitura, foi possível depreender como o escritor pôde utilizar-se da realidade e criar lugares e vidas, sendo atraído pela possibilidade do vir a ser. Pudemos constatar como se ateve a um determinado ponto: Maria Clara, cuidadosamente considerada pelo autor-historiador, favorecendo-nos traçar o perfil feminino da moça mulata de pouca escolaridade do subúrbio carioca daquela época (cf. SEVCENKO, 2003).

Assim, valer-se da História Cultural para analisar um texto literário, favorece-nos compreendê-la como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como “[...] esquemas

intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Lima Barreto foi um homem que muito sofreu preconceito: era mulato, pobre e alcoólatra, vivia no subúrbio do Rio de Janeiro sendo expectador de tudo que se passava à sua volta. A literatura deu voz às suas dores e, por meio dela, além de traçar o perfil daquele momento, fez sérias denúncias sociais, utilizando assim seu fazer literário para uma (re)configuração poética do real.

Dessa feita, é possível olharmos a obra de Lima Barreto como uma produção privilegiada para a História, visto ser viável “inserir-la no movimento da sociedade, investigar suas redes de interlocução social, destrinchar não sua suposta autonomia em relação à sociedade, (...) [mas] a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social”.²⁸

Efetivamente, um professor, por meio de uma proposta de leitura interdisciplinar desses contos de Lima Barreto, melhor apresenta o Brasil do início do século XX a seus alunos, favorecendo-a estes ver retratado o imaginário daquela instância em nosso país, além de apontar-lhes como o saber e a educação eram renegados.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. M. **Lima Barreto** – Língua, Identidade e Cidadania. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

Barreto, Lima. Clara dos Anjos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz Schwarcz (org.). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOMENY, H. **Encontro Suspeito: História e Ficção**. In: Revista Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 33, n. 1, 1990.

BORGES, V. R. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Goiás: Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3, junho/2010.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

²⁸ <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

COUTINHO, A. **As formas da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1984.

FAZENDA, I. (org) **O que é interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOISES, M. **A criação literária: prosa I** – São Paulo: Cultrix, 2006.

MORICONI, I. (org.) **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920**. São Paulo: Annablume. 2002.

PESAVENTO, S. J. **História & literatura: uma velha-nova história**. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>.

SENA JUNIOR, G. F. <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2010.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIMA BARRETO COMO (PRE)TEXTO

*Alexandre Batista da Silva*²⁹

*Hilma Ribeiro*³⁰

RESUMO

O presente capítulo é uma reflexão a respeito do conceito de lugar de fala de Lima Barreto, um dos mais importantes escritores brasileiros, de reconhecimento tardio pela crítica literária. Com uma obra marcada pelo engajamento social, o escritor tematizou em sua obra o racismo que experimentou em toda sua vida. Neste capítulo, abordamos o romance *Clara dos Anjos*, de 1948. O romance de publicação póstuma, inaugura na temática do racismo a condição da mulher mulata na sociedade patriarcal do Rio de Janeiro do início do século XX. Já amadurecido, Lima Barreto constrói uma obra cujo retrato de uma sociedade cruel e preconceituosa é descrito palavra por palavra bem no estilo amargurado e agudo do autor. O objetivo do capítulo é associar a vida do autor às opções literárias de sua obra e mostrar uma possibilidade de uso de um de seus textos na sala de aula.

Palavras-chave: Lugar de fala; Racismo; *Clara dos Anjos*; Lima Barreto.

²⁹ É doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: alexandrebatistasilva1@gmail.com.

³⁰ É doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: hilmaribeiro1976@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O escritor Lima Barreto, cujo nome de batismo é Afonso Henriques de Lima Barreto, é reconhecido por suas temáticas e estilo linguístico como um dos mais importantes escritores da Literatura Brasileira. Com obras indicadas por importantes vestibulares no Brasil, o escritor foi consagrado pela crítica literária pelo olhar iracundo sobre a realidade social de seu tempo. Sua produção literária atinge um “nível de consciência social que o torna único tanto como escritor afrodescendente, quanto como predecessor dos romances do realismo social que surgiriam nas décadas de 1930 e 1940. (BROOKSHOW,1983). Inaugura, não sem o rechaço dos críticos de sua época, a abordagem do preconceito racial na Literatura, imprimindo cor a seus personagens, muitas vezes seus outros egos, e com uma força ficcional própria de um escritor que experimentou, ele mesmo, o problema que narra.

Lima Barreto é um daqueles raros casos no qual o autor precede a obra. Uma vida inteira de acontecimentos que justificam o registro em obra. Nos últimos anos, multiplicaram-se os estudos sobre a vida e a obra de Lima Barreto. A academia se interessou pelo autor por diferentes motivos, mas, sem dúvida, o ingresso de nossos pesquisadores oriundos das classes populares nos diferentes programas de pesquisa das universidades brasileiras estabeleceu a necessidade de novos objetos de estudos que apresentassem o Brasil aos brasileiros, revelando suas faces.

Lima Barreto servia bem a esse propósito: com um projeto literário combativo, renegado em seu tempo, usou a literatura como espaço privilegiado de denúncia da realidade de um país ideologicamente racista e excludente. Por meio de sua obra se pode conhecer o dilema dos negros e mulatos numa época em que a publicação de uma lei induzia a uma percepção de inclusão. Absolutamente imbuído da defesa de sua gente, Lima Barreto deu uma resposta afrodescendente aos estereótipos racistas dos naturalistas de seu tempo (cf. BROOKSHOW,1983).

Neste capítulo, buscamos, a partir de leituras e diálogos com outras áreas de conhecimento, apontar o lugar de fala de Lima Barreto e reconhecer em sua escrita os traços de uma identidade forjada no preconceito racial que ele retrata vividamente nas ficções de sua autoria. Procuramos fugir da descrição do problema do alcoolismo e problemas psiquiátricos do autor. Essa fuga deliberada se justifica no fato de não tratar efeito como causa. Se questões hereditárias sugerem algum tipo de explicação para a doença do escritor, deixamos esse debate de lado para focar em sua genial produção.

Assim, na primeira seção, intitulada Lima Barreto como texto, percorremos a biografia do escritor a fim de evidenciar suas experiências pessoais com o racismo experimentado desde a infância. Nesse percurso, de forma muito resumida, abordamos sua descendência afro-brasileira, infância pobre em um bairro da periferia do Rio de Janeiro, a dificuldade financeira da família, a morte da mãe e a doença pela qual seu pai é acometido. Depois, fora do núcleo mais restrito do grupo familiar, abordamos a vida social do escritor, desde sua chegada à escola primária até o curso técnico de engenharia que não chegou a concluir em decorrência da doença do pai. O resultado dessa descrição é o reconhecimento de que tanto o homem como o autor são irreversivelmente marcados pelo preconceito racial.

A segunda seção tem o nome Lima Barreto como pretexto. Nela, intencionamos mostrar como o conjunto de sua obra espelha suas experiências como vítima do racismo. Apontamos também a legitimidade de uma literatura combativa escrita de dentro do problema, com a pena forte de um artista engajado na luta pela emancipação dos iguais a ele. Para tal fim, em linhas gerais, discutimos sua obra e, mais especificamente, como o conhecido romance *Clara dos Anjos* pode fomentar boas discussões sobre o racismo na escola.

Esperamos contribuir com reflexão crítica de um assunto tão espinhoso, ora tratado com indiferença, ora com foco deslocado para uma compreensão que chega a colocar a culpa no negro pelas mazelas sociais a que é sujeitado na sociedade brasileira. De qualquer forma, o tema é uma espécie de tabu. Acreditamos que a obra de Lima Barreto desnuda o racismo brasileiro em suas diferentes facetas, o que faz da leitura de seus textos, além do deleite do contato com o texto literário de qualidade, um mergulho na história cultural do Brasil.

LIMA BARRETO COMO TEXTO: A VIDA COMO HISTÓRIA E LITERATURA

Nos estudos da literatura brasileira nas escolas de nível médio, pouco se fala da vida dos autores. Normalmente, apresentam-se características gerais no limite da contextualização da obra foco da aula. Essa percepção, advinda da nossa experiência como professores desse nível de ensino, colabora com o obscurecimento de fatos importantes da vida de quem escreve, os quais podem contribuir decisivamente com a construção do significado da produção artística dos diferentes autores.

No caso de Lima Barreto, esse tratamento corrobora também com a descoloração de um autor marcado pelo racismo. Nesta seção, de modo não exaustivo,

promovemos a revisão dessa percepção de Lima Barreto, defendendo que sua vida merece ser estudada, pois seus dramas pessoais evidentemente motivaram suas crônicas, contos e romances. Bosi (2006), importante teórico da literatura brasileira, reconhece que muito da obra de escritor pode ser explicado por sua biografia:

A biografia de Lima Barreto explica o hùmus ideológico da sua obra: a origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas à viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises (Bosi, 2006, p. 316).

Como se lê no excerto, a obra de Lima Barreto deve ser compreendida a partir do conhecimento dos acontecimentos de sua vida. Acreditamos que, ao contar sua história, estaremos também apontando o “lugar de fala” de um autor notadamente marcado por seu tempo. Emerge dessa discussão, então, o conceito de “lugar de fala”, termo associado a uma teoria racial crítica, que estabelece a autorização discursiva àqueles que, numa sociedade desigual, tem legitimidade para discutir e se expressar. O conceito não se confunde com representatividade, ou seja, não é preciso ser negro para discutir o racismo. Desse modo, o conceito não pode ser compreendido apenas como discurso proferido por uma pessoa. Ele está muito mais relacionado à assimetria que existe entre os grupos de indivíduos que convivem numa dada sociedade. Desse modo, o termo está associado à militância de movimentos sociais emancipatórios em defesa dos diferentes grupos sociais que foram histórica e sistematicamente silenciados.

Para Ribeiro (2017), o conceito de “lugar de fala”, de definição ainda imprecisa, diz respeito à consciência do papel que o indivíduo assume – ou é colocado – a partir de certas condições historicamente construídas. Segundo Ribeiro (2017), não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Sendo assim, o “lugar de fala” é a possibilidade de visibilidade de sujeitos silenciados ao longo da história de uma sociedade. Dessa forma, ao tratar da realidade experimentada pelos grupos sociais nos quais esses sujeitos estão inseridos, estamos estabelecendo o lugar político desses grupos. Por isso, a importância do conceito, ainda segundo a autora, para reconstituir a humanidade não reconhecida desses grupos a partir do reconhecimento de seus problemas históricos. A autora continua discutindo o conceito:

Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta. [...] Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma

possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. (RIBEIRO, 2017:42)

Lima Barreto teve fala por meio de suas diferentes obras literárias. O que tiraram dele foi o seu lugar histórico, descontextualizando a vida do autor ou focalizando o alcoolismo e a patologia mental, mas isolando seu discurso do lugar que ampliaria seu sentido, legitimando seu discurso e reconhecendo sua obra na dimensão literária, mas também como denúncia das relações raciais no Brasil.

A libertação dos escravos, instituída pela Lei Áurea de 13 de maio de 1988, não foi suficiente para libertar os negros das amarras culturais e econômicas, correntes tão fortes quanto as correntes que materializaram a escravidão nos mais de trezentos anos desse triste modelo no país. Primeiro tratado com uma naturalização manifesta no discurso da superioridade das raças, o racismo foi se revestindo de formas ainda mais cruéis que só a dissimulação pode proporcionar. A libertação jurídica dos negros, não lhes garantiu a integração à sociedade e aos bens culturais e civis proporcionados por ela. Desse modo, os negros libertos foram jogados a sua própria sorte.

Atualizando a discussão, na sociedade brasileira, há o que se convencionou chamar de racismo estrutural que, como diz Almeida (2018), não se trata de um problema conjuntural ou eventual, mas que se perpetua nas relações sociais. Munanga (2019), antropólogo e professor brasileiro-congolês, discute a questão da invisibilidade do negro e de como ele sofre ainda mais o preconceito e a discriminação quando ocupa lugares que, dentro de uma sociedade racista, estariam reservados aos brancos. Essa parece ser a situação de Lima Barreto: como intelectual ocupou com a pena literária um lugar reservado aos brancos de sua época. Foi ignorado como literato em seu tempo e descontextualizado desde o processo de entrada na Literatura Brasileira como escritor de qualidade.

É nesse sentido que a vida Lima Barreto pode ser vista como um texto, aqui assumido nos termos de Barros (1999), como “objeto de comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário, encontrando seu lugar como objeto cultural, inserido numa sociedade de classe e determinado por formações ideológicas específicas”. Ainda segundo a autora, essa compreensão estabelece que o texto deve ser analisado no contexto sócio-histórico no qual está inserido e atribui-lhe sentido. Lima Barreto pode, então, ser considerado um texto, cujo conteúdo é construído nos acontecimentos marcantes que tecem o sentido de uma vida toda e espelha na extensa obra literária de um autor marcado por uma sociedade racista que o perseguiu cruelmente.

Nascido em 13 de maio de 1881, sete anos antes da publicação da lei Áurea que aboliu de vez a escravidão no Brasil, Lima Barreto traz a marca da cor da pele, o que determinaria sua condição na vida. Filho de uma professora adoentada e de um pai enlouquecido, ambos negros, Lima Barreto conheceu desde cedo as agruras da distinção social. Sua avó materna, Geraldina Leocádia da Conceição, era escrava liberta. Ela era agregada da família Pereira de Carvalho. A bisavó, Maria da Conceição, era africana e fora trazida a roço para o Brasil nos chamados navios negreiros. Do lado do pai, também era neto de escrava, casada com um português de poucas posses. Essa hereditariedade determinou Lima Barreto.

Seu pai, João Henriques, mulato, tipógrafo, apesar de ter sonhado com uma vida melhor para a família, nunca conseguiu assegurar as condições mínimas de conforto e garantia alimentar. Doente de uma patologia mental que hoje é conhecida como transtorno bipolar, João Henriques experimentou um período de sucesso profissional, mas com seu posicionamento sobre a fundação da república, foi envolvido com polêmica política, o que lhe custaria o emprego e a ascensão profissional (*cf.* SCHWARCZ, 2017).

João Henriques teve de atuar como administrador da Colônia de Alienados da Ilha do Governador, mas adoeceu da mente e foi aposentado. De forma dramática, passa seus dias na casa da família, em Todos os Santos, sem nenhum papel contribuinte. Obviamente, essa experiência com a situação do pai, há de influenciar mais tarde o escritor – por exemplo, seu pai viraria personagem de suas diferentes obras, notadamente no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* – constitui também o homem Lima Barreto, amargurado, que dizia preferir não se casar por medo de não poder sustentar os filhos (*cf.* SCHWARCZ, 2017).

A mãe morreu em virtude da tuberculose quando Lima Barreto tinha apenas sete anos de idade. Dona Amália Augusta, agregada e dependente da mesma família que a mãe, conseguiu se formar professora e exerceu o magistério. O marido fundou uma pequena escola para meninas em sua própria casa, onde ela lecionou ajudando nas despesas da casa. Entretanto, dona Amália teve de se afastar da escola devido à saúde enfraquecida pela “doença dos pulmões”, conforme o nome que se dava à época. A mãe fora a primeira professora de Lima Barreto e ensinou-lhe as letras. Sua morte abalou-o profundamente, conforme se pode ler na seguinte passagem da obra biográfica intitulada *A vida de Lima Barreto*, de Barbosa (1988 [1952]):

Talvez fosse menos rebelde, menos sombrio e desconfiado, mais contente com a vida, se ela vivesse. Deixando-me ainda na primeira infância, bem cedo firmou-se o meu

caráter; mas em contrapeso, bem cedo me vieram o desgosto de viver, o retraimento por desconfiar de todos, a capacidade de ruminar mágoas sem comunicá-las a ninguém (BARBOSA, 1988, p. 44).

Na mesma linha de abordagem, Schwarcz (2017) afirma que a mãe lhe fez falta durante a vida toda e sempre recordava seu olhar. Segundo a autora, Lima Barreto afirmou que “[...] deixando-me na primeira infância, bem cedo firmou-se o meu caráter...” (2017:58). É de se notar que a constituição familiar do escritor, marcada por sofrimento diário desde a tenra idade, influencia, como o próprio autor afirma, o seu caráter e o enfrentamento das primeiras manifestações de preconceito, tanto pela origem africana notadamente marcada na sua cor de pele, como pela doença (loucura do pai e tuberculose da mãe).

A família do escritor mudou-se várias vezes, mas inicialmente morando num bairro que hoje é conhecido como Laranjeiras, no Rio de Janeiro, Lima Barreto conheceu, talvez, a primeira configuração urbana da desigualdade social. Segundo Schwarcz (2017),

O bairro congregava um pouco de tudo. Famílias abastadas ostentavam chácaras espaçosas ou por vezes optavam pelos *chalets*, influência inglesa, um tipo de residência de padrões regulares, mas que não economizava nos detalhes inscritos nos fartos e bastantes artificiais materiais extensos [...]. Podiam-se encontrar, por lá, ainda, as primeiras habitações de classe média, as quais acomodavam um florescente funcionalismo público atrelado à capital e que costumava preferir morar nas assim chamadas vilas, localizadas nos arredores da região central da corte e depois capital da república. Também em fins do século XIX apareceram as primeiras fábricas têxteis. [...] A presença crescente de uma população operária levou ao surgimento, sobretudo, no início do XX, de moradias populares mais próximas às regiões fabris, como vilas operárias e casas de cômodos (SCHWARCZ, 2017, p. 22).

Inclusive, segundo a mesma autora, havia um grande cortiço, moradia muito simples que servia de habitação coletiva para a população pobre, na mesma rua onde morava Barreto. Nesse ambiente de evidente diferença social materializada na arquitetura das casas, Lima Barreto cresce fruto de uma situação de muita dificuldade financeira. Esse primeiro nível de preconceito e a própria dor oriunda da experiência vão constituir um Lima Barreto magoado com a vida, sentimento que se refletirá em sua obra, como manifestação do seu lugar de fala. Entretanto, esses acontecimentos da vida íntima de Lima Barreto terão consequências ainda maiores na sua vida pública.

Duplamente marcado por descendência africana, Lima Barreto sofreu o racismo de uma sociedade fortemente marcada pelo modelo escravagista antes e após a abolição. Passou a frequentar uma pequena escola pública, onde conheceu

a recém-publicada Lei Áurea. Já nessa época, Lima Barreto dava sinais de tristeza profunda: “Dizia-se que o menino era muito ressabiado; andava sempre meio cabisbaixo, não dava conversa para ninguém” (SCHWARCZ, 2017, p. 60). Por volta dos sete anos, Lima Barreto fora acusado injustamente de roubo. Segundo o que se encontra em seu Diário, já pensou em se matar (cf. SCHWARCZ, 2017; BARBOSA, 1999). Já se via, portanto, nessa época, as marcas que as tintas dos preconceitos deixariam no homem.

Lima Barreto, apadrinhado por Visconde de Ouro Preto, ministro do império, estudou em escolas de grande desempenho. Primeiro cursou secundário no Colégio Pedro II, renomada escola da época (e ainda hoje). Depois, único negro da Escola Politécnica, cujos estudantes eram filhos brancos da elite, experimentou toda espécie de discriminação e conheceu o racismo na sua manifestação mais pura. Lima Barreto, iniciou o curso de Engenharia, foi perseguido por professores e colegas que abertamente afirmavam as diferenças entre eles e o autor. Prado (1980) afirma que

era difícil, impossível mesmo continuar aquela vida estudantil. Lima Barreto era perseguido pelo professor Licínio Cardoso, sofria constantes reprovações injustas e experimentava frontalmente a discriminação racial. Seu sentimento de revolta, suas atitudes pessimistas e seu complexo de inferioridade aumentam (PRADO, 1980, p. 04).

A recente biografia do autor, escrita pelo SCHWARCZ (2017), também registra essa realidade:

O menino começaria a sentir na pele a diferença de classe e a existência de um racismo dissimulado. Vivía constrangido diante dos colegas mais abonados, que, dizia, se “destacariam, mais tarde, na magistratura, no jornalismo, na carreira das armas, no magistério”. Já ele sofria por sua origem e condição econômica muito distintas das dos demais alunos (SCHWARCZ, 2017, p. 99).

Com essa situação evidentemente excludente, Lima Barreto passava horas estudando e isolado. Quando alcançou o terceiro ano do curso, em 1903, foi obrigado a abandonar seus estudos em virtude do enlouquecimento de seu pai. Ele precisava trabalhar para sustentar seus três irmãos. No ano seguinte, iniciou a carreira pública de escriturário do Ministério da Guerra, função na qual se aposentou. Frustrado por uma sociedade racista, entregou-se ao álcool, o que o levou a internações no Hospício Nacional. Em 1922, morre por complicações cardíacas na véspera do dia de finados.

À guisa de conclusão, a seção tentou sintetizar aspectos da vida de Lima Barreto que podem constituir seu lugar de fala. Na próxima seção, será

apresentado o autor, seu estilo e obra e como sua produção pode ser foco do trabalho didático.

LIMA BARRETO COMO PRETEXTO: A DISCUSSÃO DO RACISMO NA SALA DE AULA

Na seção anterior deste capítulo, procuramos, de maneira modesta, apontar o lugar de fala de Lima Barreto. Metaforizando a tessitura de um texto, puxamos os fios da vida do autor para mostrar os impactos do racismo na construção de sua identidade, o que, naturalmente, influenciaria sua obra literária. Nesta seção, focaremos o Lima Barreto autor marcado por um contexto social excludente que lhe conferiu um olhar crítico sobre seu próprio tempo. Por fim, proporemos uma atividade em sala de aula que tome o romance *Clara dos Anjos* como pretexto para discussão da situação do negro no Brasil.

Sob os efeitos de uma sociedade escravocrata mesmo depois da abolição da escravidão, a obra de Lima Barreto foi desenvolvida nas duas primeiras décadas do século XX, no período da chamada primeira república. Não por acaso, explora as injustiças sociais desse período marcado por muitos conflitos: os caciques da política e da economia se perpetuavam no poder por meio da fraude e truculência; a existência de corrupção e, obviamente, pouco interesse pelo bem-estar social. Apesar da efervescência cultural da transição do século XIX para o XX, as mazelas sociais que assolavam a sociedade deixam clara a distinção social entre os grupos sociais mais abastados e aqueles outros muito pobres. Não havia nenhum sinal de mudança real.

É nesse contexto que Lima Barreto entra para a literatura brasileira, fazendo de suas crônicas, contos e romances espaços privilegiados para o debate – inédito à época – sobre a situação dos negros e mestiços. Sua intenção, segundo diferentes pesquisadores, era de escrever para incomodar o público com as narrativas feitas por ele. Foi assim, por exemplo, no romance *Recordações de Isaías Caminha*, publicado em 1909. Nessa obra, o autor mostra claramente as impiedosas manifestações de preconceito racial no Brasil. Obviamente, a temática era incomodativa ao público leitor da época, o que lhe rendeu duras críticas dos seus contemporâneos. O escritor se ressentia dessa rejeição, como se pode ver na citação de Douglas Tufano:

“É triste não se branco”. Lima Barreto escreveu esse desabafo no seu Diário íntimo. De fato, era triste não ser branco numa sociedade com forte preconceito racial. Esse preconceito exasperava o escritor. Sabia que era um homem culto, inteligente, mas,

por ser mulato, era tratado pelos outros como inferior, era humilhado, as portas fechavam-se para ele, dificultando muito sua carreira e sua própria condição econômica (TUFANO, 2016, p. 51).

Ao mesmo tempo em que essa constatação o feria, também servia de inspiração para que Lima Barreto recheasse sua obra com a problemática angustiante: as questões de classe e raça são recorrentes sua autoria. O lugar de fala de Lima Barreto tornava legítimas suas personagens e seus enredos. Não se tratava apenas de ficção construída por um escritor-observador da realidade – o que não é nenhum demérito de uma obra –, mas por escritor que registra sua própria experiência. O que queremos destacar é que Lima Barreto produziu sua obra, utilizando as operações do processo de criação literário, sobre o que vivenciou na própria pele, como se pode ver no excerto a seguir:

À margem da sociedade devido à cor de sua pele e, paradoxalmente, dentro dela por ser escritor, Lima Barreto não se constringe em ser tanto um suburbano quanto um homem assumidamente de ascendência negra, num momento histórico em que era regra ocultar a afrodescendência, na crença pueril de que os sucessivos cruzamentos raciais transformariam a população mestiça brasileira, no decorrer de um século, numa população homogeneamente branca, sem contar que a alta mestiçagem existente no Brasil constituía, nessa época, “uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação” (SCHWARCZ, 1993, p. 13).

Tem-se, então, uma mão firme no propósito de escrever as agruras de pessoas invisíveis na sociedade, mas que teriam visibilidade na obra de um autor que conhecia muito bem suas dores. Por isso, Lima Barreto “não deixa escapar as mínimas variações da ‘cor escura’, prática estranha à época tanto na literatura como na pintura, e até mesmo na fotografia” (SCHWARCZ, 2017, p. 408). Para essa mesma pesquisadora,

A partir desse pretense pequeno detalhe, a cor, é possível descobrir um escritor muito atento às variações em torno do tom de pele marrom e às especificidades de uma literatura impactada pelos temas e pelas cores sociais da população afrodescendente. Isso, numa época em que os personagens oriundos desses grupos, quando apareciam nos romances, ainda era majoritariamente escravos ou, se tanto, remediados, quando não vilões (SCHWARCZ, 2017, p. 408).

A preocupação do autor com o tom de pele de seus personagens não era só estilista. Lima Barreto percebeu a formação de discurso que insinuava uma democracia racial pós-abolição. Essa falsa percepção das relações raciais no Brasil não só obliterava o fracasso da ascensão social dos negros e mestiços, mas enaltecia a elite branca que temia uma reação dos ex-escravos e queria se livrar de qualquer responsabilidade social com a população negra recém-libertada.

Lima Barreto escreve para elucidar esse mecanismo de opressão. As cores das personagens assumem singular importância: o autor não aborda apenas o negro retinto. Ele tematiza também os problemas dos mulatos, mestiços que figuravam como média entre as duas etnias, mas sofriam os mesmos preconceitos vividos pelos negros. Daí a necessidade do detalhamento que deva a dimensão da vida desses grupos. Schwarcz (2017) afirma que

Na obra de Lima Barreto há detalhes que saltam aos olhos. O escritor é muito minucioso ao anotar (e quase desenhar) as falas, as vestes, as expressões de seus personagens e dos transeuntes, assim como jamais deixa de descrever, com pormenores, suas cores. Não poucas vezes ficamos sabendo como a diferença de origem se expressava numa linguagem social das cores; uma convenção sutil que compõe papel paralelo e complementar às várias políticas de exclusão racial experimentadas no pós-abolição (SCHWARCZ, 2017, p. 418).

É com essa tinta que, já escritor bastante amadurecido, Lima Barreto escreve *Clara dos Anjos*, obra concluída em 1922, ano no qual o escritor faleceu. Entretanto, só foi publicada em 1948. Romance mais burilado do autor, tematiza de forma mais geral todas as questões perseguidas pelo autor: a segregação social, as questões raciais que, somada à primeira, revelava a hipocrisia brasileira. Além dessas duas graves questões, Lima Barreto acrescenta a questão de gênero, tema inovador e bastante polêmico no seu tempo. Mais especificamente, o romance problematiza a mulher negra naquele contexto em a mulher, inclusive para as não negras, tinha um papel social determinado por uma sociedade fundamentalmente patriarcal, na qual a mulher era uma espécie de objeto de troca.

A personagem principal Clara tem dezessete anos. É muito bonita com uma educação primorosa. Mas, filha de um carteiro e uma dona de casa, é pobre, moradora de um bairro no subúrbio do Rio de Janeiro, o que demarca sua condição social. Essa marca somada ao fato de ela ser mestiça, mulata como referida no texto, torna Clara ainda mais frágil como agente social. Subjugada por Cassi Jones, que, apesar de família de pequenas posses, gozava do prestígio do homem branco. Por meio de mentiras e até assassinato, a moça, ingênua, se deixa envolver pelo rapaz e, quando engravida, é abandonada à própria sorte numa sociedade que não a perdoaria. Mas, ao mesmo tempo da dor do abandono, toma consciência de sua situação naquele mundo.

Este breve resumo não esgota, obviamente, a beleza da trama espinhosa da obra, pois se trata de uma obra importante em diferentes dimensões, notadamente como objeto de literatura, dados os recursos estilísticos empregados pelo autor na sua construção. Recomendamos a indicação da leitura integral da obra pelos

estudantes. Para atender aos objetivos deste capítulo, pode-se discutir, com base na leitura do livro, temáticas mestiçagem no Brasil e as condições da mulher negra na sociedade brasileira.

A temática da **Mestiçagem no Brasil** pode ser observada na opção que Lima Barreto faz na construção da personagem principal. Ele descreve Clara como mulata e não negra. Com isso, o autor parece indicar, na gradação da cor negra, a miscigenação de uma sociedade hipócrita, mas que sujeita os dessa cor aos mesmos preconceitos dos negros como se disse anteriormente. Há, portanto, um recorte de cor a ser debatido tanto do ponto de vista da época como contemporaneamente.

A esse respeito, o professor Munanga (2019) aponta e desconstrói as ideologias presentes nos discursos oficiais sobre mestiçagem ao longo do século XX. Para o professor, esses discursos contribuíram para a invisibilidade do afrodescendente no Brasil. Nesse sentido, a celebração da miscigenação era um artifício para o apagamento de grupo social. Além da articulação do romance Clara dos Anjos com o texto de Munanga, pode-se, ainda, utilizar as opções que Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza para a autodeclaração da cor pelos entrevistados. Depois do debate, é possível montar um painel, a exemplo da conhecida tela Operários de Tarsila do Amaral.

A temática **condições da mulher negra na sociedade brasileira** surge pela leitura atenta da obra, cujo enredo mostrará que a mulher negra sofre duas vezes: a inserção na categoria mulher numa sociedade patriarcal da época e o fato de ser negra como aspecto intensificador do sofrimento e a condição de maior invisibilidade. Lima Barreto declara a beleza de Clara. É possível fazer uma ampla discussão sobre o padrão de beleza que sujeita a mulher uma objetivação comercial e a condena a um lugar muito específico no imaginário social. É importante atualizar a discussão de como a mulher negra é tratada pelo mercado de trabalho e pela indústria de cosméticos, por exemplo. Excertos da obra de Simone de Beauvoir podem contribuir com melhor visualização da questão.

Nesta seção, procuramos demonstrar como a obra de Lima Barreto pode fomentar a discussão sobre racismo na sala de aula. Colocar a obra literária a serviço da emancipação dos sujeitos-estudantes é uma forma de manifestação da função social da literatura, dimensão na qual ela deve fomentar, por meio da reflexão e crítica, a identificação e superação das travas socioculturais que travam a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, reafirmamos o lugar de fala de Lima Barreto. A restituição desse lugar é uma forma de respeitar o projeto de literário do autor. Sem reconhecimento em sua época, é legítimo que o tempo responda aos seus anseios de discutir a sociedade brasileira em uma de suas facetas mais perversas: o preconceito social. O reconhecimento tardio da qualidade da literatura de Lima Barreto abriu caminho para estudos dialogados com outras ciências como a História, a Sociologia e a Antropologia.

A demanda social relacionada ao combate ao racismo e, dentro dele, a visibilidade das questões da mulher negra brasileira ainda é muito grande e é preciso criar situações de enfrentá-las. Acreditamos que a obra de Lima Barreto é, nesse sentido, um poderoso pretexto para abrir essa discussão necessária. A sala de aula é um espaço propício para tornar Lima Barreto objeto de reflexão sobre a sociedade de sua época, uma vez que como obra literária clássica, é nesse espaço que sua obra pode ser o trampolim para formação de cidadãos melhores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Martins Fontes. 2. edição. São Paulo, 1997.
- BARBOSA, F. de A. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- BARROS, D. L. P. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 1999.
- BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 44^a.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BROOKSHOW, D. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- CRISTOVÃO, V. L. L.; MACHADO, A. R. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. *In: Revista Linguagem em (Dis)curso*, vol. 6, n^o. especial, set/dez. 2006.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

PRADO, A. A. **Lima Barreto 1881-1992** – seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercício. São Paulo: Abril Educação, 1980.

REZENDE, B. **LIMA BARRETO Toda crônica**. Rio de Janeiro, Agir, 2004, 2 vols.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto triste visionário**. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

TUFANO, D. **Lima Barreto: crônica, conto, romance na sala de aula**. São Paulo. Moderna, 2016.

LIMA BARRETO, SINGULAR E PLURAL

LETRAMENTO LITERÁRIO EM CLASSES DO 8º E 9º ANO NUMA ESCOLA PARTICULAR DO NORTE DE MINAS GERAIS

*André Carneiro Ramos*³¹

*Talita Ferreira de Souza*³²

RESUMO

Este capítulo discorre acerca do acompanhamento de um processo de *letramento literário* a partir de dois contos do escritor brasileiro Lima Barreto, apresentados aos discentes do Ensino Fundamental de uma Escola Particular situada no Norte de Minas Gerais. Objetiva-se comprovar a relevância da modalidade oral como elemento potencializador da interação sociocultural entre os alunos (BARTON, 1993), almejando registrar/avaliar toda essa dinâmica pedagógica a esta altura agravada pela vigência do regime de aulas remotas impostas pela pandemia de Covid-19. A metodologia foi qualitativa, sequencialmente realizada com gravação, transcrição dos áudios das aulas e posterior análise. Como resultado, observou-se nas turmas de 8º e 9º anos elencadas, a primazia deste *evento*

³¹ Professor de literatura do Curso de Letras da Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros (MG); doutor em Letras pela Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; mestre em Letras pela mesma Instituição. E-mail: andremacartney@hotmail.com.

³² Acadêmica do Curso de Letras da Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros (MG); professora da rede particular de ensino da cidade de Espinosa (MG). E-mail: talita.souza1995@hotmail.com.

de *letramento* (MARCUSCHI, 2000/2001; SOARES, 2002), com destaque para a evidência (dentre outras questões teóricas), na prática, da valorização das *estratégias orais letradas* propostas por Kleiman (1995). Concluiu-se que a rica interação de experiências orais entre professora e alunos contribui, de fato, para a consistente troca de saberes evocada pela literatura.

Palavras-chave: Letramento literário; Lima Barreto; aulas remotas; oralidade.

INTRODUÇÃO

Uma premissa compartilhada por pesquisadores da área de Letras sinaliza que a literatura, seja ela do passado ou do presente, é na contemporaneidade um fenômeno bastante heterogêneo no que tange à recepção. E seu entendimento, por parte dos alunos do Ensino Básico brasileiro, não deve ser aprioristicamente considerado como de impossível consecução; pelo contrário: a experiência com a palavra culmina quase sempre num terreno fértil de possibilidades, com vistas a uma eficaz apreensão/reflexão das realidades que nos interpelam.

Vale dizer, neste início, que tal *cotejo*³³ se potencializa de forma bastante gradual, com as práticas de leitura e escrita sendo trabalhadas com mais ênfase na escola; porém, o processo conhecido como *letramento* inicia-se bem antes, numa dinâmica para além da simples decodificação de vocábulos; em suma, trata-se de um posicionamento crítico do sujeito diante daquilo que lê, sendo que nessa atividade os atos de ler e escrever acabam se imbricando: *letramento*, portanto, abrange leitura e escrita; ler criticamente um texto é também divulgar impressões através de uma escrita com traços autorais e reveladores de interdiscursos, outras leituras, vivências.

Como salienta Magda Soares (2003, p. 95), trata-se de um exercício não linear e ilimitado da linguagem, englobando diversas funções e objetivos associados a situações em que se diferem as habilidades/atitudes de se ler e escrever um texto. Em outra publicação, afirma: “*Letramento* é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2016, p. 18).

Tal proposição gerou em nós algumas reflexões acerca da aplicabilidade do *letramento* no tocante à literatura. Por se tratar de um procedimento

³³ De acordo com Bakhtin (1992, p. 404): “Toda palavra (todo signo) de um texto conduz para fora dos limites desse texto. A compreensão é o cotejo de um texto com os outros textos. O comentário. Dialogicidade deste cotejo”.

transdisciplinar, seu ensino deve ser trabalhado com vistas a uma eficaz participação dos alunos e alunas, no que tange à efetivação de um *evento* mesmo de leitura envolvendo trocas de saberes, percepções críticas e diálogos dos mais diversos. De acordo com Terry Eagleton (2006, p. 116): “O leitor estabelece conexões implícitas, preenche lacunas, faz deduções e comprova suposições – e tudo isso significa o uso de um conhecimento tácito do mundo (...). Sem essa constante participação ativa do leitor, não haveria obra literária”.

Com o intuito de ampliar a discussão, este capítulo desenvolve como tema os desdobramentos de uma *apropriação da escrita* ocorrida durante as aulas de literatura para o Ensino Básico numa escola particular, localizada na cidade de Espinosa, região norte de Minas Gerais. A pesquisa qualitativa foi originalmente pensada/desenvolvida/escrita em parceria com a professora Talita Ferreira Souza, no decurso das duas primeiras semanas de junho de 2020. Por esse motivo, continuarei utilizando a primeira pessoa do plural a fim de ressaltar o caráter compartilhado de toda a pesquisa.

Adotaremos, para tanto, a literatura brasileira do Pré-modernismo (as duas primeiras décadas do século XX) como aporte para a experiência que se pretende realizar, a saber, um *evento* de leitura e discussão oral *online*, tendo como ponto de partida dois contos: *O homem que sabia javanês* (1911) e *A nova Califórnia* (1915), ambos do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922).

O problema que mais nos motivou foi a constatação do quanto tem sido dilemático para muitos a efetiva aceitação da modalidade emergencial de transmissões de videoaulas, propagadas pelas escolas em virtude da pandemia da Covid-19; nesse sentido, de que maneira o uso de novas tecnologias poderia ser aplicado de forma produtora na concretização de um *evento de letramento literário* (MARCUSCHI, 2000/2001; SOARES, 2002), com a efetiva adesão dos alunos envolvidos?

Em meio a todos os procedimentos que serão aplicados, buscaremos um entendimento do que seriam esses *eventos de letramento* na prática, com ênfase inicial na leitura literária, para, em seguida, inferir uma troca de saberes através de discussões sobre o referido autor e a atualidade dos contos escolhidos, objetivando como culminância a produção de estratégias orais letradas, segundo Kleiman (1995), no sentido de conclamar possíveis novas acolhidas para Lima Barreto, com os alunos envolvidos difundindo sua obra na circularidade da sala de aula e para além dela. Em tempo: o objetivo é também estimulá-los a entrarem mais diretamente em contato com o mundo dos livros, evocando a arte em geral de forma mais ampla, a partir de genuínas provocações.

O CONCEITO DE LETRAMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA PREPONDERÂNCIA HOJE

É sabido que atualmente o ensino da literatura nas escolas brasileiras tende a um enfoque mais sociocultural. Quase sempre valorizada por uma abordagem metalinguística, segue com suas tentativas de valorização desse objeto, ao mesmo tempo secularmente fascinante e hoje tão vilipendiado, chamado livro. Nos desdobramentos dos processos de leitura e escrita, tal disciplina enfatiza uma apreensão e ampliação de mundo, no questionamento de muitos dos seus respectivos liames, dialeticamente retrabalhados no contato, compreensão e expressão crítica de ideias e sentimentos, tudo isso evidenciado, quando uma aula flui bem, nas trocas de saberes ocorridas entre as partes envolvidas – escritores, professores e alunos.

Sob um ponto de vista processual, toda essa dinâmica de leitura e escrita precisa na verdade superar a mera visualização/decifração de fonemas. Para que isso ocorra, seu aprendizado necessita ir além da mera grafia de palavras (ou transcrição oral insípida), para assim se constituir, de modo mais efetivo e em sala de aula, numa espécie de intercâmbio entre conhecimentos prévios dos leitores, texto e contexto. Pode parecer óbvio, mas não nos esqueçamos de que ler e escrever é, sobretudo, compreender. Aqui vale o resgate da precisa menção de Rildo Cosson (2016, p. 23), sobre a realidade do ensino de literatura hoje em grande parte de nossas escolas:

[...] estamos adiante da falência do ensino da literatura. Seja em nome da ordem, da liberdade ou do prazer, o certo é que a literatura não está sendo ensinada para garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza. Em primeiro lugar porque falta um objeto próprio de ensino. Os que prendem aos programas curriculares escritos a partir da história da literatura precisam vencer uma noção conteudística do ensino para compreender que, mais que um conhecimento literário, o que se pode trazer ao aluno é uma experiência de leitura a ser compartilhada. No entanto, para aqueles que acreditam que basta a leitura de qualquer texto convém perceber que essa experiência poderá e deverá ser ampliada com informações específicas do campo literário e até fora dele.

Tentando modificar essa perspectiva, entra em cena o processo conhecido como *letramento*: práticas de leitura e escrita correlacionadas às vivências sociais dos sujeitos-leitores, levando-se em consideração situações cotidianas em que um contato mais direto com a linguagem é estabelecido – por exemplo, ao lerem uma propaganda num *outdoor*, um *post* no Facebook, escreverem uma lista de compras ou uma mensagem no *WhatsApp* etc.

Constata-se, pois, que o *letramento* pode vir a acontecer antes mesmo da alfabetização, como quando uma criança de quatro anos, por exemplo, que já começou a falar, tem o pai interagindo e refletindo com ela sobre leituras feitas; isso é uma prática que não ocorre somente quando a criança decodifica. Nesse caso, o procedimento não tem a ver diretamente com alfabetização; o fato é que existe *letramento* sem alfabetização. E o contrário também ocorre, um sujeito alfabetizado pode ser iletrado.

Desse modo, estando sob uma condição provisória em termos de constituição, o processo de *letramento* engloba vários aspectos, desde uma apropriação mínima da escrita (no caso de um analfabeto que é *letrado* na medida em que identifica o ônibus que deve tomar, reconhece mercadorias pelas marcas, identifica o valor do dinheiro, mas não escreve, nem lê regularmente), indo até uma apropriação mais profunda (como no caso do indivíduo que escreve uma dissertação de mestrado, lê literatura etc.). Letrado, nesses termos, é quem exerce efetivamente as práticas sociais relacionadas à escrita, ou seja, participa de forma competente de *eventos de letramento* nas diversas esferas sociais da atividade humana, e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita (Marcuschi, 2000/2001; Soares, 2002).

Em seu abrangente artigo, Márcia Regina Terra (2013) salienta que sob a linha de um viés pedagógico, os *Novos Estudos do Letramento*, surgidos na década de 1980, acabariam por questionar a preponderância de uma visão tradicional e psicolinguística da linguagem, que se obstinava em prevalecer enquanto conhecimento estrito do código linguístico, com as relações orais e escritas sendo examinadas em vias dicotômicas. Rasurando certos pressupostos, o *letramento* traria uma perspectiva ideológica para as práticas de leitura/escrita, assim aplicadas de forma mais democrática incluindo os saberes dos *desenraizados* (para citar Paulo Freire), adotando como base, desse modo, uma maior valorização da oralidade e sua relação direta com a escrita.

Atualmente, vários são os estudos que se preocupam em examinar tais relações, como nos mostram as pesquisas acadêmicas elencadas, não sendo necessário ir muito longe para se constatar que, na sociedade contemporânea, a leitura e a escrita são incontornáveis. A partir disso, uma questão se revela: como fazer valer, então, um *letramento* eficaz para a vida?

Já como abertura para uma possível resposta, as modalidades oral e escrita da língua são vistas como funções complementares nas práticas letradas da comunicação. Isso nos faz pensar em outras possibilidades do discurso, como as descritas por Rojo (2006, p. 34), e que listam trabalhos com códigos

gráfico-visuais e padrões textuais diversos, inclusive envolvendo a própria noção de oralidade.

Tudo isso leva-nos à inequívoca constatação de que, hoje, com o aprimoramento e o utilitarismo constante das novas tecnologias, os gêneros textuais se transmutam abarcando diversas instâncias da linguagem – escrita, sons (falas, diálogos), imagens (estáticas e/ou em movimento), grafismos, gestos corporais, etc. –, que se integram/dialogam entre si reconstruindo sentidos nas inter-relações entre linguagem oral e linguagem escrita, interagindo de forma produtora a partir de estímulos mais diversos, do calibre de memórias e imagens, signos e representações.

EVENTOS DE LETRAMENTO: CONCEITUAÇÕES, DINÂMICAS LITERÁRIAS, LIMA BARRETO

Pensar o *letramento* como um conjunto de práticas sociais formalmente ligadas ao uso da escrita significa entender que esse fenômeno detém uma história rica e multifacetada, não linear e repleta de contradições, envolvem importantes aspectos a serem trabalhados. Dentre eles, citamos as correlações entre escolarização e *letramento*, sendo que na primeira se verifica com mais ênfase a noção mesma de alfabetização, com vistas não somente à aquisição, mas ao domínio da tecnologia chamada escrita.

Em tempo: ainda que sujeito a diferentes interpretações, em sentido amplo o vocábulo *escolarização* acena para uma prática formal/institucional de ensino que, ao valorizar uma educação integral, realiza-se de forma contínua e linear, cujo objetivo é alcançar como produto final tudo aquilo que é passível de ser avaliado e, por ventura, certificado oficialmente – dado que atestaria ou não a eficácia de toda essa metodologia. Ora bem, isso não ocorre com as dinâmicas relacionadas aos processos de *letramento*.

Desse modo, são modalidades que utilizam a leitura e a escrita produzidas na consecução de atividades cognominadas de *evento(s)*³⁴, objetivando sempre se trabalhar com os discentes não apenas a linguagem, mas também diversos aspectos daí originados, como os socioculturais, por exemplo (BARTON, 1993, p. 7).

³⁴ Por seu turno, Brian V. Street (2014, p. 173) esclarece melhor a questão: “Heath define um “evento de letramento” como “qualquer ocasião em que um fragmento de escrita integra a natureza das interações dos participantes e seus processos interpretativos” (Heath, 1982).

E todos esses *eventos* são facilmente identificáveis/aplicáveis com os alunos. Quando um grupo de estudantes lê, fala sobre e escreve depois, na verdade os alunos estão engajados num conjunto de episódios (de *letramento*) geralmente regulares e associados a práticas sociais. Um estudante, por exemplo, lerá um livro como parte integrante de *um exercício de leitura de um livro em sala de aula*.

É conveniente ressaltar, neste ponto, ainda mais a questão da oralidade dentro deste nosso estudo, porque levaremos a fala dos alunos em consideração enquanto um instrumento de potencialização das *práticas de letramento* até aqui mencionadas, tornando-se mais uma delas, inclusive. Trata-se, pois, de um compartilhamento de impressões, reflexões e saberes, sendo justo se pensar que a noção de *letramento* se fortalece ainda mais pela via das discussões orais ocorridas em sala de aula, a partir de uma experimentação inicial que pode auxiliar na escrita depois, como por exemplo na elaboração de uma resenha crítica: num primeiro momento, um aluno, ao trabalhar oralmente aspectos que conseguiu apreender e destacar de uma leitura literária feita, por exemplo, em seguida pode muito bem se utilizar disso almejando concatenar melhor as ideias a serem expostas no texto escrito. De acordo com Marildes Marinho (2010, p. 80): “[...] o conceito de letramento se institui e se constitui na interface com a oralidade, com quem estabelece uma relação de interdependência. A oralidade é o contexto propiciador das práticas de escrita”.

Logo, também não se pode pensar na correlação fala/escrita sem ligá-las aos modos cotidianos de inserção do sujeito nas experiências sociais, e essa questão se apresenta sempre de forma muito produtiva. Nesse sentido, consideramos tudo isso como uma *prática letrada* que valoriza a oralidade no trabalho em sala de aula, instigando os envolvidos à realização de atividades que possam reverberar essa competência, uma das principais a serem trabalhadas pela Escola.

Em meio a todas essas preponderâncias metodológicas, ajustando o foco um pouco mais para a literatura, uma preocupação ainda persiste: hoje, o que fazer com os nossos alunos e alunas no sentido de aproximá-los da leitura dos clássicos? Como trabalhar esse gênero tão posto de lado em sala de aula, não só competindo com as distrações externas (nestes tempos, a cada dia sempre renovadas), mas fomentando igualmente a criticidade e expressividade oral e escrita de nossos jovens?

Trata-se de um tema complexo, porque vivemos num país onde a leitura não possui a relevância que gostaríamos, essa é a verdade. O público das nossas livrarias, sejam elas grandes ou pequenas, anda cada vez mais filtrado; parece

que procura inúmeras coisas ali, inclusive livros... Isso reflete muito o problema que temos, aliado à questão socioeconômica, haja vista o livro ser um item caro de consumo. Referindo-se aos livros como *objetos*, segue o comentário da pesquisadora Márcia Abreu (*In: MARINHO, 2001, p. 154*):

Sob esse ponto de vista, grande parte dos brasileiros não tem efetivamente condições sociais de ser leitores. A desqualificação dos objetos implica a desqualificação das pessoas que os tomam para ler, tornando a leitura um capital individual e de classe, com valor de mercado e *status* no meio social imediato. Prisioneiros da ideia de que uma certa leitura de certos objetos é a única legítima, mantemos nossa ignorância sobre as práticas de leitura efetivamente realizadas.

Continuando o raciocínio, é bem problemática essa tirania contemporânea da aceleração em todas as esferas, como se tudo fosse para ontem, o que conseqüentemente nos leva quase sempre à exaltação da banalidade em lugar da substância. Quem é que hoje se debruça sobre a leitura de um romance do século XIX? Referimo-nos aos clássicos *volumosos* ao estilo Samuel Richardson ou Stendhal, por exemplo. As pessoas querem ler coisas fáceis, almejando diversão. No entanto, a literatura vai muito mais além do que o puro entretenimento.

Isso é o que o *letramento literário* propõe em sala de aula: o esgarçamento do paradigma das redes sociais ou séries de tevê, facilidades que mais atrapalham que ajudam, minando a cognição de qualquer um quando de seu uso exagerado, e tal dilema é muito sério.

Logo, o que podemos fazer para desacelerar tal processo? Como possível resposta temos a literatura, que ainda teima em resistir se mostrando viva e detentora ainda de muitas surpresas. É o caso incontestado de Lima Barreto.

UM ESCRITOR BRASILEIRO ESTRANHO E REBELDE: SERÁ QUE IRÃO DELE GOSTAR?

Inúmeras vezes, a vida dos escritores acaba sendo, sob certa ótica, mais interessante do que suas próprias criações. Nesse quesito, a literatura brasileira nunca ficou de fora, sendo que um de seus personagens mais instigantes é o carioca Afonso Henriques de Lima Barreto. Nascido em 1881³⁵ (sete anos antes da abolição da escravatura), filho de mãe professora e pai tipógrafo, desde muito cedo se ligaria ao mundo da leitura e da escrita vivenciando/registando inúmeros acontecimentos históricos no Rio de Janeiro, como o seu incontornável

³⁵ Ano especial para a literatura brasileira: Machado de Assis lança *Memórias póstumas de Brás Cubas*, considerado o marco de virada do Romantismo para o Realismo no Brasil.

crescimento urbano e populacional. Como exemplo disso, citamos o desenvolvimento das linhas férreas da Central do Brasil, que ligaria os subúrbios mais afastados ao centro comercial e nevrálgico da cidade maravilhosa.

Lima Barreto era mais um dos transeuntes das movimentadas ruas da ainda recente capital federal, porém munido com seu olhar inquieto e perscrutador. Conhecia bem esses rincões, pois estudara durante um tempo engenharia na Faculdade do Largo de São Francisco, nessa fase desdobrando-se entre a graduação e Paquetá, onde seu pai viúvo residia trabalhando como administrador de um manicômio. A loucura, aliás, insistiria em fazer parte da existência do escritor, adensando-se ainda mais no futuro.

O fato é que anos depois, com o agravamento da doença psicológica adquirida pelo pai, passa a com ele residir em Todos os Santos, subúrbio carioca e, por conta disso, vê-se impelido a largar a faculdade; em seguida, por conta da necessidade, torna-se funcionário público exercendo, meio que a contragosto, a função de amanuense. Um detalhe aqui é digno de nota: mesmo em meio a tantos problemas, nunca deixaria de escrever literatura. Em anotação de Alfredo Bosi (1994, p. 316) podemos constatar esse ímpeto:

A biografia de Lima Barreto explica o húmus ideológico da sua obra: a origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas à viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises.

Lima passaria, desse modo, a publicar com regularidade em alguns jornais da capital, calibrando acidamente o tom crítico para com a elite cultural da época e com literatura, à parte, funcionando enquanto canal de resistência e denúncia. Por tal padrão, seu trabalho foi de certo modo bem multifacetado, não seguindo uma rigidez quanto à produção de um gênero apenas, e em larga escala; na verdade, escrevia de tudo um pouco – artigos de jornal, crônicas, peças de teatro, contos, romances –, além de uma vasta correspondência e mantinha também alguns diários, que servem como fonte até hoje para pesquisadores de sua vida e obra.

Seu primeiro romance, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), não teve a recepção esperada, talvez por ter sido lançado primeiro em Portugal; mas também, nas palavras de José Veríssimo (*In: BARRETO, 1956, p. 204*), o estilo *roman à clef*³⁶ acabou sendo um problema para ele: com o intuito de se

³⁶ Mas à época, logo se soube o motivo da negativa recepção: o livro tecia uma provocativa malha de críticos perfis de pessoas da elite carioca, incluindo afamados jornalistas.

fotografar literariamente a vida, o autor exagerou na caricatura de grande parte dos personagens. Para o renomado crítico, tal formato afastou a obra da síntese que toda representação deve emular, corrompendo seus aspectos artísticos, tornando-o particular demais. Ocorre que, no decurso de sua trajetória, o amadurecimento dessa *pessoalidade* viria a se tornar uma das marcas³⁷ do escritor, reconhecido como uma das poucas vozes dissonantes no meio intelectual carioca de seu tempo.

Mas isso não foi o suficiente. Em sua convicta solidão, Lima Barreto passou a vida lutando por um reconhecimento como escritor. A literatura foi sempre o seu maior ímpeto. Por meio dela, até certo ponto em sua época, conseguiu se tornar uma espécie de rasurador daquilo que a sociedade moralista, patriarcal e republicana brasileira cultivava até hoje: o racismo como uma de suas prerrogativas, inclusive estruturais, legitimando nas inter-relações de poder, desde a litania das repartições públicas até a convivência inescrupulosa entre patronados brancos e subempregados negros – falamos agora do ontem mas, sobremaneira, do hoje – como se o arquétipo escravocrata não tivesse mesmo mudado. Em certa ocasião, Lima Barreto registrou em seu diário que a (...) *capacidade mental dos negros é discutida a priori e a dos brancos a posteriori* (In: VASCONCELOS, 2001, p. 1.233).

Essa questão racial desde muito cedo fez parte de suas indignações, algo que seria trabalhado com mais detalhes ao longo da publicação dos romances posteriores, porém com hegemonia do tema no último, aperfeiçoado por Lima ao longo de anos. Segue a lista: *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e a ninfa* (1915), *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e *Clara dos Anjos* (publicado postumamente em 1948).

Na verdade, suas narrativas sempre tratariam de uma mordaz crítica à sociedade burguesa do período, em especial a da capital da chamada República Velha, com suas incongruências reais na ordem do social, da política, validade sempre dos mais afortunados, com vistas à prevalência dos conchavos, de uma sempre violência estrutural que ao mesmo tempo fomentava e alimentava as instituições brasileiras. O autor sabia muito bem o que fazer no sentido de descortinar tais mazelas.

³⁷ Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2017), *Recordações do escravidão Isaias Caminha* sinaliza uma “(...) versão direta e clara do que o escritor chamava de *negrismo*, qual seja, uma projeção para o Brasil do movimento internacional de pan-africanos que, naquele momento, internacionalmente lidava com as dificuldades enfrentadas pela população negra no pós-abolição. Lima descreve com detalhes a cor de seus personagens, bem como o mundo de constrangimentos que fazia parte do cotidiano dessas populações”.

Tendo, pois, sua biografia em mente, a impressão é a de que toda essa estranheza, por sempre se considerar *do contra* (leia-se: rebeldia), fez com que Lima Barreto não se importasse muito com o que poderiam dele dizer. Aliás, sua vida no subúrbio, território alijado da centralidade do Rio de Janeiro e suas idiossincrasias (como a famosa rua do Ouvidor, reduto da *belle époque* carioca onde a elite gostava de passear com seus chapéus e vestidos de pompa e circunstância), somado às experiências não tão bem sucedidas com as publicações que tentou dirigir/manter – como a *Floreal*³⁸, por exemplo –, mais o desânimo em ter de trabalhar numa repartição pública, somado às crises de insanidade do pai... Tudo isso na verdade contribuiu, e muito, para a potencialidade de sua ficção, no sentido de que a escrita para ele funcionava enquanto veículo não só de desabafo, mas para acerto de contas, num posicionamento visceral de registro/documentação de certos pormenores da vida nada romântica que teve, e cujo viés testemunhal e *ordinário* anunciava toda uma modernidade estética que, logo um pouco mais à frente, esgarçar-se-ia nas artes e de um modo bem transgressor.

DOIS CONTOS DE LIMA BARRETO E VISÕES PARTICIPANTES QUE SE COADUNAM

Entendido no plural enquanto fenômenos socioculturais que ostentam a complexidade do conhecimento e do mundo, os processos de *letramento literário* instigam variadas reflexões em sujeitos de diferentes índoles, seja no nível cognitivo, afetivo, comunicativo, estético etc. As diversas possibilidades de expressão verbal, por exemplo, identificadas na poesia, geram ponderações que, por si só, funcionam como convites ao pensar.

A literatura, logo, é ao mesmo tempo um meio e um fim, no que diz respeito ao processo de aprendizagem. As reflexões que um conto provoca podem estar nutridas de uma consciência da linguagem que não se dá de maneira espontânea, mas, sim, devem ser propiciadas/estimuladas a partir das dinâmicas que venham se estabelecer decorrentes das práticas de leitura e escrita. Mas como organizar bem o processo?

Como foi exposto no início, a aplicação desta pesquisa foi desenvolvida com o auxílio da professora Talita Souza, com algumas das *práticas de letramento*

³⁸ Revista que Lima Barreto criou e editou em parceria com alguns amigos jornalistas e intelectuais que, como ele, partilhavam dos mesmos ideais de insurgência contra a tradição literária imperante, especialmente a representada pela ABL – Academia Brasileira de Letras. Tal publicação era bimestral, e teve quatro números apenas.

literário aqui descritas sendo por ela realizadas; no caso, a ideia que tivemos em conjunto foi a de inicialmente envolver os alunos a ponto de lhes provocar a curiosidade em relação aos contos de Lima Barreto escolhidos – os mencionados *O homem que sabia javanês* e *A nova Califórnia*. Para tanto, anteriormente às leituras, a professora sugeriu uma breve pesquisa histórica contextualizando o início do século XX com a cidade do Rio de Janeiro da época, e mais no tocante ao segundo conto foi solicitado que pesquisassem a Califórnia americana (bem como a corrida do ouro que lá aconteceu), tudo para que os alunos pudessem ter esse prévio conhecimento.

Digno de registro é o tempo marcante (para não dizer distópico) que vivemos em 2020; esse hoje se faz/fez perpassado pelo isolamento (ou semi-isolamento, em se tratando de inúmeras cidades brasileiras) causado pela disseminação mundial do vírus mortal da Covid-19, que transformou a humanidade ceifando milhares de vidas, como também impondo uma difícil realidade em termos de convivência e relacionamento interpessoal, com a necessidade do uso sistemático de máscaras faciais, por exemplo, a lavagem e/ou aplicação de álcool em gel nas mãos várias vezes ao dia, o distanciamento social nas ruas e no interior de estabelecimentos comerciais, bem como o fechamento das Escolas, com aulas sendo então realizadas pelo sistema remoto.

Essa triste *novidade* vem ditando mudanças na dinâmica das aulas, que deixaram temporariamente de ser presenciais. Isso vem acarretando problemas em todo território nacional, haja vista não ocorrer muitas das vezes, e por ordens diversas, uma completa adesão das turmas nos processos de ensino-aprendizagem pela dificuldade de muitos em lidar com as novas tecnologias ou mesmo ter acesso a elas, o que vem gerando descontentamentos e críticas, sobremaneira da parte de pais e alunos que não conseguiram perceber na modalidade o efeito paliativo esperado.

Ao que parece, não é bem o caso dos alunos envolvidos em nossa pesquisa, até porque a Instituição selecionada faz parte de uma rede particular. Esse é um dado que deve ser registrado e refletido, posto que influencia nos resultados obtidos. E para que esta averiguação se complete de certa forma faz-se interessante também realizá-la no âmbito de uma Escola Pública, isso num futuro próximo.

As dinâmicas desenvolvidas deram-se, portanto, através da modalidade de ensino remoto, aulas virtuais com cada um em sua respectiva casa e a professora motivando comentários, percepções de leitura e suas trocas. À posteriori, Talita Souza solicitou aos alunos a produção de resenhas, a serem escritas no sentido de ir além da oralidade já testemunhada, tentando com isso fazê-los também

colocar no papel (e de forma organizada) suas impressões, na valorização daquilo que toda resenha desse tipo deve propagar: um convite a futuras leituras.

Correlacionando a isso nossa literatura, o que fizemos foi levar para o universo da sala de aula do Ensino Fundamental norte mineiro uma personalidade curiosa; escritor que podemos considerar como à frente de seu tempo, mas que também era bastante contraditório.

De um lado temos esse homem do seu tempo, que era um crítico profundo de tudo o que representava o Brasil do início do século XX, em especial o Rio de Janeiro, capital da República, que sempre foi um palco (até hoje é); por outro lado, um artista da palavra que não almejava ser reconhecido por isso, muito menos pertencer a uma classe elitista. Queria mesmo ser diferente³⁹, representante de uma literatura mais *chão*, que pudesse refletir os anseios do povo e suas mazelas também; Lima (2010, p. 137) se inseria muito nesse universo:

Na estante, sob as minhas vistas, tenho o Taine, o Bouglé, o Ribot [...]. Confesso que os leio, que os estudo, que procuro descobrir nos grandes romancistas o segredo de fazer. Mas, não é a ambição literária que me move (

[...]. Com elas, queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo, a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu e com os desejos que tinha há dez anos passados.

Podemos pensar, então, que Lima Barreto tinha essa multiplicidade de personas dentro de si, e uma delas era a do mulato sentido com a ordem das coisas, e que registrava em seu diário íntimo toda uma angústia. Então, podemos pensar que ele catalisava⁴⁰ tudo isso e expunha através da literatura.

A história de *O homem que sabia javanês* trabalha, de forma caricaturesca, o tema do *jeitinho brasileiro*, associado sempre a um tom de enganação. O conto se desenvolve como uma conversa de bar entre dois amigos, Castelo e Castro.

³⁹ E quando atuava como jornalista também era muito cirúrgico nessa crítica ao *vazio* dos intelectuais, representantes de uma elite que se auto vangloriava. Enquanto isso, o povo da Central do Brasil, dos subúrbios, ficava esquecido; Lima Barreto queria muito ser a voz desses seres invisíveis.

⁴⁰ E essa escrita, por mais rebuscada que possa parecer para alguns, na verdade é bem direta naquilo que literariamente pretendeu evidenciar, não sendo nem um pouco difícil de ser entendida. Podemos pensar, portanto, na facilidade que Lima Barreto tem de atingir o público jovem, inclusive o atual. Na comprovação disso, temos o modo como sempre tratou de determinados temas, como por exemplo a questão da igualdade, da crônica do cotidiano e do alerta para uma participação mais ativa dos seus leitores na política. O curioso é que Lima Barreto ficou trinta anos “esquecido”, depois de sua precoce morte em 1922 (em decorrência de complicações cardíacas). Sem ser mencionado pela crítica literária por um bom tempo, foi alijado do sistema pelos eruditos de plantão. Mas hoje conseguimos lhe saldar, atribuindo-lhe o devido valor.

Passamos a tomar contato com os expedientes utilizados pelo primeiro, que finge ser um professor de javanês. Isso é muito interessante, na medida em que ele vai mencionando as qualidades que alguém no Brasil teria de ter para se alçar à função de diplomata; e surge o personagem do Barão de Jacuecanga, dono de uma ingenuidade (quase imbecil) que o leva a gastar uma grande soma de dinheiro com o farsante, tentando aprender o tal do javanês; o conto faz um breve exame sobre os poderosos do Brasil, que do alto de suas soberbas seriam, na verdade, ignorantes; o pueril Barão chega a falar que precisava muito aprender javanês por conta do cumprimento de uma promessa feita a seu avô, e necessitava conhecer/aprender a tal língua para ser feliz. Logo em seguida Castelo, depois desse rentável contato com o Barão e fingindo ser o que não era, passa a almejar as benesses de uma consistente carreira diplomática. Trata-se, pois, de uma ironia associada à sátira, com Lima Barreto fazendo troça das personalidades da elite brasileira que eram/são, em maior parte, pretenciosas e vazias. Temos de pensar que nos contos do autor há sempre uma conclusão amarga envolvendo as disparidades da vida; no caso, essas pessoas continuam no topo, enquanto quem talvez realmente merecesse deferência não a consegue nem imaginar.

Sobre o outro conto escolhido, *A nova Califórnia*, a questão não podia ser diferente.⁴¹ Um dos mais reconhecidos do autor, trata do quanto as pessoas colocam em xeque a própria dignidade quando o assunto é a busca pelo poder. Temos a cidade de Tubiacanga, com seus habitantes bem arquetípicos e surpreendidos pela chegada de Raimundo Flamel, espécie de alquimista que, a certa altura, se revela conhecedor de uma maneira *sui generis* de transformar ossos em ouro. Na sequência, quando tomam conhecimento disso, a cobiça dos moradores é aflorada; passam, então, a atropelar valores morais em prol de uma desvairada ambição. Nota-se uma crítica acintosa à desorganização da ordem pública, como também o fato de o brasileiro buscar muito o bom exemplo do que vem de fora, deixando a própria identidade/potencialidade de lado. Lima Barreto revela-nos a real face do homem da elite, intelectualizado, cordato, todavia externalizando sua miséria: alguém que, por fim, aceita profanar cadáveres para conseguir dinheiro, matando para isso se preciso for.

⁴¹ Bem de acordo é o comentário de Lília Moritz Schwarcz (2017), que o considerou como uma nova investida do autor em oposição às: “[...] vogas estrangeiras e o fascínio das ideias que vinham da ciência, as quais, não poucas vezes, levavam à “desinteligência” coletiva. Na época, Lima já escrevia contra a moda determinista que pretendia ver na loucura, na epilepsia e até na criminalidade estigmas e provas de que a mestiçagem resultava em degeneração pessoal e da própria nação. Opondo-se ao que afirmavam os cientistas de seu momento, o autor mostra que a loucura estava em todos nós: nos estrangeiros com suas crenças estranhas, e nos brasileiros que faziam delas um bom milagre para acreditarem”.

Temos em mãos, portanto, uma excelente oportunidade que se abre para frutíferas leituras compartilhadas. Vejamos.

ESTUDO DE CASO 1: O SOCIAL CHAMANDO A ATENÇÃO

Começaremos pelo 9º ano. Registra-se que a turma, seguindo o projeto pedagógico proposto pela Escola, estudou na segunda etapa do primeiro semestre letivo os gêneros crônica, conto e poema; com a parte teórica concluída, é chegado o momento da solicitação/execução/apresentação dos trabalhos avaliativos e, nesse caso, o aproveitamento desta pesquisa se deu no âmbito das atividades envolvendo o gênero conto, com os alunos colocando em prática o *letramento* pela via da oralidade.

Transcrevemos a seguir parte do áudio da aula remota ocorrida no dia 09/06/2020, no horário matutino, que contou com a participação de um número razoável de alunos:

Sobre o que o conto trata?⁴²

Aluna 9A: Muitas vezes eles falam coisas que nem fazem sentido, mas tem o dinheiro, tem o, tem o título como a [...] disse, que o faz ser vangloriado por nada.

Aluna 9B: Fala também da... da necessidade de... de conseguir um emprego é... mas que a pessoa faz de tudo pra conseguir, mesmo que ela não seja especializada em certa área, entendeu?

Aluna 9C: Mostra também muitas pessoas que não são especializadas na área exercendo ela, e às vezes nem dá um trabalho direito.

Aluna 9D: E isso acaba prejudicando o setor da... do trabalho, porque vai ter pessoas que não são profissionais trabalhando naquela, naquele ramo, entendeu?

De que modo vocês fazem um paralelo desse conto com a política do Brasil?

Aluna 9B: Como muitas vezes pessoas que trabalham no setor político do Brasil, mas não são especializadas, não sabem direito o seu trabalho, porque... é... conseguiu entrar ali por esquema, né?

Aluna 9A: Sim, por mentiras também. Pela própria lábia, que em certas partes do conto que...

Aluno 9E: Acredito que tanto é... o conto e a política tratam de intelectuais desonestos, tanto na política temos intelectuais desonestos, tanto como no conto ocorreu.

Aluna 9F: E também podemos falar da forma de como ele conseguiu respeito, porque durante o trajeto da vida dele ele mentiu muito.

⁴² As intervenções em negrito são da professora. Os alunos serão identificados de acordo com o gênero masculino/feminino, acompanhados dos números 8 e 9 correspondentes aos anos das turmas, e seguidos de letras do alfabeto.

Reitera-se que houve uma boa participação, pouco tímida no início, mas que no decorrer aflorou bem nas discussões, no que tange à menção de alguns pontos pertinentes, com o assunto descambando para questões atuais, como o desemprego e a desleal concorrência no mercado, sempre acirrada, mas hoje pior, por vezes levando as pessoas a fazerem coisas ilícitas para conseguirem trabalho, ou mesmo nele se manter.

Apesar de a aluna 9A ter mostrado dificuldades de interpretação no início – como ela mesma sinaliza através do trecho *Muitas vezes eles falam coisa que nem fazem sentido* –, no decorrer de sua exposição nos deu indícios de que compreendeu o texto de forma crítica, trazendo à baila aspectos relevantes do personagem Barão de Jacuecanga, mencionados no uso das palavras *dinheiro, título e glórias por nada*, descrevendo um personagem que, mesmo sem muitas qualidades intelectuais, ainda assim faz parte de uma elite social.

A aluna 9B marca sua interpretação com uma oposição, na qual usa como argumento uma suposta alegação extraída das entrelinhas do discurso do personagem Castelo; de certa forma a aluna se compadece dele, justificando seus atos. Todavia, 9C dela discorda, trazendo indícios dos funcionários fantasmas dos dias de hoje, isso através do seu dizer *às vezes nem dá um trabalho direito*. Na sequência, 9D corrobora com 9C, acrescentando novos argumentos a partir da expressão *por que vai ter pessoas que não são profissionais*, finalizando sua fala com o verbo *entendeu* (seguido de uma interrogação), como se pedisse anuência tanto de seus colegas, quanto da professora.

A essa altura, a aluna 9B retifica sua fala anterior, buscando entendimento nas colocações dos colegas; nota-se aqui, ressaltamos, os efeitos positivos de uma produtiva leitura compartilhada.

Vale mencionar que tanto 9A como 9B apresentam em comum o fato de tratarem de aspectos da realidade política que ambas perceberam no texto; apesar de o autor não utilizar termos como *esquema e lábia*, conseguiram perceber que Castelo tem semelhanças com um sujeito corrupto, caracterizado quase sempre por fazer parte de um *esquema*, possuindo *lábia*; outro aspecto importante é que tanto 9A quanto 9F correlacionam tal personagem à questão da mentira também, ao usarem para tanto as expressões *por mentiras* (9A) e *mentiu muito* (9F).

Por fim, o aluno 9E volta a mencionar o conto de uma forma muito particular, pois faz um resgate da realidade atual falando de nossa política, porém sem perder de vista seu objeto, que é o conto de Lima Barreto; aliás, a política sempre foi uma importante temática para o autor, que a tratava de forma muito ácida (uma tônica em seus textos); o aluno percebeu muito bem isso, destacando

a vigência hodierna da narrativa, comparando-a com o nosso agora; podemos perceber isso na expressão que utiliza em seu comentário: *tanto como*.

ESTUDO DE CASO 2: NAS MALHAS DO CONTO

Dando continuidade, passaremos agora para o 8º ano. Transcrevemos a seguir parte do áudio da aula remota ocorrida no dia 10/06/2020, no horário matutino, que contou igualmente com a participação de um bom número de alunos. A professora Talita Souza os instigou a falar sobre os pormenores outrora pesquisados, envolvendo aspectos externos ao conto (a corrida do ouro norte-americana, por exemplo); o objetivo foi também fazê-los falar bastante, e nota-se um proveitoso e geral interesse pelos principais temas levantados pela narrativa. Segue o fragmento:

Pessoal, bom dia. Nós vamos iniciar a aula de hoje, como o combinado desde ontem, com a discussão e o debate sobre o conto de Lima Barreto, “A nova Califórnia”. É... Vejamos... A questão a princípio eu vou deixar aberto para que vocês possam apresentar as análises, as interpretações, as curiosidades, os pontos altos que destacaram depois da leitura do conto e, depois que todos vocês se apresentarem eu faço uma análise para nós concluirmos, tá bom? É... Eu vou deixar livre para que vocês possam interagir, um complementando o outro, enfim, mas caso isso não ocorra eu vou indicar as pessoas para falar. Tá?

Aluna 8A: O que eu entendi do conto na minha interpretação é bem na questão da ganância, o fato de... Gente, meu áudio tá voltando no de alguém... Ah! Pelo fato dele ter descoberto que os ossos poderiam virar ouro, depois que ele repassou essa descoberta, as pessoas começaram a querer aquilo e... Tipo isso sim se espalhou e aquele bêbado no final ou pelo fato dele não se dar conta daquilo ou simplesmente por ele não se apegar aos valores materiais ele não entrou naquela meio de guerra, tipo de querer transformar tudo em ouro pra ficar rico.

Sim, bacana. Essa questão aí da figura do bêbado, você consegue relacionar ela com algum perfil é... De pessoas que protagonizam a nossa situação atual, social, política, enfim...

Aluna 8B: Vou pensar no bêbado dessa forma, tô tentando lembrar.

Podem participar, viu gente! Caso vocês tenham algum complemento na fala da pessoa que já disse...

Aluna 8A: Eu tô tentando pensar nisso e outra curiosidade que eu vi assim, como era pra ontem pra lê aí eu só tinha lido mas aí eu olhei depois e eu vi que as pessoas falaram que era tipo, um tipo de inspiração naquelas corridas do ouro, sabe?

Hummm... E o que você encontrou sobre esse assunto, a corrida do ouro?

Aluna 8C: Bem, eu encontrei algumas coisas parecidas com (...), que o livro na verdade seria uma paródia da corrida do ouro, onde todos iam lá para as minas e os rios para ficar caçando os minerais preciosos do mesmo jeito que as pessoas roubavam os corpos e elas matavam umas às outras...

Aluna 8A: É tipo o Capitalismo selvagem, eu vi alguma coisa falando tipo isso, de querer tudo ainda mais. É tipo isso que você falou (...) o que eu achei.

Certo. Vocês chegaram a se debruçar em buscar justificativas para o título? Por que “A nova Califórnia”?

Aluna 8E: Eu posso falar o que eu penso que é? A Califórnia é o estado mais no oeste dos Estados Unidos, e levando em conta o que (...) falou a corrida do ouro cresceu mais no oeste dos Estados Unidos e isso faz uma relação de certa forma.

Aluna 8F: Inclusive eu descobri que a corrida do ouro começou na Califórnia! Foi na Califórnia.

Aluna 8E: Ah...

Aluna 8A: O que aconteceu foi realmente isso, e as descobertas se espalharam e as pessoas foram buscar, igual aconteceu com aquele, aquele homem respeitado que espalhou, então...

O que aconteceu com quem? Com aquele homem?

Aluna 8B: Era o cientista, aquele que descobriu lá que o ouro... Que podia transformar ossos em ouro.

Qual seria então essa relação da corrida do ouro, o que aconteceu na Califórnia, e por que ele associou isso aqui no Brasil?

Aluno 8G: Eu acho que ele quis relatar nessa obra a... A ambição dos brasileiros. Acho que foi meio que isso.

Aluna 8A: É o que eu falei, no começo é a ganância, mas chega um momento em que as pessoas começam a querer se matar.

Aluno 8G: O país também é um dos países mais ricos em minerais.

Hummm... Entendi... É... Essa questão, então... E os personagens? Os personagens, eles apresentam características, comportamentos iguais?

Aluna 8A: Não. Bem, eu não lembro o nome de todos, mas assim, eu lembro daquele que chamava Pelino, e ele tinha, tipo inveja do homem que era respeitável, que era o, perai... Raimundo? É isso? (...) Enquanto as pessoas respeitavam ele, que falavam que ele era muito respeitoso com todos aqueles outros, esse Pelino já não gostava tanto dele. E tem também o boticário (...) ele foi o que fugiu com a descoberta do... Por que tipo assim... O homem contou pra eles e aí ele não falou pra ninguém mesmo.

Aluno 8G: O coronel Bentes falou que queria ser muito rico, só não lembro em qual parte.

Aluna 8A: No caso esse coronel e aquele outro que foram convidados para presenciar a experiência, pra oficializar a descoberta do cientista, eles foram gananciosos, né? Porque foram eles que no geral espalharam essa notícia e queriam ser ricos também, e começaram a matar, pra ter mais ossos.

Aluno 8G: A história gira muito em torno disso mesmo que, é mesmo as pessoas mais respeitadas podem perder sua personalidade, seus valores por causa de dinheiro, a ponto de saquearem túmulos só pra conseguirem ficarem ricas.

Aluna 8C: É porque todo mundo se tomou pela ganância, né?

Aluno 8G: Aham.

Aluna 8H: O boticário que fugiu com a, com a receita para transformar os (...) ossos de certa forma é uma crítica porque as pessoas preferem não compartilhar, elas preferem que ninguém tenha, a outras pessoas terem e ela não. Deu pra entender a sacada?

A constatação inicial é a de que ainda estão amadurecendo no processo que envolve a leitura, apresentando dificuldades em correlacionar a realidade de forma clara com o que é narrado no conto; vemos certos indícios de realidade, mas não conseguimos analisar em separado as falas, só o conjunto, isso porque a turma vai construindo aquele sentido de forma una – cada um fala um pouquinho – e a professora, muito consciente desse aprendizado, segue ajudando bem mais.

8A menciona a *ganância*, a *guerra*, e um personagem crucial que é o *bêbado*; aí a professora interfere sobre isso e 8B diz que *vai pensar*; 8A retoma e fala sobre a corrida do ouro, mas não estabelece ainda uma boa relação disso com o conto; a professora instiga, mas quem fala é 8C, afirmando que a história é uma *paródia da corrida do ouro*. Mas quem consegue resumir melhor é sempre 8A: *de querer tudo e ainda mais*, ela sabe/fala o que é, relacionando isso à questão da ganância, que aparece em tudo, mencionando ainda Capitalismo (que sobremaneira é *selvagem*); 8A não se limita somente a dizer os termos, mas explica; e só construiu essa reflexão graças às intervenções positivas da professora Talita, que não deu respostas, não a induziu. O que fez foi intervir de modo a que os alunos pudessem, eles próprios, estabelecer as consonâncias de acordo com a pesquisa que tinha pedido antes, sobre a corrida do ouro. Enfim, não deu respostas prontas.

Há também um diálogo entre as alunas 8A, 8E e 8F, no sentido de que enfatizam a questão da Califórnia norte-americana em se tratando da corrida do ouro (*a corrida do ouro começou na Califórnia!* – destaque para a ênfase na afirmação), e isso é bem reforçado por 8A, que utiliza a expressão comparativa *igual aconteceu com*, para evidenciar que tanto a Califórnia quanto *a nova Califórnia* teriam aspectos em comum, assim ressaltando o porquê de muitos se mobilizarem indo para lá em torno da ideia de riqueza/tesouro (*as descobertas se espalharam e as pessoas foram buscar*).

Após a fala das alunas, a professora Talita Souza, como prometido na introdução da aula, arremata as ideias, entretanto, fazendo isso não sob a forma de resposta, mas perguntando, a fim de verificar se era isso mesmo. Segue na atividade retomando aspectos importantes, que gostaria que os alunos tratassem. É importante frisar que a partir daí a aluna 8A, abraçando ainda mais a ideia de leitura compartilhada, aprofunda um pouco mais sua fala acerca da ganância,

acrescentando que os personagens em certo momento começaram a querer matar uns aos outros, mostrando com isso uma ambição sem limites, foge totalmente ao controle (*as pessoas começam a querer se matar*).

O aluno 8G estabelece um bom elo entre a ambição e o personagem coronel Bentes. Só que 8A é um pouco mais profunda, explicando como esse coronel e outros se mostraram gananciosos, mas faz isso falando da motivação deles. E 8H, de forma pontual, identifica um viés crítico no conto, algo que muito possivelmente tenha relação com sua própria vivência, colocando na roda os próprios valores, como a solidariedade, por exemplo. Ao repreender o boticário, que fugiu com a fórmula de Raimundo Flamel, dá indícios da pessoa justa que é.

O incrível nesse tipo de atividade é a constatação do quanto o aluno se mostra liberto exercendo sua oralidade. Manoel Corrêa (*In: FISCHER, 2019*) ressalta muito a produtiva relação entre *letramento* escrito e oral, no quanto a partir desses compartilhamentos, como o desta análise que registramos, os alunos continuam após a leitura do texto escrito realizando inusitadas leituras orais de Lima Barreto; trabalhamos em sala de aula um *letramento* sobremaneira oral, com as turmas construindo um texto rico, repleto de vivências, numa troca de ideias, conhecimento e pesquisa, espelhados na participação da professora em consonância com a de cada um(a) dos(as) envolvidos(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que constatamos nesta pesquisa, o aluno do Ensino Fundamental precisa se acostumar à leitura autônoma. Mas algumas atividades coletivas podem ser mantidas. Um bom exemplo é a leitura, pelo professor, de um texto de difícil compreensão, com o objetivo de ajudar na interpretação; seu papel passa a ser o de orientador, que apresenta novidades e levanta questões para o desenvolvimento do senso crítico, valorizando a opinião de todos. As atividades individuais de leitura são essenciais para se criar uma relação pessoal com os livros, que pode se manter pelo resto da vida.

Um segredo para se formar leitores é embaralhar os momentos de leitura íntima, silenciosa e pessoal com outros de troca, sobre como cada aluno se relaciona com o que leu. Levar os jovens a falar sobre textos literários com os colegas é também uma excelente maneira de manter/ampliar o exercício da leitura; na verdade, uma eficaz estratégia (KLEIMAN, 1995). Ao fazer com que os estudantes se aproximem de um livro que querem ler, o professor, por exemplo, coloca sua classe diante de um desafio dialógico. Terão de discutir e confrontar

ideias a fim de se construir significados em relação à obra, procurando, para tanto, respostas por vezes escondidas nas entrelinhas.

Em outro ponto, a relação entre autor e leitor se estabelece entre sujeitos em seus lugares sociais historicamente produzidos (Orlandi, 1998). Por isso, é importante conhecer as leituras realizadas pelos jovens, com ênfase nos gêneros poesia, conto, novela, romance. Nessa feita, o importante não é o registro de preferências individuais, mas o foco em processos de interação; como sabemos, nessas escolhas, a escola ainda atua bastante, apesar dos inúmeros e desafiadores prognósticos que se apresentam.

Concluindo, discutir sobre as leituras feitas e textos escritos pode ser um bom começo para se criar interesses em comum. Reconstruir com o livro as sociabilidades perdidas, segundo Roger Chartier (2002), é ampliar e reconhecer os lugares de compartilhamento da leitura, observando e intervindo quando, onde e como ela é promovida, atentos que estamos, na condição de educadores, às mudanças nos modos de ler os gêneros literários e suas multimodais relações. Um caminho, como se comprovou, é identificar se em tais interações de leitura há marcas do repertório sugeridas pelo cânone escolar. Trata-se, pois, de se compreender a escola enquanto instituição inserida numa rede de multiplicidades preocupadas sempre com a formação de leitores e a divulgação de livros, saberes e escritores como o nosso Lima Barreto, em sua singularidade e pluralidade. Assim, a literatura se renova, mais viva do que nunca, auxiliando na aquisição do conhecimento e emancipação das pessoas, em especial dos nossos jovens. Eis o desafio que, quixotesicamente, abraçamos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARRETO, Lima. “**Amplius!**”. **A Epoca**. Rio de Janeiro, 10 set. 1916.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização, introdução e notas de Lília Moritz Schwarcz e Lúcia Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Correspondência ativa e passiva – 1º tomo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 41^o ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1994.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UBESPI, 2002.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2^a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra e João Azenha Jr. 6^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FISCHER, Adriana. Entrevista com o Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa: a escrita na formação do professor e pesquisador. **Linguística Scripta: formar para e pela escrita – Olhares sobre a formação e os futuros docentes / Entrevistas**. Vol. 23, n. 48, Belo Horizonte: 2019.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez: 2000/2001.

MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas (SP): Mercado de Letras, Belo Horizonte: Ceale, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **As relações entre fala e escrita: Mitos e perspectivas**. Belo Horizonte: CEALE, Rede Nacional de Centros de Formação Continuada, MEC, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Edição Kindle.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc. [online]**. Vol. 23, n. 81, Campinas: 2002.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TERRA, Márcia Regina. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. **Delta**. Vol. 29, n. 1, São Paulo: 2013.

VASCONCELOS, Eliane (org.). **Lima Barreto**: Prosa seleta. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

A RESPONSABILIDADE ETNICORRACIAL NO DISCURSO LITERÁRIO *RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA*, DE LIMA BARRETO

Márcio Rogério de Oliveira Cano⁴³

Ramon Silva Chaves⁴⁴

RESUMO

Estimulados pelo franco crescimento do interesse sobre questões etnicorraciais que atualizaram a produção da obra *limana*, sob uma abordagem enunciativo-discursiva para o trabalho docente, este estudo discute a obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto. Nosso trabalho aponta para uma discussão a partir do objeto literário sobre questões prementes ao constructo da enunciação cuja capacidade é refletir sobre questões etnicorracias, parte da proposta dos PCNs como unidade transversa. Assim, nossa incursão propõe olhar *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* como campo de análise social, histórico e cultural que pontua a produção literária do negro brasileiro no início do século XX. Acreditamos, com isso, que esse estudo poderá colaborar com o trabalho docente para a manutenção do ensino de língua, literatura e considerar as unidades transversas, especialmente a etnicorracial.

⁴³ Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Docente do curso de Letras da Universidade Federal de Lavras. E-mail: mr.cano@uol.com.br.

⁴⁴ Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Membro do grupo de pesquisa Memória e Cultura da Língua Portuguesa Escrita no Brasil-PUC-SP. E-mail: ramon.chaves@gmail.com.

Palavras-chave: discurso literário; Lima Barreto; discurso racista; ensino de língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

“Afrodescendente por origem, opção e forma literária” (SCHWARCZ, 2017, p. 10). É assim que Lilia Schwarcz descreve Lima Barreto em biografia publicada em 2017. A descrição é exigida, pois Lilia se apresenta como novidade frente a Francisco de Assis Barbosa, primeiro biógrafo do autor fluminense, que, em 1952, publica *A vida de Lima Barreto*. Na biografia mais antiga, o fato de Lima Barreto ser um sujeito de pele “azeitonada”, como ele se nomeava, era um detalhe dentre muitos. Já na biografia de 2017, o componente racial é o fio condutor pelo qual se percorre a vida de um sujeito nascido sob um contexto de profunda desigualdade racial, causada pelos séculos de exploração do trabalho escravo justificado pela cor e pela campanha pusilânime de diminuição do caráter e da honra dos sujeitos negros no início do século XX.

A comparação entre os dois biógrafos não tem, aqui, o interesse de avaliar, de maneira moral, a produção de uma em detrimento do outro, mas de fazer refletir sobre a oportunidade – já era hora – dada na e pela contemporaneidade de pôr em pauta, de maneira central, a questão etnicorracial na produção literária, sobretudo daqueles autores, como Lima Barreto, que exigiram tal reflexão. Assim, propomo-nos a observar uma das produções de Lima Barreto, a obra *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, publicada em 1909, em Portugal, a partir do enfoque etnicorracial. Para isso, mobilizaremos os avanços dos estudos da Análise do Discurso de inspiração francesa, de modo a perceber a obra supramencionada como discurso literário que tem como condição sócio-histórica e cultural a dinâmica da eugenia racial do século passado.

A Análise do Discurso (doravante AD) é uma disciplina cujo aparato é interdisciplinar, por isso, embora estejamos situados no campo da Língua e da Comunicação, convocaremos discussões que partem de outros campos, de modo a sermos capazes de dar centralidade ao compósito etnicorracial que funda a enunciação em *Recordações do escrivo Isaias Caminha* (de agora em diante *Recordações*).

Nosso capítulo está seccionado da seguinte forma: I. condições sócio-históricas de produção de *Recordações*; II Uma leitura necessária de *Recordações*: as unidades tópicas, não tópicas e paratópicas do discurso literário com uma

reflexão e análise sobre responsabilidade etnicorracial no discurso e na leitura do discurso.

AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E CULTURAIS DE PRODUÇÃO DE RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA

A presença do texto literário na escola vai muito além de atender aos objetivos específicos de uma disciplina, de um curso, de um ano. Para além dessa potencial redução, a experiência literária nos fornece estratégias de se entender no mundo e entender o mundo por uma percepção da sensibilidade, da emoção, do belo, do intuitivo. Compreender o mundo por meio da razão, da ciência ou das disciplinas escolares esbarra, muitas vezes, na coisificação, mas, claro, tem sua importância num sentido que se dá ao mundo pela coletividade, pelo mensurável, pelo bem comum e coletivo, mas também pode implicar uma redução do indivíduo e da forma como pensa a vida. A arte, a literatura, amplia, mas como experiência criadora que permite pensar nas coisas do mundo.

Assim, refletir, estudar e levar para a escola o cotidiano complexo, difícil, histórico etc., por meio da literatura projeta outros olhares marcados por sentimentos nem sempre presentes em uma discussão racional. A indignação, a surpresa, a compaixão, entre outros sentimentos, são possíveis de se construir no sujeito por meio do olhar literário.

Entender esse modo do entremeio das condições de produção e a obra é passar por aquilo que promove a criatividade. Uma leitura literária oferece essa oportunidade. Só o texto literário nos desloca do cotidiano. Mas também pode nos deixar longe da possibilidade de pensar, por meio dele, o cotidiano. Só o texto cotidiano aprisiona e traz para essa prisão o texto literário. Por isso, a leitura criativa passa por esse entremeio, entre a implicação das condições de produção e a obra literária.

Tomando, primeiramente, as condições de produção, por um lado, falamos das condições imediatas ou sincrônicas à produção da obra, como o contexto em que se produz e os sujeitos envolvidos, mas também falamos das questões históricas, diacrônicas, que constituem a historicidade dessas condições imediatas. Olhar, pela análise do discurso ou por uma leitura mais crítica, o discurso sem sua historicidade é, muitas vezes, um processo reprodutivo em que a leitura se faz pelo lugar do cotidiano e não do analista ou de uma leitura crítica.

Essas duas dimensões que compõem as condições de produção, a imediata e a histórica, são sistematizadas por Orlandi como sentido estrito e sentido amplo. Para autora,

O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas instituições, [...] no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência. E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam (Orlandi, 2015, p. 29).

Assim, esse sentido amplo é o que constitui a historicidade e é nela que o escritor encontra a motivação necessária para o processo criativo. Portanto, na escola, aprofundar a leitura para conhecer esse sentido amplo, contribui para a experiência literária.

Conhecer essa historicidade é compreender que a ela estamos aprisionados e assujeitados, por isso a esquecemos no cotidiano. O exercício de sua reconstrução consciente pela leitura possibilita o desenvolvimento do leitor que passa a entender que, sem essa etapa, corremos “um perigo que transformaria os sujeitos do discurso em fonte de um dizer que não é seu, mas apenas o portador ou o efeito” (COURTINE, 2014, p. 52). Isso implica ações reativas, violentas e não leituras profundas, pacientes e compassivas. Dito isso, vamos para as condições de produção da obra.

Recordações foi mal recebido em sua contemporaneidade. Quando foi publicado, em 1909, editado pelo Sr. A. M Teixeira, em Portugal, o livro foi chamado de “panfleto”, “à clef”, pelos leitores da época. As insinuações sobre *Recordações* não eram à toa, afinal, Isaías Caminha, protagonista do romance, é um sujeito pardo (como a ele se referiria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística caso já existisse), reconhecido pela extrema inteligência, nascido em uma família de recursos limitados no interior do estado do Rio de Janeiro. Vida muito parecida teve Afonso Henriques de Lima Barreto, seu criador, que nasceu sete anos antes da abolição da escravatura (1881). Esse evento foi assistido com entusiasmo e esperança pelo jovem Lima Barreto. Não é exagero dizer, contudo, que o esvaziamento dessa esperança pautou a vida do autor de *Recordações* e o destino da personagem protagonista da obra na mesma proporção devastadora.

A liberdade do homem e da mulher tratados como escravos soou não apenas para Lima Barreto como para uma geração de negros que viram séculos de violação de direitos básicos, como uma possibilidade de aventar um Estado de equidade racial. No entanto, a liberdade do negro não significou sua integração na sociedade de classe, e a violência do Estado apenas substituiu a noção do

negro como propriedade para a ideia do corpo negro como ontologicamente pior em relação ao corpo branco. Desse modo, as mudanças prometidas por meio de reformas políticas não trouxeram, senão, primeiro a esperança e, depois, a desilusão.

Filho de outros pardos, João Henriques e Amália Augusta, Lima Barreto viu sua vida mudar radicalmente com os eventos que se associaram às reformas liberais patrocinadas pela proclamação da República e pela morte prematura da mãe. Amália Augusta, que fora proprietária de uma escola para meninas, morreu quando Lima Barreto era apenas uma criança. A seu pai caiu a responsabilidade da criação de quatro filhos e a situação não melhorou quando esse perdeu o emprego que tinha como funcionário do Império, pois o Visconde de Ouro Preto, seu compadrio, refugiou-se pressionado pelo novo modelo de organização do Estado brasileiro.

Diminuído ao subemprego, João Henriques dirige-se à vida no subúrbio carioca, que mais tarde seria apelidado por seu filho escritor como “Vila Quilombo”. Nessa senda, e como se não fosse suficiente, um distúrbio psicológico atinge a saúde do pai de Lima Barreto, fato que faz a vizinhança reconhecer a residência dos Barreto como a “casa do louco”. Essa não foi a última vez que o desarranjo mental atingiu a história do criador de Isaías Caminha, pois aquele mesmo passou por duas internações na Hospício Nacional de Alienados, em 1914 e 1919. O diagnóstico dado em sua ficha de inscrição é “alcoolismo”. Comentando sobre o diário íntimo de Lima Barreto, seu primeiro biógrafo escreve o seguinte:

“Vai me faltando a energia”, escreve no Diário íntimo, repositório das mágoas que o corroem. “Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o álcool me dá prazer e me tenta... Oh, Deus! Onde irei parar? (BASBOSA, 2017, p. 170).

A vida no subúrbio, a falta de reconhecimento diante de seu empenho intelectual, os inúmeros problemas familiares, foram poderosos entraves na vida do autor de *Recordações*. Nenhum desses, contudo, foi mais poderoso do que o peso histórico do preconceito da cor.

Lima Barreto foi funcionário público, estudou engenharia na politécnica e, ao que tudo indica, infeliz. É certo que a noção de felicidade é um aspecto da experiência individual do sujeito, entretanto, Afonso Henriques de Lima Barreto delegou aos inúmeros entraves que enfrentou para o alcance da felicidade a impossibilidade de ser reconhecido como autor de literatura ou ter ascendido social e economicamente, porque esse reconhecimento não cabia aos “azeitonados”.

Ainda na biografia de Barbosa (2017, p. 169), lê-se mais um registro do *Diário Íntimo*:

Estou com vinte e sete anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada; ignorando se tenho qualidades naturais, escrevendo em explosões; sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidade.

O desajuste entre uma mente promissora e uma vida de infortúnio parece ser trilho pelo qual percorrem Lima Barreto e Isaías Caminha. Além disso, o que os une mais severamente é a cor e como essa cor é lida no contexto do final do século XIX e início do século XX. Desassociar a leitura de *Recordações* das condições sócio-históricas e culturais dos não brancos brasileiros é o mesmo que extrair de um retrato, seu pano de fundo.

RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA EM MUNDO PARA OS BRANCOS

Vida e obra têm em seu centro um rapaz que, esperançoso pela inteligência acima da média na tenra idade, vê-se decepcionado por ter uma vida meã ao avaliar o próprio percurso profissional quando adulto. Quando Lima lançou as *Recordações*, seu texto não passou incólume à crítica. Ao contrário, foi percebido, mas ignorado. Essa rejeição deveu-se ao fato de o texto abarcar com rigor a percepção do escritor frente às questões raciais. Assim,

As Recordações são fonte rica de dados para a história social e cultural do Rio de Janeiro no começo do século XX. A condição do mestiço humilde, interiorano, depois suburbano, e os seus percalços para integrar-se na vida da capital que se modernizava a passos largos; a rotina do jornal onde achou emprego, com toda a sua galeria de tipos beirando a caricatura; enfim, o clima de fatuidade e subserviência que se respirava na imprensa e nos círculos literários da *belle époque* carioca – tudo são índices de valor documental que interessavam de perto ao historiador das mentalidades de nossa República Velha.

Entretanto, foram justamente essa aderência ao dado biográfico e o excesso de fatos de crônica jornalística que prejudicaram a fortuna crítica da obra desde a leitura simpática, mas severa que lhe fez José Veríssimo em carta ao autor. O romance, logo classificado à *clef*, padeceria de um número demasiado de referências pessoais que o teriam impedido de ascender ao nível da ficção e de realizar a passagem da observação empírica à forjadura da obra literária (BOSI, 2002, p. 187).

Os tipos encontrados na narrativa são muitos, com os quais o próprio Lima Barreto teria convivido quando trabalhou como jornalista na redação de jornais

cariocas. Contudo, se havia crítica ao modo como *Recordações* os apresentava, isso não pareceu intimidar o seu autor, pois

A intenção da obra que inaugurou Lima Barreto como romancista era, segundo ele mesmo declarou, demonstrar por meio dos fracassos do herói o preconceito e a hostilidade que o negro enfrentava na sociedade brasileira no início do século XX (OAKLEY, 2011, p. 49).

Estima-se que o território brasileiro tenha recebido à força do sequestro para exploração do braço e da expertise, cerca de 5 milhões de homens e mulheres africanos. A atroz violência fora justificada por uma série de argumentos oriundos de setores diversos da sociedade. Esses setores, todos cúmplices, reduziram esses sujeitos singulares e multiétnicos à condição de escravos. Castro Alves (*Navio Negreiro*, canto V) aventa essa redução à cor da seguinte maneira

[...]
Quem são estes desgraçados
Que não encontram em vós
Mais que o rir calmo da turba
Que excita a fúria do algoz?
Quem são? Se a estrela se cala,
Se a vaga à pressa resvala
Como um cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa Musa,
Musa libérrima, audaz!...

São os filhos do deserto,
Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão.
Ontem simples, fortes, bravos.
Hoje míseros escravos,
Sem luz, sem ar, sem razão. . .
[...]

Na mesma esteira de Castro Alves, mas postumamente à vida de Lima Barreto, Monteiro Lobato (1927, p. 4) escreve:

Assim cresceu Negrinha — magra, atrofiada, com olhos eternamente assustados. Órfã aos quatro anos, ficou por ali, feita gato sem dono, levada a pontapés. Não compreendia a ideia dos grandes. Batiam-lhe sempre, por ação ou omissão. A mesma coisa, o mesmo ato, a mesma palavra provocava ora risadas, ora castigos. Aprendeu a andar, mas não andava, quase. Com pretexto de que, às soltas, reinaria no quintal, estragando as plantas, a boa senhora punha-a na sala, ao pé de si, num desvão de porta.

A naturalização da violência relacionada ao corpo negro figurou na literatura como uma condição da História. E essa naturalização partia de setores que se beneficiaram com a lógica da escravidão e, depois, com a lógica da reserva de mercado. A criação da ideia — é importante que se diga que é uma ideia e que é criada — do negro como inferior sustentou benesses desfrutadas por setores não negros e persiste até a atualidade, infelizmente. Assim, os interesses dos brancos estavam em detrimento dos negros, fato agravado pela noção eugênica de que estes eram uma subcategoria animal, mais aptos à servidão e à malandragem. Uma das infelizes provas de que esse pensamento penetrou tanto no imaginário sociocultural brasileiro é que, ainda em campanha, o atual vice-presidente do Brasil, em evento realizado em Caxias do Sul, disse que os brasileiros herdaram a “indolência” indígena e a “malandragem dos africanos”⁴⁵.

A redução à miséria fora percebida pelos mesmos setores que eram beneficiados pela escravidão e, mesmo diante de inúmeros motins, organizações, rebeliões e resistência africana, afro-americana e indígena, a escravidão justificada por meio da cor como argumento cuja força era a de entender uns como inferiores a outros, chegou ao fim no Brasil apenas em 1888, e só depois da pressão do novo modelo econômico emanado da Europa, o liberalismo. Tanto é assim que, nas escolas brasileiras, figura como um dos heróis da liberdade negra no Brasil Joaquim Nabuco, um dos representantes das ideias liberais no território nacional. O movimento liberal apregoado no Brasil cooperou para a liberdade negra, mas não garantiu aos ex-escravizados cidadania, pois

O interesse de parte da elite intelectual brasileira pelo movimento para a emancipação dos escravos no Brasil obedeceu, desde seu início, a uma lógica que unifica seus pensamentos aos ideais do Iluminismo/Liberalismo europeu. Em nome da igualdade de direitos, da liberdade, da economia liberal, muitos pensadores condenaram o sistema colonial e o trabalho escravo buscando igualar o país às mais desenvolvidas nações da Europa. [...] fazem-se presentes teses como: todo homem é proprietário de si mesmo;

⁴⁵ <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/vice-de-bolsonaro-pais-herdou-indolencia-do-indio-e-malandragem-do-negro/>, consultado em 13-11-2020.

a liberdade é um bem inalienável; não pode haver nação onde não há igualdade de direitos, preocupação com o bem-estar de seu povo e aprimoramento dos meios de produção e dos produtores. Também faz parte dele (de modo explícito ou não) o desprezo pelo trabalhador negro e mestiço (SANTOS, 2002, p. 65).

A chamada República Velha brasileira estava imersa na lógica da desigualdade racial. Tanto quanto ela, seus cidadãos e aqueles cujo direito à cidadania era negado, mas estes, como vítimas. Lima Barreto não escreve sobre a violência racial como escreve Lobato ou Castro Alves, produções as quais essa violência é observada no corpo e na vida do outro. A violência racial foi, para o autor de *Recordações*, a única experiência de vida em comunidade. Para outros autores, talvez, o pano de fundo era a república, o modo de vida da *belle époque*, ou os *outros*. Para Lima, entretanto, a pauta premente era o modelo de desigualdade que tanto o atormentou. Tanto é que, personagens como Isaías Caminha não foram exclusividade de *Recordações*. Sobre *Clara dos Anjos* (1922), Schwarzc (2017, p. 463) menciona que Lima estava

Animado com o ponto-final que conseguira colocar em Clara dos Anjos, celebrou seu feito na revista A.B.C de 7 de janeiro de 1922. No artigo intitulado “Será sempre assim?”, antecipava que o romance ia bem adiantado. Depois de tamanho empenho, de tanto escrever, cortar e reescrever, a obra resultara bem mais curta que o projeto original, datado dos idos de 1904. Não obstante, hoje é visível como ficou faltando polimento na linguagem e até apuro no argumento. As passagens de uma cena para outra restam por vezes repetitivas e certos fatos nem sempre encontram sequência na narrativa. Alguns personagens são comoventes, como o poeta Leonardo Flores, que, quando bebia demais, tirava as roupas e gritava para quem pudesse ouvir: “Nasci pobre, nasci mulato, tive uma instrução rudimentar, sozinho completei-a conforme pude; dia e noite lia e relia versos e autores...” Nessas horas, talvez Lima ficcionalizasse a si mesmo, lembrando sua origem, sua cor, e outros poucos poetas e literatos afrodescendentes, como Luís Gama e Cruz e Sousa, que, como ele, depositaram em suas líricas a revolta da exclusão, a denúncia da violência praticada contra mulheres e em especial as negras, as persistências da escravidão no cotidiano pretensamente livre da República, a loucura como expressão do inconformismo.

Parece-nos, pois, que a escrita de *Recordações* não tem a violência racial como contexto, porque essa ideia levaria-nos ao entendimento que um traço compósito e intrínseco aos sujeitos, como a própria cor e a relação do mundo com essa, é uma adequação espacial que, mudando o contexto, o documento seria outro. No caso de *Recordações*, a violência racial não se apresenta como essa noção de contexto, mas como condição de produção. Isso faz-nos entender que a composição de *Recordações* deve ser lida a partir de sua condição para, primeiro, fazer valer o desejo de seu autor, depois, pela riqueza artística e enunciativa que se aproveita desse passado atroz para a maioria dos brasileiros.

UMA LEITURA NECESSÁRIA DE RECORDAÇÕES: AS UNIDADES TÓPICAS, NÃO TÓPICAS E PARATÓPICAS DO DISCURSO LITERÁRIO.

De que valeria extrair de *Recordações* a centralidade dada por Lima Barreto sobre a questão racial? Acentua-se ainda mais o tom de acusação da questão levantada se nos perguntarmos: a quem interessaria? Impõe-se, neste trabalho, o enquadramento de *Recordações* como discurso literário. Essa acepção convoca o exame de nosso objeto a partir de uma orientação de leitura que exige a concepção de condição de produção, (de agora em diante CP). Entendemos, pois, as CPs como orientações de verificação das unidades do discurso literário, mais propriamente, as unidades não tópicas, tratadas por Maingueneau (2015, p. 81) como formações discursivas.

As unidades não tópicas são construídas pelo pesquisador a partir de unidades tópicas. Só pode haver análise do discurso se ela se apoia em unidades tópicas, mas elas não podem dar conta, sozinhas, do funcionamento do discurso, que é atravessado por uma falha constitutiva: o sentido se constrói no interior de fronteiras, mas mobilizando elementos que estão fora delas. [...] Toda enunciação é habitada por outros discursos, por meio dos quais ela se constrói. Os analistas do discurso, assim, são levados a desenvolver não somente abordagens que se apoiam nas fronteiras, mas também abordagens que as subvertem.

Desse modo, o enfoque dado à CP é incontornável, uma vez que ela não é um pano de fundo, mas parte compósita da enunciação, uma orientação de leitura, discurso que não se matiza em sua fronteira interior, mas no bojo da sua produção e reverberação de efeitos de sentido.

Essa noção de CP, que orienta a identificação da Formação discursiva (FD) capaz de recortar a enunciação, propõe-nos, também, o entendimento que um discurso se dá no interior de uma dispersão que legitima enunciados como “verdadeiros”, “falsos”, “possíveis”, “impossíveis”, uma certa condição do que “pode”, ou “não”, “deve” ou “não”, ser dito. E mais, quem são seus possíveis enunciadoreis, ou receptores. As FDs são matizes do discurso, unidades que penetram nos sulcos da enunciação pela condição do interdiscurso. Para essa pesquisa,

Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*. No nível das condições de possibilidades semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais de identidade fechada (MAINGUENEAU, 2008, p. 35-36).

O entendimento de que dado discurso se compõe por unidades que não são tópicas, é trazer para o bojo de leitura de *Recordações* o estatuto que marca sua enunciação. Assim, podemos observar o seguinte trecho a partir da FD que demonstra o foco enunciativo. Destacamos, para iniciar, nosso primeiro recorte de *Recordações*:

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: “Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!” Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa. Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição, a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada (LIMA BARRETO, 2010, p. 80).

A CP de produção que conduz a FD é que contrapõe o tratamento dado ao enunciador em contraste ao “rapazola alourado”. O evento do discurso é recoberto por um véu silencioso e violento. A denúncia, evidente, não é audível, mas mostrada em muitos níveis.

O primeiro é o que se dá no nível das FDs que corroboram a produção enunciativa, como aquela que pode ser entendida como a “liberal”, evento que só é possível de ser observado graças ao viés de orientação da CP historicizante, uma vez que a crença de que a sociedade liberal é aquela em que sujeitos têm as mesmas condições para a competição é desfeita por outra FD, a racial. No enunciado, existem apenas dois excertos que podem identificar questões étnicas, que são: [rapazola alourado] e [tez azeitonada]. Toda a compleição do impacto que essa distinção tem para o discurso se dá em fronteiras exteriores ao discurso. Nesse sentido, o FD etnicorracial se impõe como enfoque do discurso, subvertendo a FD liberal ao seu jogo enunciativo.

Outro nível em que a CR aparece é na construção do enunciador. O enunciado é: [As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim,

apesar do trabalho manual a que a sua condição, a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada]. Todo enunciado compreende uma caracterização que tem valor subjetivo, por exemplo “mãos fidalgas”, e “eu não era hediondo”. Não há, até “tez de cor pronunciadamente azeitonada”, nenhuma característica física. Em tempo, a escolha lexical “pronunciadamente”, mostra a força da cor dada nas CPs.

A CP desabrocha com mais vivacidade ao notarmos o excerto [Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!]” Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa.]. Toda a cena de violência é silenciosa e não declarada. Esse silêncio está presente em “Os olhares que os presentes me lançaram”, e; “uma raiva muda”, ainda em “Não atinei; em vão passei a revista a minha roupa e pessoa”. Todos os excertos enunciam sobre atividades de reflexão e introspecção. O gesto de leitura se dá, pois, nas FDs, delimitadas a partir da relação do plano tópico pelo que pode envolvê-lo.

O discurso literário se desdobra em planos (ópos) do enunciado. Essa possibilidade de reflexão coloca o enunciado sob um amálgama capaz de revelar na enunciação certa engenharia autoral e artística. No plano da unidade tópica, podemos falar da cenografia do romance, a recordação.

O gesto de leitura não nos coloca diretamente em contato com um gênero, mas com sua cenografia, pois

[...] cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já constituído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala.

A cenografia implica, desse modo, um processo de *enlaçamento paradoxal*. Logo de início, a fala supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo *a fonte do discurso e aquilo que ele engendra* (MAIN-GUENEAU, 2013, p. 97 e 98).

Nesse sentido, a enunciação responde imediatamente à FD, que determina um traço constitutivo não tópico do enunciado, como unidade tópica, em seu ato de organização. No caso do discurso analisado, a ideia de “recordação”, gênero instituído por Lima Barreto, se marca no enunciado por sua materialidade, no seguinte trecho, no qual se confundem enunciador e locutor:

De forma que não tenho por onde aferir se as minhas *Recordações* preenchem o fim a que as destino; se a minha inabilidade literária está prejudicando completamente o seu pensamento. Que tortura! E não é só isso: envergonho-me por esta ou aquela passagem em que me acho, em que me dispo em frente de desconhecidos, como uma mulher pública... Sofro assim de tantos modos, por causa desta obra, que julgo que esse mal-estar, com que às vezes acordo, vem dela, unicamente dela. Quero abandoná-la; mas não posso absolutamente. De manhã, ao almoço, na coletoria, na botica, jantando, banhando-me, só penso nela. À noite, quando todos em casa se vão recolhendo, insensivelmente aproximo-me da mesa e escrevo furiosamente. Estou no sexto capítulo e ainda não me preocupei em fazê-la pública, anunciar e arranjar um bom recebimento dos detentores da opinião nacional. Que ela tenha a sorte que merecer, mas que possa também, amanhã ou daqui a séculos, despertar um escritor mais hábil que a refaça e que diga o que não pude nem soube dizer (*op. cit.* 2010, p. 138).

Nesse trecho, o enunciador nomeia a própria enunciação, em [as minhas *Recordações*]. Essa nomeação é referenciada pela composição da cena em dois tempos. O primeiro, é o tempo da enunciação, em [Que tortura! E não é só isso: envergonho-me por esta ou aquela passagem em que me acho, em que me dispo em frente de desconhecidos, como uma mulher pública... Sofro assim de tantos modos, por causa desta obra, que julgo que esse mal-estar, com que às vezes acordo, vem dela, unicamente dela], marcada por verbos no presente do indicativo, e pela descrição de sensações que a recordação traz. O segundo, é o tempo em que a *Recordação* é elaborada, que não é constituído como tempo da enunciação por meio dos verbos, mas na ideia da recordação como “objeto em desenvolvimento”, como em [De forma que não tenho por onde aferir se as minhas *Recordações* preenchem o fim a que as destino; se a minha inabilidade literária está prejudicando completamente o seu pensamento].

Diga-se, ainda sobre esse trecho, sobre a presença da FD. Aqui, a violência silenciosa continua vigorando e tecendo o fio da enunciação. Em “Que tortura”, “Dispo-me como uma mulher pública” e “Sofro assim de tantos modos por causa dessa obra”, a angústia do enunciador só encontra respaldo nos eventos que caminham para uma única fonte: não ver motivo para o fracasso senão a violência racial.

Tratando-se de *Recordações* como um discurso literário, resta-nos a discussão sobre uma unidade que se marca na fronteira entre as unidades tópicas e as não tópicas, que é a unidade paratópica.

A paratopia é um regime de fronteira de discursos constituintes, como é o literário, marcada por um regime autoral; são unidades observáveis em margem problemática, uma vez que não estão no “dentro”, tecendo a enunciação de maneira tópica, nem no “fora”, assim o enunciado literário está em uma

Localidade paradoxal, a paratopia, que não é ausência de todo lugar, mas uma difícil negociação entre o lugar e o não lugar, uma localização parasitária, que retira vida da própria possibilidade de estabilizar-se. Sem localização, não há instituições que permitam legitimar e gerir a produção e o consumo de obras, mas sem deslocalização não há verdadeira “constituiência” (MAINGUENEAU, 2006, p 68).

Essa problemática aparece em *Recordações* em todos os níveis do discurso: no nível tópico, na memória de um enunciador que conta a sua vida e só encontra uma justificativa racial para a entender seus percalços. É, nesse sentido, um autor sem obra, uma vez que as FD se impõem como a ausência do direito ao lugar de prestígio de um escritor. Em [Que ela tenha a sorte que merecer, mas que possa também, amanhã ou daqui a séculos, despertar um escritor mais hábil que a refaça e que diga o que não pude nem soube dizer], o discurso só se tornará literário pelas mãos de outro, mais hábil. Nasce, aí, uma contradição que se mostra como efeito da paratopia: um discurso literário que ainda não o é, está numa margem de pertencer e não pertencer.

Do ponto de vista das unidades não tópicas, a paratopia também é revelada. Em [Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa.] o enunciador percebe dois tratamentos que distinguem sujeitos do enunciado. O tratamento que distingue o faz ficar “Trôpego” e revistar “a minha pessoa”, marcam-se, assim, pessoas distintas, mas o que vem depois, sabemos por meio da leitura, é a reflexão sobre a cor, como a única ideia possível para a distinção entre os sujeitos aparentes na enunciação.

Vimos que paratopia, unidade tópica e não tópica são um compósito em *Recordações* orientado pelas CP. A CP alinhava as redes interdiscursivamente, uma espécie de identidade do discurso, um foco, uma origem, que revela e denuncia as condições de pretos e pardos no início da República. Qualquer leitura que, como mostra Schwarcz, não componha como central a questão etnicorracial, perderá muito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSÍVEIS CAMINHOS DESSA REFLEXÃO NA ESCOLA

A análise do discurso, por sua constituição interdisciplinar, especialmente ligada à filosofia e psicanálise, muitas vezes traz modos de pensar e conceitos complexos para se propor circular em sala de aula. Por isso, não necessariamente indicamos, aqui, que o professor leve para suas aulas de Língua Portuguesa ou de Literatura conceitos como paratopia, condições de produção, unidades tópicas e não tópicas. cremos, sim, que, primeiro, essas categorias precisam fazer sentido para o professor para que ele seja esse leitor crítico sobre o qual falamos. A leitura é um conhecimento de ordem procedimental, desenvolvemos enquanto praticamos e passamos pela experiência de ler. Dessa forma, a experiência de leitura na escola requer conviver com a experiência de leitura do professor como o par avançado, o modelo, aquele que nos leva para esse caminho da crítica.

Por isso, trazer aqui a centralidade do professor é essencial no processo de ensino, é preciso um professor que tenha esse conhecimento e essa prática de se sensibilizar pelo literário, mas de buscar os sentidos dessa sensibilização na obra, no tempo, no autor e se maravilhar com as descobertas que pode fazer. Porém, a centralidade do professor é no ensino, pois, claro, na aprendizagem, a centralidade está no sujeito que aprende. Dessa forma, proporcionar a experiência em sala de aula para que os alunos tenham esse mesmo contato, essa apuração da sensibilidade, da busca dos sentidos para os sentimentos que afloram diante da literatura, pode também ser o trampolim para a sistematização.

O autor da obra vive a vida, muitas vezes de forma intensa. A consciência ou inconsciência da sua condição no mundo, o seu incômodo, a sua dificuldade de aceitação, de si e do mundo, o faz deslocar do cotidiano para um espaço paralelo em que ele busca entender pela intuição, pelos sentimentos bons e ruins, pela emoção o que acontece; isso é o motriz criativo que o faz falar, escrever, cuidar das palavras para melhor expressar esses sentimentos e o que faz emergir a obra. O leitor faz o caminho contrário, tem contato com a obra, cria sentidos, sente, intui, se desloca do cotidiano para viver a experiência literária, depois começa a entender e a buscar elementos na vida e na história do autor para, de certa forma, compreender o seu prazer, o seu arrebuo, sua felicidade e sua dor. Termina sua jornada, mas o leitor volta para o seu cotidiano, para sua vida, sua condição e a do mundo, mas passa a entendê-la de forma diferenciada. A proposta aqui é que esse seja também o caminho pedagógico para sala de aula.

Por isso, Lima Barreto é emblemático da nossa proposta em sua obra. Sua condição de vida e sujeito se constitui também como as condições de produção que determinam o seu discurso. A sua angústia e a não aceitação desse cotidiano o faz se deslocar, olhar de um lugar paralelo, portanto paratópico, para rever, dar outros sentidos, problematizar, refazer em diferentes palavras e diferentes narrativas aquilo que está exposto e, por outro lado, velado na sociedade. Acreditamos que o processo proposto pela metodologia da Análise do Discurso que aqui apresentamos em muito contribui para a formação dessa leitura crítica tanto para o professor quanto para o aluno.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 19, p. 25-42, nov. 2012.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2017.
- BARRETO, Lima. **Um Longo Sonho do Futuro: discursos, cartas, entrevistas e confissões dispersas**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOSI, Alfredo. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARVALHO, Joaquim Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014, p. 45-68.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma História de Branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O Discurso Literário**. Trad. Adail Sobral, São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. A Análise do Discurso e suas fronteiras. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, 2007, p. 13-37.

OAKLEY, Robert. **Lima Barreto e o Destino da Literatura**. São Paulo: UNESP, 2011.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

SANTOS, Gisele Aparecida. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2002.

BRASIL, BRUZUNDANGAS E O NOVO MANIFESTO ONDE BOLSONARO E O MANDACHUVA SE CONFUNDEM

*Natália Barbosa Gomes Vago*⁴⁶

RESUMO

Este capítulo investiga a construção da identidade e das representações da política brasileira por meio das vozes e dos discursos dos personagens de Lima Barreto e seu reflexo na atualidade, levando em conta a análise literária crítica que se empreende a partir do enredo dos contos **Os bruzundangas** e **O novo manifesto**, salientado o modo como a literatura pode mostrar o contexto histórico de determinados grupos sociais presentes nas obras, através do conjunto narratológico, resultado de um nacionalismo ufanista que, ao mesmo tempo, constrói um retrato da política brasileira atual.

Palavras-Chave: Lima Barreto; conto; política; crítica social.

⁴⁶ Mestre em Estudos da Literatura pela UFF. Docente da SME de Volta Redonda. E-mail: nataliabgomesvr@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Candido (1987) assegura a influência estética, cultural e crítica de formações acadêmicas europeias no preparo do pensamento e da mentalidade nacional, apresentando a postulação de que a presença do pensamento europeu teve forte influência na interação e reiteração da criação artística. Mesmo na posição de imitadores das escolas literárias estrangeiras, da colônia à república, Candido salienta a força de ruptura da escrita sul-americana:

Nos países da América Latina a literatura sempre foi algo profundamente empenhado na construção e na aquisição de uma consciência nacional, advertindo, nesse processo, que o ponto de vista histórico-sociológico é indispensável para estudá-la (1987, p. 180).

A busca por uma literatura realmente nacional remonta ainda ao Romantismo, principalmente no que tange à valorização da língua e da paisagem nacional e demonstra aversão aos costumes de origem estrangeira, tentando imprimir nas artes valores genuinamente brasileiros, passando pelo Realismo e pelo Naturalismo, que procuravam mostrar a realidade de maneira crua. A consciência nacional regulava-se como uma temática literária inclusa nos propósitos que davam ênfase a um nacionalismo identitário. Surgia, no cenário brasileiro da virada do século XIX para o XX, um discurso literário ufanista que, gerado pela arte literária, tentou contrabalançar uma série de caracteres críticos diversificados.

Nos primeiros anos da República, o Brasil foi governado por militares. A *República da espada* durou cinco anos (1889 a 1894), sendo sucedida por uma dobradinha entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. A *República café-com-leite*, formada por cafeicultores paulistas e produtores de leite mineiros durou de 1884 a 1930, quando Getúlio Vargas ascende ao poder.

Enquanto o mundo vivia o período da *belle époque*, mas sob a sombra de uma possível guerra, o que fazia com que alguns países comesçassem uma corrida armamentista, o Brasil era um país de contrastes, como ainda é atualmente.

Nos grandes centros e no interior do país, os antigos escravos, agora livres, eram marginalizados e os europeus, sobretudo italianos, que chegavam ao país para substituir a mão de obra escrava não encontravam uma situação muito melhor: as condições de trabalho eram aviltantes (ambiente de trabalho insalubre, longas horas de trabalho, baixa remuneração) tanto no campo quanto nas poucas indústrias. O Nordeste do país sofria com o cangaço, a seca e a estagnação econômica. Aqueles que sobreviviam eram deixados à própria sorte. Desalentados pela desesperança e procurando solução divina para males de origem econômica,

foram facilmente arregimentados por beatos de seitas místicas, cujo maior exemplo foi Antônio Conselheiro, fundador da comunidade de Canudos, onde foi travada uma guerra, entre 1896 e 1897, no estado da Bahia.

Esse período histórico foi marcado por guerras, revoltas e o crescimento das greves e movimentos operários em São Paulo. O Rio de Janeiro, até então capital do país, foi palco de duas grandes revoltas: da Vacina e da Chibata. E é nesse cenário que surge Afonso Henriques de Lima Barreto.

Nascido no Rio de Janeiro em 1881, de origem humilde, estudou no Colégio Pedro II e na Escola Politécnica, que teve de abandonar por problemas financeiros, sem concluir o curso. Trabalhou como jornalista e foi funcionário público na Secretaria de Guerra. O alcoolismo levou-o à morte prematura em 1922, ano do início do movimento modernista no Brasil.

Lima Barreto construiu sua história como autor dentro de um período conturbado e controverso: o Pré-Modernismo. Foi o pensador e crítico literário Alceu Amoroso Lima que utilizou pela primeira vez, em 1939, o termo Pré-Modernismo como forma de designar a produção literária brasileira das duas primeiras décadas do século XX, sendo esse período compreendido entre 1900 e 1922, caracterizado pela convivência de várias correntes literárias, com predominância do Parnasianismo. O Pré-Modernismo procurava denunciar os problemas da realidade brasileira, fazendo face à chamada literatura *sorriso da sociedade*. Não é considerado, propriamente, uma escola literária. Apenas designa um período no qual poucos escritores procuraram interpretar a realidade brasileira, revelando suas tensões e os problemas sociopolíticos da época.

Lado a lado com a miséria do povo, estava o mundo *cor-de-rosa* da elite. E poucos eram os escritores que procuravam denunciar essa realidade. Os grandes autores estavam mais preocupados com o prestígio social que a literatura poderia trazer. Assim sendo, faziam vista grossa para o mundo que os rodeava e frequentavam saraus e cafés, apreciavam palavras difíceis, eram adeptos dos maneirismos europeus e do tom retórico parnasiano, produzindo uma literatura voltada para o público de maior poder aquisitivo.

Rompendo com os modelos literários da época, houve o aparecimento de uma nova classe de escritores, por sua vez, engajados, que viam, na produção literária, uma forma de renovar a vida social e o que se considerava como a cultura brasileira. Entre eles, estava Lima Barreto que, contrariando alguns dos seus contemporâneos, procurou nas classes mais populares e no desmascaramento da vida cotidiana da pequena burguesia a matéria de suas obras. O uso do sarcasmo com o qual ironizava os políticos e escritores da sua época fez com que fosse

pouco apreciado no seu tempo. Some-se a isso o uso de uma linguagem mais coloquial (o que reflete o seu desprezo pela retórica parnasiana), considerado desleixo por alguns, que lhe valeu muitas críticas. Inseriu sua carreira em um contexto de formação e emancipação literárias, começada em 1907, com a criação e publicação da Revista Floreal, até 1922, ano da grande prostração literária, com a chegada da Semana de Arte Moderna.

Para Candido, Lima Barreto procurou romper com a literatura meditativa e ligada à produção estética predominante e adotou uma arte compromissada com a formação do homem no seu contexto; uma arte voltada para a análise do social em relação ao individual; uma escrita direcionada para os outros, para a vida humana: Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão (1987, p. 39).

Barreto edificou, no período político em que foi contemporâneo, sua obra em três funções: compromisso, direcionamento e engajamento. O posicionamento formador do autor se solidifica à medida que intervém na sociedade em que viveu de maneira crítica.

Segundo Candido: A literatura, encarada com vida na qual a pessoa se realiza, parece então substituto de sentimentos ou experiências, e este lado subjetivo não se destaca do outro, que é o seu efeito e o seu papel fundamental: estabelecer a comunicação entre os homens (1987, p. 40).

É possível perceber traços biográficos na obra de Lima Barreto, como no livro **Recordações do escrivão Isaías Caminha**, personagem que sofre reveses na vida por conta da cor de sua pele. O autor também utiliza elementos da realidade em sua obra, como personagens reais feito Floriano Peixoto, que aparece em **Triste Fim de Policarpo Quaresma**.

Santiago (2000, p. 11) afirma que o discurso latino-americano baseia-se na dualidade entre a disputa de formas e manifestações culturais de resistência e formas culturais padronizadas e alicerçadas nos padrões academicistas europeus. A produção literária de Lima Barreto encontra-se sob essa perspectiva, aproximando-se de novas maneiras de fazer arte, libertando-se de padrões canonicizados pela estética clássica, ao mesmo tempo em que procura legitimar o que escreve, apresentando uma dicotomia entre a elite e o povo, o centro e a periferia etc. De maneira crítica e reflexiva, abusando da ironia e do sarcasmo, Barreto abre um novo caminho na vereda das letras nacionais, tanto no campo da estética

quanto no conteúdo temático, tendo como cerne de sua produção o fazer literário e a discussão política.

Assim como em suas outras obras, na composição dos temas de **Os bruzundangas** e **O novo manifesto**, Lima Barreto encontrou inspiração no cotidiano da cidade que conhecia e onde nasceu e morreu: o Rio de Janeiro. Munido desse conhecimento, fez a transposição para o universo ficcional, sobretudo com a política, que ocupa grande parte de sua produção literária.

BRUZUNDANGAS: REFLEXOS DE UMA POLÍTICA DOENTIA NA DESCONSTRUÇÃO DE UM PAÍS

Literatura e política seguem de mãos dadas na produção literária de Lima Barreto, assim como de tantos outros que ousaram pensar que toda uma nação também se enxergaria naqueles que são marginalizados, fazendo face a uma literatura que não tinha preocupação com a realidade. Por isso, foi de suma importância o surgimento de uma literatura militante na obra de Barreto.

A partir dessa denúncia da realidade, chega-se ao conto **Os bruzundangas** e a sua ligação com a realidade política nacional. Narra a história de um país fictício, chamado Bruzundanga, que serve como alegoria para o Brasil. Dessa forma, a investigação abriu-se para o entendimento do papel do intelectual engajado na obra limiana e da afirmação do que constituiu a literatura militante, de protesto e de denúncia.

O período em que Barreto viveu e produziu sua obra estava lado a lado com a *literatura como sorriso da sociedade*. Mesmo sem escrever um tipo de literatura que era amplamente consumida, Barreto conseguiu ter algum retorno financeiro, pois era momento de profissionalização, de certa maneira, do literato. Os jornais pagavam pelos textos e, ao mesmo tempo, colocava-os em evidência, por isso, as ligações com a elite se estreitavam, levando muitos autores a optarem por temas mais leves e despreziosos. Lima Barreto faz o oposto.

Entretanto, a ligação solidária que mantinha com os mais desfavorecidos não irá se manter em **Os bruzundangas**. Contrariando seu estilo, colocará em evidência os figurões do alto escalão, como o ministro e o *Mandachuva*, aqueles responsáveis pelo destino da nação fictícia. Todas as figuras poderosas serão registradas como ridículas e frívolas.

O ridículo no conto já começa com a escolha do nome: “Mas que diabo, que bruzundanga; será possível que este País, em essência, não mudou um milímetro

nos últimos cinquenta e quatro anos?” (ANTONIO, 1977 p. 14). A frase é de um livro escrito há mais de cem anos, mas que se aplica perfeitamente no cenário político atual.

Lima Barreto usou o termo *bruzundanga* para mostrar a sua indignação com a realidade do país que ainda tem os mesmos problemas sociais e políticos que havia em 1922, quando da publicação da obra *Os Bruzundangas*. O termo, que significa “(...) Palavreado confuso; algaravia. 2. Mistura de coisas impresentáveis; mixórdia. 3. Confusão, embrulhada, trapalhada. 4. Cozinhado malfeito e repugnante. (...)” (HOLLANDA, 1986, p. 295), abandona o dicionário para virar título de um dos livros do literato e mostra a intenção do autor em dar tratamento irônico para a realidade que será mostrada no conto, além de dar um toque de estranhamento.

Os bruzundangas foi o último livro escrito por Lima Barreto e revela uma crítica mordaz à política da época, conforme aponta Bosi:

Com *Os bruzundangas* Lima Barreto fez obra satírica por excelência. Valendo-se do feliz expediente de Montesquieu nas *Cartas Persas*, imaginou um visitante estrangeiro a descrever a terra de Bruzundanga, nada mais nada menos que o Brasil do começo do século. Escrita nos últimos anos, a obra traz forte empenho ideológico e mostra o quanto Lima Barreto podia e sabia transcender as próprias frustrações e se encaminhar para uma crítica objetiva das estruturas que definiam a sociedade brasileira do seu tempo (1975, p. 364).

A fascinação pelo mundo da ficção levou-o a criar um país e, ainda, levar o leitor a viajar por ele. No prefácio de **Os bruzundangas**, mostra as razões para tal viagem pela República dos Estados Unidos da Bruzundanga, que serviria de exemplo, ou melhor, antiexemplo para a nação brasileira:

Temos aqui ministros de Estado que são simples caixeiros de venda, a roubar-nos muito modestamente no peso da carne seca, enquanto a Bruzundanga os tem que se ocupam unicamente no seu ofício de ministro, de encarecerem o açúcar no mercado interno, conseguindo isto com o vendê-lo abaixo do preço da usina aos estrangeiros (BARRETO, 1956, p. 27).

O narrador, ao revelar os problemas da Bruzundanga e do Brasil, mostra uma personalidade fracionada, pois, ora é um jornalista preocupado, ora é cronista de viagem, pontuando os seus relatos com um intenso sarcasmo, como nessa declaração: “Pobre terra da Bruzundanga! Velha, na sua maior parte, como o planeta, toda a sua missão tem sido criar a vida e a fecundidade para os outros.” (BARRETO, 1956, p. 29).

Misturar crônicas de viagem com relato jornalístico seduz o leitor, pois os absurdos e as trapaças no relato do viajante na Bruzundanga tornam o texto curioso a ponto de despertar o interesse pela leitura. A intenção principal do narrador é desvendar todos os setores da nação visitada, particularmente as ações dos homens que intervêm no curso da vida em sociedade, ou seja, os figurões que mandam no país. Os olhos do narrador nunca se voltam para os aspectos positivos e sim para a idiotice, o ridículo e a maldade presente nos atos sociais, que podem ocorrer em virtude do descompromisso ético na política, na sociedade e na cultura.

Lima Barreto deixa transparecer na tessitura do conto que pretendia criticar, de maneira pertinente e real, o arremedo de república que aqui havia, as relações sociais e a política pervertida e, sobretudo, o caos da sociedade brasileira. Nesse propósito, o grotesco encaixa-se sob medida, conforme se pode notar no capítulo *As eleições*, em **Os bruzundangas**, em que o viajante observa:

Na capital da Bruzundanga, Bosomys, onde assisti diversas eleições, o espetáculo delas é o mais ineditamente pitoresco que se pode imaginar. As ruas ficam quase desertas, perdem o seu trânsito habitual de mulheres e homens atarefados; mas para compensar tal desfalque passam constantemente por elas, carros. Automóveis, peja dos de passageiros heterogêneos (BARRETO, 1956, p. 114).

Parece que o efeito procurado por Lima Barreto era mostrar, através da Bruzundanga, a extravagância do Brasil. Se a data de publicação fosse ocultada, ter-se-ia um retrato da realidade brasileira atual:

Não há necessidade de ser muito enfrornado nos mistérios das patifarias comerciais e industriais, para ver logo quais as causas de semelhante encarecimento das unidades primordiais a nossa existência. Nunca o Brasil as produziu tanto e nunca elas foram tão caras. O plantador, o operário agrícola continua a ganhar o mesmo; mas o consumidor as estão pagando pelo dobro. Quem ganha? O capitalista. Ele e unicamente ele, porquanto o fisco mesmo continua a receber o mesmo ou quase o mesmo que antigamente (BARRETO, 1956, p. 191).

O narrador monta um quebra-cabeça em que as peças parecem não se encaixar e disseca todos os setores: a administração, a academia e a elite. Seu intento era mostrar a decadência de um país moldado pela corrupção e assolado por valores sociais invertidos e em que a sabedoria não é valorizada, como pode se perceber no trecho a seguir:

É sábio, na Bruzundanga, aquele que cita mais autores estrangeiros; e quanto mais de país desconhecido, mais sábio é. Não é, como se podia crer, aquele que assimilou o saber anterior e concorre para aumentá-lo com seus trabalhos individuais. Não é

esse o conceito de sábio que se tem em tal país. Sábido, é aquele que escreveu livros com as opiniões dos outros. Houve um que, quando morreu, não se pôde vender-lhe a biblioteca, pois todos os livros estavam mutilados. Ele cortava-lhes as páginas para pregar no papel em que escrevia os trechos que citava e evitar a tarefa maçante de os copiar (BARRETO, 1956, p. 168).

O narrador dá um tratamento pejorativo para aqueles que deveriam receber o respeito, pois não o merecem, conforme fica nítido no decorrer do conto. Para justificar todo o desdém pelos figurões da República Bruzundanga, o narrador desnuda as ações da elite dirigente, sobretudo as mais estranhas, absurdas e ridículas, com o objetivo de desmascarar o quanto a elite desprezava as classes desvalidas e o futuro que teriam.

Além do ministro da agricultura, o narrador mira seus olhos no homem principal da República Bruzundanga, nomeado de *Mandachuva*, era um provinciano limitado (parecido com o atual governante do Brasil) escolhido entre os advogados para ascender ao poder. O escolhido para ser o governante de Bruzundanga deveria ser o mais medíocre, o que faz com que o narrador, inconformado, abandone o tom imparcial e discursive com toda a sua indignação:

É este homem cuja cultura artística se cifrou em dar corda no gramofone familiar, é este homem cuja única habilidade se resume em contar anedotas; é um homem destes, meus senhores, que depois de ser deputado provincial, geral, senador, presidente de província, vai ser o Mandachuva da Bruzundanga! (BARRETO, 1956, p. 90).

Atacando com voracidade a preparação (ou a falta de preparação) política do futuro *Mandachuva* que, durante a época que antecedia sua subida ao cargo, permanecia ocupado com intrigas políticas, tentando amansar os influentes e, também, procurando conseguir aliados, o narrador mostra que, na realidade, o poder estava nas mãos dos poderosos, pois eram eles que *elegiam* o presidente, daí optando pelos medíocres em detrimento dos inteligentes. Necessitavam de um fantoche no poder que poderia ser manipulado para atender às necessidades da elite, sem levar em consideração as necessidades do povo. Nota-se, assim, uma estreita relação com o que acontecesse nas eleições no país do carnaval, já que a pessoa que assume o cargo mais alto do país governa para a elite.

O narrador empenha-se em denunciar a aliança entre a imprensa e a elite do poder bruzundanguense, cuja função era promover os poetas e o *Mandachuva* e falar da beleza do doutor Karpatoso. A estratégia dos meios de comunicação era sempre deixar o *Mandachuva* em destaque nos jornais, dotando-o de qualidades que não tinha. Em troca, o governo pagava pelas publicações com dinheiro

público. Aqui se nota que a imprensa apenas elogiava o governo, à semelhança do que acontece nos dias de hoje em alguns meios de comunicação do país.

Vê-se, então, a importância da presença de uma imprensa imparcial como forma de denunciar os problemas de uma nação, o que impera até o dia de hoje, mesmo que, atualmente, seja grande o desejo de muitos políticos, sobretudo aquele que ocupa o cargo mais alto, de coagir e ameaçar os repórteres, não só como forma de proteger a si, mas também aos seus. A contradição entre a publicidade sobre o país e a realidade é mostrada pelo narrador:

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida.

Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que na sua capital, algumas centenas de parvos com títulos altinossantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios [...] (BARRETO, 1956, p. 68).

O conto segue denunciando a incompetência do alto escalão, como o ministro Phrancisco Novilho (seria o nome uma referência ao filhote do boi e a sua inexperiência?) que, mesmo sendo um grande agricultor, não entendia nada de agricultura. Caso semelhante encontra-se na atualidade com um ministro da educação que escreve errado, um diretor de fundação de valorização da cultura negra que diminui os impactos da escravidão e um ministro da saúde que não é médico.

O narrador, sem papas na língua, expõe, de maneira vexatória, toda falta de conhecimento técnico do novo ministro da agricultura, flagrando-o em uma situação humilhante ao encontrar um entrave burocrático no ministério: “– Onde está aqui agricultura? ... Estes papéis ... Isto não é prático!... Quero coisas práticas! ... Canaviais... Engenhos... Qual! Isto não é prático! Vou fazer uma reforma!” (BARRETO, 1956, p. 101).

Implacavelmente, o narrador não deixa passar nenhuma ação absurda e maldosa de suas vítimas da alta cúpula e, dessa forma, denunciou a corrupção do ministro Novilho que se aproveitou de sua posição para ganhar dinheiro com a alta do açúcar no mercado internacional. Com o desaparecimento do político, o guarda-livros tomou-se responsável pela burocracia junto ao presidente, o que despertou a curiosidade do Chefe do Governo ao mesmo tempo em que revelou sua alienação: “– Onde está o doutor Phrancisco Novilho? – Está ocupado com coisas práticas.” (BARRETO, 1956, p. 102).

A República formada pelo alto escalão serve como um espelho para todo o cinismo dos dirigentes bruzundanguenses, já que tudo o que faziam tinha como

intuito apenas o benefício próprio. A classe política já estava condenada pelos vícios arraigados na estrutura social da nação que transpareciam nos atos insólitos de financistas, ministros e do próprio presidente. Semelhanças com o governo de hoje não podem ser consideradas meras coincidências, mas sim um retrato real do caos que se instalou no país e parece não ter prazo para se encerrar.

Além dos políticos, o narrador também critica de maneira recorrente a cultura do café, mostrando a contradição sobre esse produto que, supostamente, era a maior riqueza de Bruzundanga: “O café é tido como uma das maiores riquezas do país; entretanto é uma das maiores pobrezaas” (BARRETO, 1956, p. 70). Isso ocorria porque a elite obrigava o governo a utilizar dinheiro público para comprar café e mantê-lo em alta no mercado (fato que realmente ocorre entre o final no século XIX e início do XX e assemelha-se às atuais políticas de incentivo aos grandes bancos e empresas, que receberam bilhões do governo para que não *quebrassem* enquanto mantêm o povo à míngua). E como se pagava a conta para manter o café em alta? Como hoje em dia, sobrava para o povo através de impostos.

Na república do grotesco, quase uma distopia, a política assume uma grande parcela de responsabilidade nas circunstâncias vividas pela nação. Em *A política e os políticos da Bruzundanga*, o narrador repete a observação:

O país, no dizer de todos, é rico, tem todos os minerais, todos os vegetais úteis, todas as condições de riqueza, mas vive na miséria. [...] Por que será tal coisa? hão de perguntar. É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes (BARRETO, 1956, p. 65).

Bruzundanga é um país de fachada, baseada em mentiras e recriada como um paraíso. E, neste paraíso, ocorre uma espécie de alienação entre seus membros, perpassando o povo enganado, os políticos que servem de fantoche e a elite que realmente governa. Ali, todos os problemas começavam e terminavam nas mãos de uma mesma classe: políticos corruptos, despreparados e incompetentes, o que conversa perfeitamente com a realidade atual do Brasil e com o conto **O novo manifesto**.

O NOVO MANIFESTO OU A CARA DE PAU DOS POLÍTICOS BRASILEIROS

“Eu também sou candidato a deputado. Nada mais justo. Primeiro: eu não pretendo fazer coisa alguma pela pátria, pela família, pela humanidade” (BARRETO, 2003, p. 15). É assim que se inicia o conto **O novo manifesto**. Qualquer ligação com a realidade política atual não é mera coincidência. Retrata

um candidato a deputado fictício que nada pretende fazer e afirma que se algo fizesse seria condenado por seus colegas e os políticos da vida real que quase nada fazem.

Embora escrito há mais de cem anos, continua muito atual, pois trata de um candidato a deputado que nada pretende fazer e não tem nenhuma vergonha de admitir (o que mais se tem, hoje em dia, são políticos que nada fazem, mas não são sinceros o bastante para falar a verdade. Vide um certo deputado que, durante trinta anos, nada fez e chegou à presidência da república). Não contente, o candidato ainda diz que, se fizesse algo, os colegas ficariam contra ele:

Um deputado que quisesse fazer qualquer coisa dessas, ver-se-ia bambo, pois teria, certamente, os duzentos e tanto espíritos dos seus colegas contra ele.

Contra as suas ideias levantar-se-iam duas centenas de pessoas do mais profundo bom senso.

Assim, para poder fazer alguma coisa útil, não farei coisa alguma, a não ser receber o subsídio.

Eis aí em que vai consistir o máximo da minha ação parlamentar, caso o preclaro eleitorado sufrague o meu nome nas urnas (BARRETO, 2003, p. 15).

E segue afirmando que pretende dar uma boa vida à família e, assim, ajudar a humanidade:

Recebendo os três contos mensais, darei mais conforto à mulher e aos filhos, ficando mais generoso nas facadas aos amigos.

Desde que minha mulher e os meus filhos passem melhor de cama, mesa e roupas, a humanidade ganha. Ganha, porque, sendo eles parcelas da humanidade, a sua situação melhorando, essa melhoria reflete sobre o todo de que fazem parte (BARRETO, 2003, p. 15).

Pode parecer absurdo, mas o candidato realmente acha que manter a sua família feliz é uma maneira de manter a humanidade bem e todo mundo ganha. Ao final, se dirige aos possíveis eleitores:

Concordarão os nossos leitores e prováveis eleitores, que o meu propósito é lógico e as razões apontadas para justificar a minha candidatura são bastante ponderosas.

De resto, acresce que nada sei da história social, política e intelectual do país; que nada sei da sua geografia; que nada entendo de ciências sociais e próximas, para que o nobre eleitorado veja bem que vou dar um excelente deputado.

Há ainda um poderoso motivo, que, na minha consciência, pesa para dar este cansado passo de vir solicitar dos meus compatriotas atenção para o meu obscuro nome.

Ando mal vestido e tenho uma grande vocação para elegâncias.

O subsídio, meus senhores, viria dar-me elementos para realizar essa minha velha aspiração de emparelhar-me com a deschanelesca elegância do senhor Carlos Peixoto. Confesso também que, quando passo pela Rua do Passeio e outras do Catete, alta noite, a minha modesta vagabundagem é atraída para certas casas cheias de luzes, com carros e automóveis à porta, janelas com cortinas ricas, de onde jorram gargalhadas femininas, mais ou menos falsas.

Um tal espetáculo é por demais tentador, para a minha imaginação; e, eu desejo ser deputado para gozar esse paraíso de Maomé sem passar pela algidez da sepultura.

Razões tão ponderosas e justas, creio, até agora, nenhum candidato apresentou, e espero da clarividência dos homens livres e orientados o sufrágio do meu humilde nome, para ocupar uma cadeira de deputado, por qualquer Estado, província, ou emirado, porque, nesse ponto, não faço questão alguma.

Às urnas (BARRETO, 2003, p. 15).

O absurdo do conto é tão grande que o candidato a deputado bem poderia ter nascido em Bruzundanga. O conto continua sendo absurdamente atual, pois, ainda hoje, os políticos, com raríssimas exceções, ainda recebem gordos salários, com grandes acréscimos com bonitos nomes de *verba de gabinete*, *auxílio-paletó* e, pasmem, até mesmo *auxílio-moradia*, mesmo que tenham apartamentos funcionais (utilizados para *comer gente*, como disse certo deputado à boca pequena). Se não bastassem as verbas absurdas, mas legalizadas, ainda há o famoso caixa dois e a propina.

Lima Barreto parecia adivinhar, quando escreveu o conto, que a política, nos anos vindouros, continuaria como prática ortodoxa, mas desonesta. Entre a Literatura e a História, a sua escrita foi cumprindo os seus passos, traçando um novo caminho dentro do mapa de produção da literatura nacional. Sua escrita é engajada e procura não enxergar somente o lado hegemônico da construção da sociedade, que é fortalecido pela cultura dominante, mas também visualizar, de forma crítica, seu objeto histórico de forma múltipla, repleto de manifestações culturais.

Para Benjamin (1994, p. 224), conhecer historicamente o passado não quer dizer saber como ele de fato foi. Quer dizer que se apropria de uma recordação, uma pálida lembrança de um período. Lima Barreto abre-se para a prática de interferir de modo que possa protestar durante o período que viveu e deixá-lo para a posteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bruzundangas e O novo manifesto podem, perfeitamente, representar os dias de hoje, pois mostram as eternas mazelas da política brasileira de forma

irônica e até debochada. Na República das Bruzundangas, o presidente se destaca por conta de sua completa falta de capacidade para governar, sendo chamado de *Mandachuva*. Aqui, na República das bananas, o mito, ostentando a sua faixa presidencial mostra total inépcia para o cargo que ocupa e a semelhança com aquele não é só mera coincidência.

O narrador mostra, de maneira sardônica, que os políticos da República dos Estados Unidos da Bruzundanga, principalmente os que ocupam altas posições, acham-se acima do bem e do mal, supondo-se diferentes e melhores que os demais, ou seja, a elite sempre sendo superior ao povo. Os políticos e seus aliados praticam o nepotismo, à semelhança do que acontece no Brasil em todas as esferas.

Bruzundanga, o país do surreal, tinha a elite formada pelos doutores (todos aqueles que tinham conseguido um diploma ou os pseudodoutores) e os novos ricos (que viajavam para a Europa e retornavam com títulos de nobreza). A política era uma piada. Em uma pseudodemocracia, o povo escolhia, mas não tinha a mínima noção do que estava fazendo (como na atualidade. O atual governo não deixa margem para dúvida.) O presidente tratado por *Mandachuva* (o título de *mito* cairia bem) entrou na política por nepotismo, graças ao sogro, que queria garantir um bom cargo para as filhas (mais fidedigno à realidade, impossível). O presidente ignorante, assim que assume o cargo, rodeia-se de seus asseclas. Cargos públicos eram entregues aos montes para candidatos que não tinham a melhor qualificação.

Os pequenos bruzundanguenses aprendiam que viviam em um país cheio de riquezas naturais. O que não aprendiam é que essas riquezas não eram utilizadas. Tudo se comprava pronto. As Forças Armadas funcionavam na famosa base de muito cacique para pouco índio, pois tinham dezenas de comandantes e eram pacifistas e humanizadas.

Criado com a finalidade de denunciar os problemas da República brasileira, o texto de Lima Barreto funcionou perfeitamente, atingindo o objetivo desejado, a partir do momento em que desmoraliza o espírito falsamente patriota daqueles que diziam defender o país, quando, na verdade, estavam destruindo. Ao denunciar os problemas da nação, o autor pagou o preço de não ser tão apreciado, mas cumpriu a sua missão, diferente de outros autores que não dissertavam sobre o país.

No conto **Riquezas da Bruzundanga**, observa que “quando se lê qualquer poema patriótico desse país, ficamos com a convicção de que essa nação é mais rica da terra” (BARRETO, 1956, p. 69). Isso remete a uma imagem do Brasil

que, durante muitos anos, ficou no imaginário dos estrangeiros. Pero Vaz de Caminha, em sua carta para o rei de Portugal, já pintava maravilhas sobre a nova terra encontrada, sobre as riquezas naturais e a fertilidade da terra, o que é corroborado pelo trecho a seguir: “assim todas as plantas úteis nascem na nossa Bruzundanga com facilidade e rapidez, proporcionando ao estrangeiro a sensação de que ela é o verdadeiro paraíso terrestre” (BARRETO, 1956, p. 69). Hoje, diante da realidade que o país vive, graças à incompetência de quem o governa, essa imagem de paraíso já começou a cair por terra.

É primordial pensar na arte como fonte de denúncia, protesto e resistência e pensar em como Lima Barreto fez isso de forma magistral. Munido de pena e papel, com humor ácido e sem papas na língua, o autor não teve medo de es-crachar e remar contra a corrente à medida que ia denunciando os problemas do Brasil, usando a ironia para desmoralizar os políticos que faziam o mesmo com o Brasil. É uma pena que o autor não tenha tido o reconhecimento necessário ainda em vida. Realidade essa que atingiu outros escritores que ousaram transcender o mundo *cor-de-rosa* da elite e produzir uma literatura que tinha como objetivo não apenas entreter, mas levar a uma reflexão crítica sobre o mundo.

Hutcheon (1991, p. 198) aponta que a “metaficção historiográfica não pretende reproduzir acontecimentos, mas, em vez disso, orientar-nos para os fatos, ou para novas direções a tomar, para que pensemos sobre os acontecimentos”. E foi exatamente isso que Lima Barreto procurou fazer com seus contos.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, João. **Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto**. São Paulo: Civilização brasileira, 1977.

ASSIS, Machado de; BARRETO, Lima & etc. **O Novo Manifesto** – Antologia de Contos e Crônicas. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ATHAYDE, Tristão de. **Contribuição à história do modernismo: o pré-modernismo**. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

BARRETO, Lima. **Os bruzundangas**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1975.

CANDIDO, Antonio. **Educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. *In: Revista Sociedade e Estado* – v. 28, n. 3 Setembro/Dezembro 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Rocco, 2000.

A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA OBRA DE LIMA BARRETO EM CONTEXTO DE ENSINO DE LITERATURA

*Luciano Mendes Saraiva*⁴⁷

*Willianice Soares Maia*⁴⁸

RESUMO

Dentre as diversas funções da literatura, destacamos a capacidade pedagógica de contribuir de maneira efetiva para o enriquecimento intelectual e cultural dos alunos, desenvolvendo seu senso crítico, principalmente quando as leituras tratam de temáticas que fazem parte do seu cotidiano, abordando temas atuais e produzindo um espaço de debate para que possam expressar-se de maneira crítica, apropriando-se do conhecimento como mecanismo de defesa. Diante disso, este trabalho propõe possibilidades para o ensino da literatura, a partir da vida e da obra de Lima Barreto, fazendo uma relação com os textos e memórias de um autor que, embora tenha vivido no século passado, suas temáticas

⁴⁷ Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela UFAC. Docente de Língua e Literatura Espanhola da Universidade Federal do Acre. Doutorando pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ. E-mail: lmsaraiva@uol.com.br.

⁴⁸ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Docente de Línguas pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas. Doutoranda pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ. E-mail: willianice.soares@gmail.com.

dialogam com os contextos atuais, o que lhe confere o título de autor moderno. Para a composição do estudo, foram levantadas discussões com base nas propostas de documentos oficiais, como PCN (2000), de autores como Costa Lima (1981), Bakhtin (2006), Antunes (2009), Lagares (2018), Schwarcz (2019), dentre outros. Como contribuição, apresentamos a reflexão de que a escola, enquanto um espaço democrático e formador, pode promover atividades interdisciplinares que envolvam linguagem e literatura, práticas que dialoguem sobre as questões sociais, apresentando propostas políticas que busquem à promoção da igualdade, respeito e luta pelo bem comum, a partir de leituras de autores inquietos e questionadores como Lima Barreto.

Palavras-chave: Lima Barreto; Ensino de Literatura.

INTRODUÇÃO

A literatura se efetivou como um componente indispensável para o desenvolvimento pessoal e intelectual dos alunos, haja vista seu caráter crítico e as competências que ela pode desenvolver dentro e fora da sala de aula. Através da literatura, um sujeito em processo de desenvolvimento, pode satisfazer algumas de suas necessidades, sobretudo os aprendizes do Ensino Médio que já estão em um nível avançado e podem assumir posicionamentos críticos em relação ao mundo, à sua vida, à comunidade em que vivem, por meio de mensagens, indagações e descobertas que a leitura literária pode oferecer.

Em entrevista ao jornal Público sobre o papel da literatura, o escritor peruano Mario Vargas Llosa afirma que:

A literatura não é apenas uma fonte maravilhosa de prazer. Cumpre, além disso, uma função social e histórica de primeira ordem que é a de desenvolver nos leitores um espírito crítico. Depois de termos lido uma grande obra literária, um grande romance, um grande poema, um ensaio, regressamos ao mundo real convencidos de que a realidade está mal feita, que está muito aquém daquela ficção que somos capazes de inventar através da fantasia e da palavra. Isso faz-nos olhar para a nossa envolvimento social, cultural e política com olhos muito críticos (JORNAL PÚBLICO, 2014).⁴⁹

Percebe-se que o escritor expõe o texto literário muito mais do que como um instrumento de fruição, mas o converte em uma importante ferramenta de compreensão em relação à vida e para a vida, cujos reflexos podem ser percebidos na formação social, cultural e política de um indivíduo, cujas posturas podem contribuir para a resolução de problemas do cotidiano do/no ambiente

⁴⁹ Jornal Público – Lisboa – 26 de julho de 2014.

que o cerca. Não obstante, o exercício de leitura de textos literários precisa ser fomentado dentro e fora da sala de aula.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento oficial que legisla sobre o Ensino Médio, destaca o perfil de saída do aluno do Ensino Médio. As diretrizes que preconizam este documento também estão relacionadas às finalidades de um ensino que prepare para a vida, conforme determina o art. 35 da Lei 9.394/96, inciso II “*a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico*”. Essa orientação pode ser atendida por meio da área de conhecimento definida como Linguagens, Códigos e suas Tecnologias que opera contemplando o ensino de literatura.

Como podemos observar, o ensino da linguagem e da literatura é importante, sobretudo no mundo contemporâneo, globalizado e tecnológico, que coloca os alunos em condições de dúvidas e conflitos que precisam ser refletidos e resolvidos, como apontam os PCN (2000):

No mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos, é, mais do que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada (PCN, 2000, p. 18).

Como vemos, a área de conhecimento Linguagens, Códigos e suas Tecnologias pode ser vista como “a capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade” (PCN, 2000, p. 19). Nesse pressuposto, a principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentidos.

Portanto, neste estudo, destacamos a importância do ensino da literatura pautado na “expressão criadora e geradora de significação de uma linguagem e do uso que se faz dos seus elementos e de suas regras em outras linguagens”, que são usadas no contexto diário, pois o convívio social requer o domínio das linguagens como instrumentos de comunicação e negociação de sentidos, motivo pelo qual temos a literatura como um modelo particular de linguagem. Nesse viés, este estudo tem por objetivo propor possibilidades para o ensino da literatura, a partir da vida e da obra de Lima Barreto, fazendo uma relação com os textos e memórias de um autor que viveu no século passado, dialogando com contextos atuais.

Acreditamos que o estudo da vida e da obra de Lima Barreto é muito significativo para quem vive em um país com constantes crises identitárias e ideológicas, que continua se debatendo de forma conflituosa com as heranças deixadas, pois ele faz duras críticas a este sistema que ainda admite as mais diversas formas de assimetrias sociais e discriminações.

Como forma de evidenciar o quanto o racismo é latente em nossas sociedades, lembramos a polêmica sobre a relevância e a pertinência da adoção de cotas, a dificuldade que o negro tem para inserir-se no mercado de trabalho, o apagamento da contribuição do negro para o desenvolvimento da nação, o apagamento da figura do negro em meios de comunicação de massa etc. Estes exemplos, comuns no cotidiano de muitos brasileiros, evidenciam o quanto o racismo e o preconceito continuam fazendo vítimas, ocorrendo em diversos contextos. Quando não explícitos, ocorrem velados através da discriminação social, cultural, étnica, política, religiosa, sexual ou etária, que pode, por sua vez, levar à exclusão social. Infelizmente, situações como estas fazem parte da realidade vivida por uma parcela de alunos, professores e outros membros das escolas e universidades públicas e privadas brasileiras.

Nesse cenário, estudar a vida e (re)ler a obra desse autor, considerado pelos críticos literários como polêmico, é trazer à baila a indiscutível função pedagógica da literatura ao oportunizar espaços de leituras e debates sobre temas que perpassam a marca cronológica e permanecem latentes nos dias hodiernos, dentre eles o racismo, o preconceito, a desigualdade social e outros importantes temas tratados por Lima Barreto.

No Final do Realismo no Brasil, ocorrido em torno de 1900, essa escola literária ainda trazia à tona as máscaras que cobriam as imperfeições da sociedade, portanto, as narrativas eram ambientadas em espaços miseráveis e os personagens condicionados a fatores naturais e sociais. Estes elementos podem ajudar a justificar as produções de Lima Barreto. Já o Realismo/Naturalismo no Brasil traz a cara da sociedade despida, cruel, dando prioridade à burguesia privilegiada, presa à arte do espelho em que suas vergonhas são expostas não somente no reflexo, mas na aparição clara e real descrita pelos autores daquele período, que deixavam o odor fétido social se espalhar em meio ao caos das classes dominantes e dominadas (COSTA LIMA, 1981).

É importante destacar que, em 1922, ocorre no Brasil a Semana da Arte Moderna, ou seja, um novo movimento literário entra em cena e o Pré-Modernismo, preocupado em desnudar a sociedade brasileira, usa a literatura como denúncia. Para isso, leva uma linguagem acessível ao leitor. As preocupações divinas

perderam espaço para as dos homens, tornando-os protagonistas, largados à própria sorte sem a dependência de um salvador.

De acordo com Costa Lima (1981), nesse novo movimento, a sociedade teve de encarar seus medos, inovando sem receio de escancarar as verdades e de encarar uma vida muito mais complexa e contraditória. Nesse contexto, Lima Barreto (que não é considerado um modernista) vai esbarrar em uma nova estrutura de denúncias e liberdade de expressão em que deixará fluir sua genialidade. Descrevia, portanto, a sua compreensão, visão aérea do social, não se prendendo somente ao que alguns críticos chamavam de método biográfico, conceituado como o estudo do indivíduo na sua singularidade, mas partindo das suas vivências representadas e figuradas na sua obra. Assim, em Lima Barreto, percebe-se a presença direta ou indireta daquele que produziu e, por vezes, autor e personagem se confundem. Contudo, muitos críticos afirmam que a inspiração do autor está ligada à sua genialidade e que o método biográfico nada tem a ver com a produção literária.

Faremos uma breve descrição da vida de Lima Barreto, na tentativa de descortinar aspectos do autor que justificam a forma peculiar de sua escrita, em que a linguagem utilizada por ele atua dando identidade aos personagens descritos em suas produções.

MEMÓRIAS DE UMA VIDA DE LUTAS E SUBVERSÃO NA/PELA PERIFERIA

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881 na cidade do Rio de Janeiro. Sua família era negra e humilde e seus pais descendentes de escravos. Ficou órfão de mãe quando tinha apenas 6 anos de idade. Foi apadrinhado pelo Visconde de Ouro Preto e, portanto, teve oportunidade de ter uma boa educação.

Cursou seus estudos secundários no Colégio Dom Pedro II. Mais tarde, foi cursar Engenharia na Escola Politécnica. No entanto, foi obrigado a abandonar o curso para trabalhar e ajudar sua família com as despesas. Foi funcionário da Secretaria do Ministério da Guerra e trabalhou como escritor em diferentes jornais (Correio da Manhã e Jornal do Commercio) e revistas do Rio de Janeiro (Fon-Fon, Floreal, Careta, ABC etc.).

Diante de uma vida difícil, Barreto teve problemas de alcoolismo e chegou a ser internado duas vezes. Além disso, como seu pai, sofreu de depressão aguda, motivo pelo qual, em 1914, foi internado pela primeira vez. Em 1918 foi aposentado por invalidez do cargo que exercia na Secretaria de Guerra. Faleceu em

1º de novembro de 1922 com apenas 41 anos de idade. Embora tenha tido uma morte precoce, deixou como legado uma vasta e importante obra, cujos temas ultrapassam a marca cronológica e dialogam com os problemas reais do mundo “moderno”.

De acordo com Schwarcz (2019), “Por meio do conjunto de sua obra, expressa a partir de cartas, contos, romances, diários, peças de teatro, Barreto jamais deixou de tocar em alguns temas que o distinguiam dos demais literatos da época”. A autora se refere aos temas polêmicos que Lima Barreto descrevia, que iam desde o racismo vigente no Brasil, passando pela crítica aos estrangeirismos até chegar à pobreza que migrava do centro para as periferias da cidade. Nesse período, ficaram conhecidos textos de literatos, homens e mulheres, que rompiam com os cânones da época e exprimiam-se por meio de uma literatura altamente atravessada pelo testemunho ou, como define Foucault (1983, p. 3-23), “por uma escrita de si”. Entre eles está Lima Barreto, embora no ato de sua produção literária, ele parta das ideias no plano simbólico e no campo da ficção.

Nesse sentido, os textos de Lima Barreto são, em sua predominância, memórias de uma vida de lutas, principalmente contra problemas que afetavam seu cotidiano, seus demônios, suas angústias. Em sua obra, portanto, ficção e realidade se confundem ao caminharem juntas, retratando os dramas pessoais e a vida da época.

Dentre os problemas abordados por Lima Barreto, destacam-se a falta de espaço e de vida digna a que o negro sempre esteve submetido, os diversos problemas estruturais e sociais que afetavam mais fortemente os indivíduos de classe baixa, como a exploração do homem pelo próprio homem, a luta constante dos menos favorecidos, os fortes dramas vividos pelos povos das comunidades, que viviam em condições subumanas nas periferias, além de outros problemas sociais resultantes do processo de modernização da cidade carioca, o que representava a possível modernização do Brasil.

Esses temas são atuais e é com urgência que precisam ser discutidos no contexto escolar. A literatura pode oportunizar esse diálogo, dando voz a pessoas que passaram/passam por este tipo de dissabor. Nesse sentido, estudar a obra de Lima Barreto é importante, uma vez que o literato consegue perceber e descrever as minorias pelo olhar de quem veio delas. Assim, ele olha o negro a partir do ponto de vista do negro. Do mesmo modo, seu olhar se reflete nas demais minorias presentes em sua obra frequentemente vinculada à questão da crítica social, como a denúncia sobre o racismo e o preconceito de classes etc. Nesse viés, faremos leituras de parte da obra de Lima Barreto e apresentaremos

algumas temáticas nela descrita, que corroboram com o discurso de mudança, igualdade e resistência. Serão destacados fragmentos que fundamentem a discussão proposta neste estudo, que terá a leitura como uma prática discursiva que pode desencadear ações em prol da comunidade escolar e para a vida além dos muros da escola.

A LEITURA DA OBRA DE LIMA BARRETO COMO PRÁTICA DISCURSIVA

Muitos estudos se dedicam a apontar as vantagens do ato de leitura, já que, por meio dela, o indivíduo obtém conhecimentos diversos, enriquece o vocabulário, estimula o raciocínio e a interpretação, diverte-se e pode realizar viagens sem sair de casa. Através da leitura se pode descobrir o mundo e encontrar uma forma de atuar efetivamente nele em busca de mudanças. Não pensamos na leitura como uma forma de deleite e fruição, mas como meio de estabelecer diálogo com diferentes realidades e experiências vividas e fazer deste hábito uma prática discursiva. Nesse sentido, a leitura pode ser um suporte para o indivíduo no desenvolvimento da cidadania, pois a partir do momento em que o educando compreende que a linguagem é uma atividade social de interação (BAKTHIN, 2006), poderá ser sujeito do seu discurso e participante ativo da sociedade em que vive.

De acordo com as Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa (2008, p. 62-63), o discurso como prática social é o conteúdo estruturante que organiza e identifica o conjunto de saberes e conhecimentos, por meio das práticas discursivas de oralidade, leitura e escrita. Embora o documento trate de um tripé, e o discurso esteja presente em todas as partes, é sobre o segundo que iremos nos debruçar, isto é, a prática de leitura, ou (re)leitura como prática discursiva, tendo como pano de fundo alguns textos de Lima Barreto.

O termo (re)leitura justifica-se por sabermos que os discursos sofrerão influência do contexto sócio-histórico do leitor. Um texto literário, que ultrapassa a barreira da cronologia, pode ser (re)lido por públicos distintos, com vieses diferentes, sem perder a relação com o conteúdo. É nesse sentido que Bakhtin (2003, p. 98) defende que “a língua viva é um grande espetáculo dialógico, no qual se encontram e se confrontam vozes não apenas de diferentes forças ou grupos, mas de diferentes momentos da história da sociedade”. Assim, oportunizar a leitura de textos de Lima Barreto em sala de aula propicia estabelecer um diálogo com o autor e com a temática por ele discutida, compreender as ideologias que motivaram tais produções e, finalmente, relacionar tudo isso com o contexto atual, ou

seja, a sociedade em que o aluno está inserido. Dessa forma, será possível pensar em ações de combate para as lutas de classe.

Embasados no que defende Bakhtin, entendemos que o fenômeno ideológico se materializa através da linguagem, na interação verbal entre indivíduos socialmente organizados. Dentro desta concepção, Bakhtin (2006, p. 32) destaca que “a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”. Assim, pensamos na (re)leitura como prática discursiva, de interação, considerando que, para o texto fazer sentido, o aluno precisa compreender os meandros pelos quais perpassam a ideologia no ato da produção, relacionar com a sua realidade e, assim, conseguir interagir com os discursos expressos.

Como podemos perceber, o ensino da literatura, vinculado ao ensino de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, deve ser desenvolvido de forma que faça sentido para o aluno, contemplando contextos que dialoguem com a modernidade e os impactos socioculturais resultantes desse período, oportunizando ao alunado discutir assuntos relacionados à sua realidade, de forma contextualizada, pois, segundo Antunes (2009, p. 186), “o ensino descontextualizado tem transformado em privilégio de poucos o que é um direito de todos, a saber, o acesso à leitura e à competência em escrita de textos”. Nesse sentido, o ato de ler deve ser desenvolvido atribuindo sentidos para a vida do educando, relacionando com os contextos diários e com uma linguagem que alcance seu nível de conhecimento.

Corroborando com proposta de um ensino contextualizado, Fonseca (1984) defende que este deve promover:

A preparação do aluno para a produção ágil dos seus discursos e para a avaliação crítica dos discursos alheios – no que se conseguirá que ele obtenha uma maior eficácia na atuação social, um maior sucesso na descoberta de si mesmo e na sua intervenção na prática social (FONSECA, 1984, p. 260).

Segundo o autor, considerando o contexto no qual se está inserido é possível atribuir sentidos ao texto. Para isso, é preciso se colocar enquanto sujeito desse contexto em relação ao enunciado, o que implica dizer que o texto literário terá mais eficácia se a temática escolhida estabelecer relações com a experiência de vida, as angústias, as motivações e as perspectivas do leitor. Portanto, seria importante para o professor planejar momentos de leitura, considerando tanto o texto quanto o conhecimento dos sujeitos do discurso, permitindo-lhes atribuir sentidos.

De acordo com Lagares (2018), “A linguagem é campo de luta” e os “lobos” que se manifestam linguisticamente podem ser combatidos (também) com palavra, desde que entendamos a linguagem como prática social (LAGARES, 2018, p. 211). O lobo aqui tratado é uma metáfora para referir-se a todos os segmentos da sociedade que, justificados por seu preconceito voraz, atacam violentamente as minorias, destilando seu discurso autoritário, racista e discriminatório. Nesse sentido, as intervenções surgidas, a partir da literatura, no combate a uma questão social específica não inviabilizam o posicionamento ativista a favor de outras causas e nem são contraditórias em relação a outras formas de ação política. O autor retoma Volóchinov (2009) ao destacar que nos usos linguísticos se manifestam posições ideológicas relativas a muitas polêmicas sociais, pois a palavra é fenômeno ideológico por excelência. Assim, nossa posição sobre o ensino de literatura também indica nosso posicionamento político e ideológico com relação aos temas polêmicos, tanto os que estão contemplados na obra de Lima Barreto como os outros tantos vividos por aqueles que compõem os grupos das diversidades.

LIMA BARRETO: O CONHECIMENTO COMO MECANISMO DE DEFESA

Como destacado, Lima Barreto faleceu aos 41 anos enfrentando as dificuldades vividas por ser negro num país que, embora houvesse abolido a escravidão, ainda não havia encontrado o caminho da liberdade, pois os direitos não eram iguais e a cidadania ainda permanecia um sonho.

O autor viveu no Rio de Janeiro, em pleno período da *Belle Époque* carioca e, por ter uma visão crítica dos padrões sociais e não se adequar às estruturas morais do seu tempo, posicionou-se de forma categórica e contrária ao modelo europeu que se instalava. Enquanto grande parte dos escritores se dedicava a escrever sobre a *Belle Époque* carioca, a vida e os costumes da elite, Lima Barreto priorizou os menos favorecidos. No fragmento presente em Diário Íntimo “eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor” (BARRETO, 1956, p. 76), percebemos o quanto o tema sobre ser negro lhe era caro. Todavia, o autor tinha total consciência de que escrever sobre essa temática e de forma tão contundente poderia lhe trazer grandes problemas.

Na obra *Cemitério dos Vivos*, percebemos que o autor assume todos os riscos quando afirma: “Ah! A literatura, ou me mata ou me dá o que peço dela” (BARRETO, 2004, p. 8). Vê-se o quanto ele tinha consciência dos problemas que poderia enfrentar com sua escrita. Entretanto, nada era maior do que seu desejo de escrever e denunciar as mazelas sociais. Já em Diário íntimo, o escritor

confessa “Temo muito pôr em papel impresso minha literatura. Se eu conseguir ler esta nota, daqui a vinte anos, satisfeito, terei orgulho de viver! Deus me ajude!” (BARRETO, 1956, p. 84). Embora imagine que sua forma de escrever pudesse por vezes não agradar, o autor vislumbrava a possibilidade de ser lido, mesmo que este leitor fosse ele próprio.

Em seu primeiro romance, escrito em 1909, intitulado *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, o autor descreve a luta de um mulato contra a discriminação e as adversidades pelas quais passou na tentativa de realizar seu sonho que era ser doutor e conseguir alcançar posição social em um complexo período de regime excludente marcado por preconceitos raciais.

Na perspectiva de Isaías, ser um doutor seria uma forma de amenizar os problemas sofridos por aqueles que viveram marginalizados por causa da sua cor e, portanto, “Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor” (BARRETO, 2006, p. 21).

Na perspectiva do personagem, o êxito em ser doutor garantiria prestígio, respeito e dignidade a ponto de poder se posicionar e ter voz aonde quer que fosse:

Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro (BARRETO, 2006, p. 21).

O trecho não só faz crítica ao silenciamento que era imposto aos homens de cor, mas aventa que ter um documento do rei, certificando que o indivíduo era um doutor, resultaria em prestígio e daria legitimidade para um sujeito expressar seus pensamentos sem ser rechaçado.

Isaías não consegue tornar-se doutor, mas a leitura da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* pode fomentar produtivas discussões com os alunos, não só evidenciando esse tipo de dificuldade e violência, mas fortalecendo com apoio, orientação e esclarecimentos direcionados aos alunos que viveram/vivem tais situações em seu contexto diário. Como proposta pedagógica, a escola poderia inserir projetos e ações que fossem na contramão desse discurso opressor e injusto. Por meio dessa obra, é possível ensinar valores representativos, como o amor à família, não importando o quão diferente ela possa ser, valorizar as raízes culturais e aprender a resistir contra discursos que tentem diminuir o sujeito

pelo fato de ele ser diferente, pois a discriminação e o preconceito aparecem em pequenos detalhes.

Embora tivesse instrução que poderia lhe garantir uma vida digna, Lima Barreto, viveu uma série de infortúnios e sentiu na pele a força da discriminação. No fragmento da obra *Diário Íntimo*, descreve algumas dessas dificuldades:

Acordei-me da enxerga em que durmo e difícil foi recordar-me que há três dias não comia carne. Li jornal e lá fui para a sala dar as aulas, cujo pagamento tem sido para mim sempre uma hipótese (BARRETO, 1956, p. 33).

Essa dura realidade permanece na vida de muitos cidadãos brasileiros que, embora tenham alto grau de instrução, não têm acesso ao mercado de trabalho e se sujeitam a trabalhar na informalidade, sem ter garantia dos direitos básicos, um salário digno com pagamento em dia, sendo forçados a sofrer privações.

Diante das adversidades, mesmo recebendo tratamento desigual, Lima Barreto adotava uma postura de resistência e não se sentia inferior, como observamos em outro trecho do *Diário*: “Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto, e ele far-me-á grande” (BARRETO, 1956, p. 52).

O autor se descreve de forma valorativa: “Quando me julgo – nada valho; quando me comparo, sou grande” (BARRETO, 1956, p. 52). Podemos perceber que ele não se permite abater; ao contrário, adota uma postura de resistência ao estereótipo dado ao negro. Dentre outras perspectivas, este é o tipo de mensagem que o texto literário pode oferecer para o aluno, a certeza de sua competência, de sua capacidade de superação e de empoderamento diante dos problemas impostos pela sociedade.

Convém destacar que, em termos de linguagem, Lima Barreto não se prende à linguagem formal. Essa postura revela uma preocupação do escritor em flexibilizar a escrita, procurando aproximar o que escrevia à linguagem cotidiana, isto é, aproximar-se da linguagem simples do povo, marca importante, considerando que, por meio dessa metodologia, sua voz seria alcançada por aqueles que tinham menor grau de escolaridade. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, percebemos que ele escrevia na contramão da forma adotada pelos demais literatos da época, ao passo que tecia críticas a eles:

O que observei neles, no tempo em que estive na redação de *O Globo*, foi bastante para não os amar, os imitar. São em geral de uma lastimável imitação e limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas (...) se me esforço por fazer literário é para ser lido, pois quero falar das minhas dores e dos meus sofrimentos ao espírito geral e no seu interesse, com a linguagem acessível a ele (BARRETO, 2006, p. 64).

Lima Barreto queria ser compreendido por todas as camadas sociais, sobretudo, a popular; queria tratar de temas relevantes do e para o povo. Destacamos essa característica, pois acreditamos na importância de uma escrita clara, objetiva e, acessível, considerando os níveis diversos que os aprendizes podem apresentar. Por isso, ao selecionar uma obra para ser estudada, o professor deve ter clareza do público, do tema a ser discutido, do discurso que será utilizado, para que não haja lacunas e nem ruídos na compreensão dos alunos e, sobretudo, para que esse tema tenha um efeito na vida do sujeito.

Diante da vivência do carioca da época, as assimetrias existentes entre o centro e o subúrbio, Lima Barreto veste-se de uma postura política e ideológica que ia na contramão dos demais escritores. Optou por uma literatura que seguia os preceitos da “arte da segregação” e escreveu sobre personagens e espaços ignorados, dando vozes ao menos favorecidos: pobres, suburbanos, pequenos funcionários e outros que não encontravam espaço em uma sociedade elitista, preconceituosa e excludente. Estes sujeitos podem ser observados em *Vida Urbana*, publicação que apresenta uma coletânea de crônicas que tratavam sobre o homem comum, a mulher brasileira, a polícia suburbana, o carnaval e outras histórias que darão destaques àqueles que sempre foram esquecidos ou considerados irrelevantes. Estes textos, dentre outros propósitos, tinham por perspectiva promover a justiça e a igualdade através de seus comentários de protestos.

Nos dias atuais, temas como exclusão, elitismo e preconceito seguem presentes, não só no Brasil como também em muitos países, motivo pelo qual defendemos a importância da literatura como um campo de diálogo e ferramenta indispensável para a formação crítica do alunado.

As questões identitárias e culturais também foram tratadas por Lima Barreto. Na obra *Diário Íntimo*, a afirmação da identidade da personagem é uma forma de reclamar direitos e espaços que lhe foram negados pela sociedade, numa relação de fixidez que precisava se fortalecer. Trata-se, de acordo com Bhabha (1998, p. 15), da “emergência dessas afirmações da identidade com o desencadeamento de manifestações abertas de racismos contra os antigos opressores”. Ao negar os valores do branco, Lima Barreto reafirma sua condição de negro, valoriza sua cultura e a contribuição daquele povo por meio da arte, pois “Os negros, quando ninguém se preocupava com arte no Brasil, eram os únicos” (BARRETO, 1956, p. 61). Esse fragmento serve para destacar a contribuição intelectual e cultural do negro, contrariando o discurso elitista de que só os brancos eram detentores do conhecimento.

Quando pensamos que os alunos estão em processo de [trans]formação, em especial aqueles que experienciaram situações adversas por serem negros, mulher, indígenas, imigrantes latinos, nordestinos e demais públicos da diversidade que sofreram com discriminação e preconceito, acreditamos que estudar um escritor como Lima Barreto, discutir sua vida, sua obra e como o autor se posicionou de forma aguerrida pode render bons frutos no tocante à formação identitária, intelectual e cultural dos alunos, despertando orgulho de quem se é e o desejo de traçar objetivos e autoestima para atingi-los, não desprezando as diferenças, mas lutando por igualdade. Como procuramos destacar, a literatura em sala de aula pode auxiliar nesse embate, na tentativa de deslegitimar a prática social perversa que prega a favor da exclusão daqueles que fogem aos padrões estabelecidos por uma sociedade conservadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, enquanto um espaço democrático e formador, pode promover, por meio de atividades interdisciplinares, as quais envolvam a linguagem e a literatura, práticas que busquem dialogar sobre as questões sociais com propostas políticas que busquem a igualdade, o respeito ao próximo e a luta pelo bem comum. Logo, é importante propor um estudo da literatura com perspectivas políticas e ideológicas engajadas nas propostas de mudanças para o alunado, para a comunidade escolar e para a sociedade em que vive.

Nesse sentido, o ensino da Literatura, a partir da obra de Lima Barreto, ganha uma materialidade de resistência e de luta por direitos e por uma sociedade igualitária, que se levante contra o preconceito de sexo, cor, religião, manifestação cultural e todos os elementos que fazem parte do processo de formação identitário e cultural de um povo.

É importante salientar que, com essas experiências em sala de aula, como professores de línguas e literatura, chegamos à conclusão de que a luta contra as [in]diferenças e [pré]conceitos precisa ser diária, persistente e, por que não dizer, incansável. A única certeza que se pode ter é que lidar contra [pré]conceitos cristalizados sempre irá gerar uma discussão interminável e insolúvel. Todavia, as dificuldades não podem ser uma razão para desistência. Serão necessárias inúmeras tentativas e, ainda assim, não haverá garantias da extinção de todos os preconceitos e tampouco de ascensão dos direitos iguais. Entretanto, enquanto seres pensantes e resistentes, devemos utilizar a literatura como prática social que busca um posicionamento político e ideológico contra a discriminação que, ao longo dos anos, vem produzindo exclusão. Nesse sentido, pensamos que, a

partir das discussões de textos literários, principalmente em se tratando de Lima Barreto, poderemos fortalecer nossos educandos e, conseqüentemente, a sociedade, com informações e argumentos que colaborem para fomentar a inclusão social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKTHIN, Mikhail. **O discurso no Romance: Questões da Literatura e da Estética**. A teoria do Romance, tradução do russo de Aurora Bernardini e outros, 5. Ed. São Paulo, Hucitec/Anablume, 2003.
- BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 12 ed. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARRETO, Lima. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. **Vida Urbana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. **Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Planeta, 2004.
- BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Editora Escala, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG: 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- COSTA LIMA, Luiz. **Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- FONSECA, Joaquim. **Linguística e texto/discurso: teoria, descrição, aplicação**. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura da Língua Portuguesa, 1984.
- FOUCAULT, Michael. **A escrita de si**. In: *Ética, Sexualidade, Política*. Col. Ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGARES, Carlos Xoán. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. 1 ed. São Paulo: Parábolas, 2018.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto: um pensador social na primeira república.** Goiânia: editora UFG, São Paulo: Edusp, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto e a escrita de si.** Revista Estudos Avançados. vol. 33, n. 96. São Paulo Mai/Ago, 2019.

